

Anais do

Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN

Número 10

Coordenação de Pesquisa e Extensão
Núcleo de Publicações Científicas

Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN

Número 10

Coordenação de Pesquisa e de Extensão
Núcleo de Publicações Científicas

C749a Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN (10. : 2025 : São João del-Rei, MG)
Anais [recurso eletrônico] / X Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN, 23 e 24
de junho de 2025, São João del-Rei, MG / Organizado por: Coordenação de Pesquisa e Extensão
/ Núcleo de Publicações Científicas – São João del-Rei, MG : UNIPTAN, junho de 2026.

Realização Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves
Disponível em: www.uniptan.edu.br
ISSN: 2525-6955

1. Pesquisa e Extensão – São João del-Rei – Congressos. I. Centro Universitário
Presidente Tancredo de Almeida Neves II. Título.

CDU – 061

Ficha catalográfica elaborada por Ludmilla Vieira Silva CRB-6/3340

10º CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO UNIPTAN
23 E 24 DE JUNHO DE 2025

Realização

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

Reitor

Maria Tereza Gomes de Almeida Lima

Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão

Heberth Paulo de Souza

Pró-Reitora de Ensino e Assuntos Acadêmicos

Kelly Aparecida Torres

Organizadores

Douglas Roberto Guimarães Silva

Eliane Moreto Silva Oliveira

APOIO

FUNADESP – Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

ANAIS DO CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO UNIPTAN

Número 10, 2026

Editoração

Eliane Moreto Silva Oliveira
Coordenação de Pesquisa do UNIPTAN

Douglas Roberto Guimarães Silva
Coordenação de Extensão do UNIPTAN

Larissa Mirelle de Oliveira Pereira
Núcleo de Publicações Científicas do UNIPTAN

*Os trabalhos apresentados neste volume foram publicados em sua forma original, conforme elaborados e revisados pelos respectivos autores.

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN é um evento realizado anualmente pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, em São João del-Rei, Minas Gerais. Criado com o objetivo de divulgar os resultados de projetos de pesquisa vinculados aos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação Científica Júnior, o evento vem se consolidando como um espaço essencial para o compartilhamento do conhecimento produzido na instituição e em outras instituições de ensino superior do país.

Os Anais do 10º Congresso reúnem os trabalhos apresentados durante o evento, realizado nos dias 23 e 24 de junho de 2025, constituindo um importante registro da produção acadêmica desenvolvida por estudantes, docentes e pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento. Nesta edição, estão reunidos relatos de experiência, projetos de extensão, revisões de literatura, estudos experimentais, pesquisas observacionais e reflexões teóricas que evidenciam o compromisso da comunidade acadêmica com a produção científica e a transformação social.

A coletânea contempla uma ampla diversidade temática, com destaque para ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, educação em saúde, primeiros socorros, segurança do paciente, fisioterapia, nutrição, enfermagem, odontologia, saúde coletiva e atenção a grupos em situação de vulnerabilidade. Também integram esta edição estudos relacionados aos direitos humanos, proteção de dados pessoais, relações de trabalho, inteligência artificial aplicada à saúde e ao direito, marketing, comunicação, psicologia, administração e desenvolvimento social.

Os trabalhos publicados refletem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental da educação superior, ao apresentarem experiências construídas em parceria com escolas, unidades de saúde, instituições públicas, organizações da sociedade civil e diferentes segmentos da comunidade. Essa aproximação entre universidade e sociedade fortalece a formação acadêmica, amplia o impacto social das ações desenvolvidas e contribui para a construção de soluções voltadas às demandas contemporâneas.

A diversidade de áreas, metodologias e perspectivas presente neste volume evidencia o caráter interdisciplinar do Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN e reafirma o papel da instituição como promotora da produção e da difusão do conhecimento científico. Os trabalhos aqui reunidos representam o esforço coletivo de docentes, discentes, pesquisadores e

parceiros institucionais comprometidos com a excelência acadêmica, a inovação, a responsabilidade social e o desenvolvimento regional.

O Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN reafirma, a cada edição, seu papel como ambiente fecundo para o diálogo acadêmico, a produção de conhecimento e a transformação social. Esperamos que este caderno de Anais contribua para a disseminação das experiências e pesquisas aqui apresentadas, inspire novas investigações e fortaleça a construção de uma ciência cada vez mais comprometida com as necessidades da sociedade.

São João del-Rei, junho de 2026.

Eliane Moreto Silva Oliveira

Coordenadora de Pesquisa

Douglas Roberto Guimarães Silva

Coordenador de Extensão

Larissa Mirelle de Oliveira Pereira

Coordenadora do Núcleo de Publicações Científicas

SUMÁRIO

A enfermagem na era da inteligência artificial em perspectiva tecnológica, ética e informacional	12
A evolução do marketing para geração de leads: uma análise semiótica das propagandas do Guaraná Antártica	17
A psicopatia no ordenamento jurídico brasileiro: análise crítica da inadequação jurídica e seus impactos na responsabilidade penal.....	23
Abordagem fisioterapêutica precoce e seus impactos no desenvolvimento de crianças na primeira infância com mielomeningocele: relato de caso.....	29
Ação educativa sobre infecções sexualmente transmissíveis com adolescentes atletas: relato de experiência da Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde Coletiva.....	35
Acesso à justiça: uma perspectiva jurídica da inteligência artificial na medicina	39
Acompanhamento nutricional de crianças com transtorno do espectro autista e seletividade alimentar em uma cidade do interior de Minas Gerais.....	45
Acompanhamento nutricional para pessoas trans sob hormonioterapia	49
Análise de prescrições médicas em instituições de longa permanência para idosos	54
Automedicação e saúde da mulher: práticas educativas em um contexto de atenção primária	59
Automedicação infantil: reflexões a partir da experiência dos pais.....	63
Biossegurança: cuidados com o profissional e com o paciente	67
Caminhos da mente: explorando a interseção entre mindfulness e neurociência	73
Cuidando da saúde do trabalhador: uma abordagem em alambique.....	78
Desempenho motor de ratos com doença de parkinson treinados com exercícios funcionais.....	83
Direito para todos: acessibilidade jurídica e escuta ativa com pessoas idosas e com deficiência	88
Estimulação elétrica transcraniana por corrente contínua no tratamento fisioterapêutico de pacientes neurológicos	93
Estudo sobre polifarmácia e desfechos clínicos em pacientes crônicos	98
Poliaminas como alvos terapêuticos no tratamento da malária: evidências atuais e perspectivas farmacológicas	103
Fotobiomodulação no suporte ao paciente oncológico: um relato de experiência do projeto Estomatologia em Ação	108
O médico veterinário nas comunidades rurais: extensão universitária e ação educativa sobre leishmaniose e raiva	114
O papel do <i>Hericiu erinaceu</i> (juba de leão) na saúde mental.....	120

O uso da inteligência artificial no aprendizado sobre o direito do trabalhador e previdenciário	127
Promoção do bem-estar materno e fetal	131
Saúde do trabalhador: campanha de conscientização na indústria de tecelagem artesanal	136
Sensibilização e práticas seguras: a importância dos 13 certos na administração de medicamentos	140
Torcicolo congênito: implicações no desenvolvimento motor infantil e o papel da fisioterapia	144
Trauma raquimedular: abordagem inicial e cuidados de enfermagem	150
Um hospital materno-infantil humanizado: avanços e desafios no processo de cuidar em enfermagem	156
Uso de mídias sociais para educação farmacológica	161

A ENFERMAGEM NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PERSPECTIVA TECNOLÓGICA, ÉTICA E INFORMACIONAL

Lívia Carla de Freitas¹, Josiane Pinheiro Botelho¹, Jussara Cristina Aparecida de Souza Monteiro²

1 INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) pode ser compreendida como o campo voltado ao desenvolvimento de sistemas inteligentes capazes de executar tarefas anteriormente associadas à cognição humana, como percepção visual, compreensão da linguagem e tomada de decisões (Mcgrow, 2019). Nesse contexto, os sistemas baseados em IA têm se tornado ferramentas importantes nos serviços de saúde.

O avanço da IA no setor da saúde vem promovendo transformações significativas nas práticas de enfermagem. Essas tecnologias surgem como instrumentos de apoio às atividades assistenciais e gerenciais, contribuindo para a organização de rotinas, otimização de processos e auxílio na tomada de decisões clínicas. Ao mesmo tempo, desafiam paradigmas profissionais e suscitam reflexões sobre novas demandas éticas relacionadas ao cuidado em saúde (Costa *et al.*, 2025).

O presente estudo propõe uma análise crítica acerca das implicações éticas do uso da IA no cotidiano da enfermagem, considerando um cenário em que o cuidado humanizado e a automação tecnológica coexistem de maneira cada vez mais intensa. Em meio às rápidas transformações tecnológicas no setor da saúde, a IA vem modificando silenciosamente as práticas assistenciais e os processos decisórios.

Entretanto, a incorporação dessas tecnologias também levanta importantes questões éticas relacionadas à proteção de dados sensíveis, à autonomia dos pacientes, à responsabilização profissional e aos limites da atuação automatizada no cuidado.

Diante desse contexto, o presente resumo expandido teve como objetivo analisar e discutir as implicações éticas do uso da IA na enfermagem, bem como suas potencialidades para fortalecer um cuidado mais humanizado, a partir de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo.

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo Neves – UNIPTAN.

² Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em autores contemporâneos das áreas de saúde, ética e tecnologia, além de documentos institucionais e diretrizes de organismos internacionais.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos científicos e publicações que abordassem os avanços, potencialidades e riscos relacionados ao uso da IA na saúde e na enfermagem. Foram selecionados estudos publicados entre os anos de 2010 e 2025, com destaque para documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS), American Nurses Association (ANA) e pesquisadores da área.

A busca bibliográfica foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando as bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Enfermagem; Inteligência Artificial; Tecnologia em Saúde; Ética em Enfermagem; Informática em Saúde.

Os descritores foram associados por meio dos operadores booleanos AND e OR, visando ampliar a sensibilidade da busca e garantir maior abrangência na recuperação dos estudos relacionados à temática investigada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da IA na área da saúde tem crescido significativamente por meio de sistemas de triagem automatizada, apoio à decisão clínica, monitoramento remoto, robôs assistenciais e prontuários eletrônicos inteligentes. Essas tecnologias proporcionam benefícios como maior precisão diagnóstica, agilidade nos serviços, otimização da gestão de recursos e maior segurança medicamentosa.

Segundo Vitorino (2023), a enfermagem brasileira vivencia um cenário marcado por desafios e oportunidades que exigem soluções inovadoras, sendo a IA, especialmente os modelos de linguagem, apontada como ferramenta promissora para apoiar profissionais da saúde, desde que utilizada com responsabilidade e foco na segurança assistencial.

Entretanto, um dos principais pontos de tensão está relacionado à delegação de decisões clínicas aos algoritmos. Embora eficientes na identificação de padrões, os sistemas inteligentes

operam com base em bancos de dados que podem conter vieses históricos e limitações técnicas. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (2021) ressalta que a supervisão humana permanece indispensável, defendendo o uso da IA alinhado aos princípios de transparência, responsabilidade e respeito aos direitos humanos.

A autonomia profissional da enfermagem também sofre impactos diante da crescente automatização dos processos assistenciais. Apesar dos ganhos tecnológicos, o julgamento clínico do enfermeiro não pode ser substituído por sistemas automatizados, uma vez que a prática da enfermagem envolve sensibilidade, escuta ativa e interpretação subjetiva das necessidades humanas, aspectos que não podem ser reproduzidos integralmente pelas máquinas (Arão, 2024).

Outro aspecto relevante refere-se à proteção de dados sensíveis dos pacientes. Floridi (2013) destaca que informações pessoais devem ser tratadas como bens morais e protegidas rigorosamente. Assim, o uso da IA exige sistemas robustos de segurança da informação e gestão ética do sigilo profissional.

Estudo realizado pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2024) demonstrou elevada capacidade da IA na interpretação de eletrocardiogramas, apresentando sensibilidade de 80% e especificidade de 99% para identificação de alterações cardíacas, evidenciando o potencial dessas tecnologias como ferramentas auxiliares na prática assistencial.

Os registros eletrônicos de enfermagem também merecem destaque. Quando bem implementados, os sistemas informatizados podem qualificar a rastreabilidade das informações, identificar precocemente eventos adversos e melhorar indicadores assistenciais (Costa *et al.*, 2025). Contudo, o uso mecanizado desses sistemas pode comprometer dimensões subjetivas e humanizadas do cuidado.

Além disso, a IA pode contribuir significativamente para redução do tempo destinado a tarefas burocráticas, como preenchimento de prontuários, organização de agendas e controle de estoques, permitindo maior disponibilidade do profissional para o contato direto com o paciente.

Na educação permanente, plataformas inteligentes podem oferecer aprendizagem personalizada e feedbacks em tempo real. Na gestão em saúde, algoritmos preditivos auxiliam no planejamento assistencial e antecipação de demandas, enquanto na prevenção possibilitam monitoramento contínuo e intervenções precoces em condições crônicas (OMS, 2024).

Apesar dos benefícios, permanecem preocupações relacionadas à privacidade dos dados, confiabilidade das decisões automatizadas, responsabilidade legal e impactos sobre a

relação enfermeiro-paciente. Topol (2019) destaca que o equilíbrio entre automação tecnológica e cuidado humanizado constitui um dos principais desafios contemporâneos da saúde digital.

Nesse sentido, a verdadeira inovação ética reside na integração entre tecnologia e sensibilidade humana. Competências como empatia, acolhimento, escuta qualificada e julgamento clínico permanecem insubstituíveis, reforçando que a IA deve atuar como ferramenta complementar ao cuidado e não como substituta da atuação profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que a IA aplicada à enfermagem representa uma importante oportunidade para aprimoramento dos processos assistenciais e administrativos em saúde.

Entretanto, sua utilização requer atenção rigorosa às questões éticas, legais e humanísticas, além da necessidade de formação crítica e capacitação contínua dos profissionais de enfermagem para utilização adequada dessas ferramentas tecnológicas.

O papel estratégico da enfermagem, nesse cenário, consiste em mediar a relação entre inovação tecnológica e os valores fundamentais da profissão, garantindo que o cuidado permaneça centrado na pessoa.

Conclui-se que a IA pode contribuir significativamente para melhoria da eficiência e qualidade da assistência em saúde, desde que utilizada de forma ética, segura e complementar à atuação humana, preservando competências essenciais da enfermagem, como empatia, escuta, acolhimento e julgamento clínico.

REFERÊNCIAS

ARÃO, C. Por trás da inteligência artificial: uma análise das bases epistemológicas do aprendizado de máquina. *Trans/formação*, 47(3), e02400163, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/wKP3thTz35fmhG9pnmXNdMj/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Cofen). Inteligência artificial chega à saúde. 2024. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br>. Acesso em: 04 jun. 2025.

COSTA, A. *et al.* A inteligência artificial na documentação clínica de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 78, n. 4, p. 532–538, 2025. Disponível em: <https://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/3383/2287>. Acesso em: 05 jun. 2025.

FLORIDI, L. *The Ethics of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MCGROW, Kathleen. Artificial intelligence: Essentials for nursing. Nursing, Philadelphia, v. 49, n. 9, p. 46-49, Sept. 2019. Disponível em: <https://journals.lww.com/nursing/fulltext/2019/09000/artificial_intelligence__essentials_for_nursing.12.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Ethics and Governance of Artificial Intelligence for Health. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240029200>> Acesso em: 07 jun 2025.

TOPOL, E. J. High-Performance Medicine: The Convergence of Human and Artificial Intelligence. Nature Medicine, v. 25, n. 1, p. 44-56, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30617339/>> Acesso em: 07 jun. 2025.

VITORINO, L. M., JÚNIOR, G. H. Y. A inteligência artificial como aliada na enfermagem brasileira: desafios, oportunidades e responsabilidade profissional. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 76, n. 3, 2023. Editorial. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/43hJPJLMLnyyV9rtX5gCrzw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Boosting digital health can help prevent millions of deaths from noncommunicable diseases. New York, 23 set. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/23-09-2024-boosting-digital-health-can-help-prevent-millions-of-deaths-from-noncommunicable-diseases>. Acesso em: 12 jun. 2025.

A EVOLUÇÃO DO MARKETING PARA GERAÇÃO DE LEADS: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DAS PROPAGANDAS DO GUARANÁ ANTÁRTICA

Samuel Assis Lara¹, Natália Silva Giarola de Resende²

1 INTRODUÇÃO

A publicidade contemporânea ultrapassa a simples promoção de produtos, buscando construir narrativas simbólicas capazes de estabelecer vínculos emocionais com os consumidores. A articulação entre linguagem verbal, visual e sonora potencializa o impacto das mensagens e favorece a criação de experiências imersivas (Fiorin, 2008). Nesse contexto, o presente estudo investiga, com base na semiótica greimasiana, como estratégias de marketing são mobilizadas para atrair consumidores, tomando como objeto de análise duas campanhas publicitárias do Guaraná Antarctica, veiculadas em diferentes fases do marketing.

A relevância científica da pesquisa reside na compreensão das transformações discursivas e simbólicas presentes no marketing estratégico contemporâneo. Ao aplicar a teoria semiótica, busca-se demonstrar como recursos simbólicos influenciam o comportamento do consumidor e favorecem a geração de leads. Assim, o objetivo central consiste em analisar de que maneira o percurso gerativo de sentido, articulado aos paradigmas do marketing, produz significados e estabelece vínculos culturais entre marca e consumidor.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Marketing como estratégia para captação de leads.

Kotler (2000) define marketing como “a ciência e a arte de explorar, criar e entregar valor para satisfazer as necessidades de um mercado-alvo com lucro” (Kotler, 2000, p. 15). A

¹ Graduando em administração pelo UNIPTAN – Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves. E-mail: samuelara9@hotmail.com

² Doutora em Estudos Linguísticos (Linguagem e Tecnologia), pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Letras (UFSJ), especialista em Marketing Digital (Estácio de Sá) e graduada em Jornalismo (UFSJ) e Letras (UNINTER). Pesquisadora membro no Grupo de Pesquisa em Mídia, Interação e Sentido (PUC Minas). Coordenadora e professora do curso de administração no UNIPTAN. E-mail: natalia.resende@uniptan.edu.br

presente pesquisa analisou a evolução do marketing e as estratégias utilizadas em cada uma de suas fases, considerando sua adaptação às transformações sociais e tecnológicas.

Segundo Kotler (1967), o marketing pode ser dividido em diferentes fases históricas. O marketing 1.0 surgiu no período pós-Revolução Industrial, sendo centrado exclusivamente no produto, marcado pela produção em massa e pelo modelo fordista. Posteriormente, na década de 1960, desenvolveu-se o marketing 2.0, cujo foco passou a ser o consumidor e a valorização de atributos percebidos.

A fase 3.0 incorporou uma perspectiva mais humanizada, considerando valores culturais, sociais e emocionais. Conforme aponta Kotler (2010), “o consumidor demanda abordagens de marketing mais colaborativas, culturais e espirituais” (Kotler, 2010, p. 22). Já o marketing 4.0 consolidou a inserção digital e a interação bidirecional entre marcas e consumidores.

Mais recentemente, os conceitos de marketing 5.0 e 6.0 passaram a abordar, respectivamente, a utilização da inteligência artificial e a integração entre digitalização e humanização. Embora essas fases não constituam o foco principal deste estudo, sua contextualização é importante para compreender a evolução dos paradigmas mercadológicos.

2.2 A semiótica greimasiana

A semiótica discursiva desenvolvida por Greimas constitui uma abordagem de base linguística e antropológica voltada à análise dos processos de significação, estruturando-se em dois planos fundamentais: o do conteúdo e o da expressão (Fiorin, 2008, p. 14). Neste estudo, essa teoria foi aplicada com o objetivo de interpretar as mensagens construídas nas campanhas publicitárias analisadas, permitindo evidenciar as estratégias discursivas adotadas em diferentes contextos históricos para a captação de leads.

Sua principal ferramenta é o percurso gerativo de sentido, dividido em três níveis: fundamental, narrativo e discursivo.

O nível fundamental corresponde à camada mais abstrata do sentido, estruturada a partir de oposições semânticas elementares, como vida versus morte ou tradição versus modernidade. Essas categorias são organizadas por meio do quadrado semiótico, representação gráfica utilizada para mapear as tensões discursivas.

O nível narrativo transforma essas oposições em ações e relações entre sujeitos e objetos de valor. Segundo Fiorin (2008), “a narratividade é uma transformação situada entre dois

estados sucessivos e diferentes” (Fiorin, 2008, p. 27). Nesse nível, destacam-se elementos como sujeito do fazer, objeto de valor, manipulação e sanção.

Já o nível discursivo corresponde à concretização do sentido por meio de temas e figuras. Fiorin (2008) explica que “no nível discursivo, as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhes dão concretude” (p. 41). Assim, conceitos abstratos como liberdade, felicidade ou identidade passam a ser representados por imagens, sons, comportamentos e elementos visuais específicos.

Dois conceitos complementares enriquecem essa abordagem: a semiótica sincrética, responsável pela articulação de múltiplas linguagens em um mesmo texto, e o semissimbolismo, que analisa a atribuição de valor simbólico aos elementos visuais. Ambos foram fundamentais para compreender como as campanhas analisadas construíram sentidos simbólicos e reforçaram identidades de marca.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa adotou abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada em análise documental e bibliográfica. O corpus do estudo foi composto por duas campanhas publicitárias do Guaraná Antarctica: “Pipoca e Guaraná” (1991) e “Jingle Bell e Natal Rock” (2020).

A escolha das campanhas fundamentou-se em sua relevância histórica, simbólica e estratégica, representando distintos momentos da evolução do marketing, especialmente os modelos 1.0/2.0 e 4.0, bem como diferentes formas de abordagem narrativa e persuasiva na publicidade.

Os critérios de seleção das peças incluíram: presença evidente das fases do marketing estudadas, disponibilidade pública em plataformas digitais e forte presença de elementos audiovisuais adequados à análise semiótica.

A coleta de dados foi realizada por meio da observação direta das campanhas disponíveis na plataforma YouTube. As peças foram registradas, descritas e segmentadas conforme seus elementos visuais, sonoros, textuais e simbólicos.

A análise foi conduzida à luz da teoria semiótica greimasiana, conforme estruturada por Algirdas Julien Greimas e discutida por Fiorin, com foco no percurso gerativo de sentido em seus níveis fundamental, narrativo e discursivo, além das características das diferentes fases do marketing descritas por Kotler.

Também foram mobilizados os conceitos de isotopia, semiótica sincrética e semissimbolismo, com o objetivo de identificar recorrências discursivas, articulações simbólicas e mecanismos de construção de sentido presentes nas campanhas.

As informações obtidas foram organizadas em quadros analíticos relacionando figuras, temas, oposições semânticas, mecanismos narrativos e recursos cromáticos utilizados nas peças publicitárias. A análise foi realizada manualmente, por meio de fichamentos estruturados em categorias analíticas, garantindo maior sistematização e reprodutibilidade ao estudo.

4 RESULTADOS

A análise das campanhas publicitárias revelou diferenças significativas na construção narrativa, nos recursos expressivos e nas estratégias de captação de leads, evidenciando a evolução das práticas publicitárias ao longo do tempo.

A campanha “Pipoca e Guaraná” (1991) apresentou estrutura narrativa simples e direta, característica do marketing 1.0, centrado no produto. O Guaraná Antarctica é figurativizado como objeto de valor inserido em um contexto doméstico de lazer, no qual o consumo do refrigerante se associa diretamente ao hábito de consumir pipoca.

A manipulação narrativa baseia-se predominantemente na sedução sensorial, com destaque para a repetição visual e sonora da pipoca estourando e do refrigerante sendo servido, constituindo uma isotopia coerente e facilmente reconhecível pelo público. O percurso narrativo mostra-se linear: o sujeito do fazer (consumidor) busca o objeto de valor (Guaraná Antarctica) para completar sua experiência de lazer.

Em contraposição, a campanha “Jingle Bell e Natal Rock” (2020), vinculada ao marketing 4.0, apresenta construção discursiva mais complexa e emocionalmente elaborada. A campanha explora intensamente o nível discursivo ao trabalhar temas como brasilidade, inclusão e celebração, figurativizados em elementos culturais como o vira-lata caramelo, roupas leves, churrasco, funk e comidas típicas brasileiras.

A narrativa estrutura-se sobre a oposição semântica entre identidade e alteridade, representada pela dicotomia entre o Natal tradicional europeu, associado à neve, lareira e urso polar, e o Natal tropical brasileiro. Nesse contexto, o Guaraná Antarctica é elevado à condição de símbolo nacional, integrando-se ao imaginário cultural brasileiro.

A semiótica sincrética mostra-se amplamente presente nessa campanha, por meio da articulação entre imagem, música, humor e texto verbal. A trilha sonora original, com

expressões como “churrasco e confusão”, reforça o apelo emocional e amplia a identificação do público com a narrativa proposta.

O semissimbolismo também se evidencia na composição cromática e na organização visual das cenas. As cores predominantes, vermelho, verde, amarelo, branco e azul, assumem funções simbólicas específicas. O azul associa-se ao frio do Natal norte-americano, enquanto o amarelo remete ao calor, à alegria e à tropicalidade do Natal brasileiro.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa demonstrou que a semiótica greimasiana, aplicada ao campo do marketing, constitui importante ferramenta para compreender as transformações discursivas presentes nas campanhas publicitárias contemporâneas.

A partir da análise das campanhas “Pipoca e Guaraná” (1991) e “Jingle Bell e Natal Rock” (2020), observou-se que as estratégias de captação de leads evoluíram de abordagens centradas exclusivamente no produto para narrativas mais complexas, emocionalmente envolventes e culturalmente contextualizadas.

Na primeira campanha predominou uma comunicação direta e sensorial, baseada na valorização do produto. Já na segunda, verificou-se a utilização de recursos discursivos sofisticados que articulam brasilidade, pertencimento cultural e emoção para posicionar o Guaraná Antarctica como símbolo identitário nacional.

Além disso, a semiótica sincrética e o semissimbolismo mostraram-se fundamentais para compreender os mecanismos responsáveis pela construção de sentido e fortalecimento das mensagens publicitárias.

Conclui-se, portanto, que a evolução do marketing, aliada aos recursos da semiótica discursiva, contribuiu para o desenvolvimento de estratégias publicitárias mais eficazes na atração e retenção de consumidores, utilizando narrativas cada vez mais interativas, simbólicas e emocionalmente envolventes para geração de leads de maneira mais natural e eficiente.

REFERÊNCIAS

FIORIN, José Luiz. Introdução à semiótica: a questão do método. São Paulo: Contexto, 2008.

FORD, Henry. My Life and Work. New York: Doubleday, Page & Company, 1922.

HELLER, Eva. A Psicologia das Cores: Como as cores afetam a emoção e a razão. São Paulo: Gustavo Gili, 2000.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip. Marketing 3.0: As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, Philip. Marketing 4.0: Do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 5.0: Tecnologia para a Humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

MIQUELETTI, Eliane; SCOPARO, Tânia. A articulação dos textos sincréticos no ensino de língua materna. Revista Letras, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2013.

TEIXEIRA, Ivan. Estudos de Semiótica Visual. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

"Pipoca e Guaraná" (1991). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jLaGD-LlXB4>. Acesso em: 02 de fevereiro 2025.

"Jingle Bell e Natal Rock" (2020). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zvG9rNSW5tk>. Acesso em: 02 de fevereiro 2025.

A PSICOPATIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: ANÁLISE CRÍTICA DA INADEQUAÇÃO JURÍDICA E SEUS IMPACTOS NA RESPONSABILIDADE PENAL

Raíssa da Silva Corrêa¹

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é frequentemente confrontada com crimes bárbaros e cruéis que colocam em xeque a compaixão humana. O Brasil, diante dos elevados índices de violência, frequentemente presencia casos em que os agentes apresentam características associadas à psicopatia, como ausência de empatia, manipulação e frieza emocional. Embora popularmente associada à violência extrema, a psicopatia não implica, necessariamente, comportamento criminoso, o que demonstra que o tema ainda é cercado por estigmas e interpretações equivocadas pela sociedade.

A psicopatia possui origem multifatorial, envolvendo fatores genéticos, neurobiológicos, ambientais, sociais, culturais e econômicos. Seus traços podem manifestar-se ainda na infância, sendo posteriormente moldados pelas experiências vivenciadas ao longo do desenvolvimento do indivíduo. Conforme destaca Silva (2018, p. 17), os psicopatas são indivíduos “frios, insensíveis, manipuladores, perversos, transgressores das regras sociais, impiedosos, imorais, sem consciência e desprovidos de compaixão, culpa e remorso”, atuando, muitas vezes, de forma discreta nos mais diversos setores sociais.

Nesse contexto, o Direito Penal brasileiro enfrenta desafios significativos quanto ao enquadramento jurídico desses indivíduos, especialmente no que se refere à imputabilidade penal, à reincidência criminal e à ausência de legislação específica para tratamento e acompanhamento de pessoas diagnosticadas com Transtorno de Personalidade Antissocial.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a inadequação do sistema jurídico brasileiro frente à psicopatia, discutindo seus impactos na responsabilidade penal e a necessidade de mecanismos legais específicos para o tratamento jurídico desses indivíduos.

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. E-mail para contato: raissascorreapessoal@gmail.com.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A psicopatia e o sistema jurídico brasileiro

A psicopatia está associada ao Transtorno de Personalidade Antissocial (CID-10 F60.2), conforme classificação da Associação Americana de Psiquiatria. Estudos apontam que sua origem não está relacionada apenas a fatores comportamentais, mas também a aspectos interpessoais, afetivos e neurobiológicos, configurando um grave distúrbio do sistema psíquico que influencia diretamente o comportamento do indivíduo.

Entre as principais características observadas em indivíduos psicopatas estão a insensibilidade emocional, ausência de culpa e remorso, egocentrismo, manipulação, impulsividade e pobreza de reações afetivas. Diferentemente de outros transtornos mentais, a psicopatia não apresenta alterações de percepção da realidade, delírios ou alucinações, preservando-se a plena capacidade cognitiva e racional do indivíduo.

Entretanto, é importante destacar que nem todo psicopata é criminoso ou violento. Pesquisas estimam que cerca de 4% da população mundial apresenta traços compatíveis com o transtorno, mas apenas aproximadamente 1% corresponde ao subtipo mais grave, associado a comportamentos violentos e alta periculosidade. Psicopatas possuem grande capacidade de sedução e manipulação, enxergando frequentemente as pessoas como instrumentos para satisfação de seus próprios interesses.

O sistema jurídico brasileiro apresenta lacunas relevantes quanto ao tratamento jurídico da psicopatia. Enquanto o Código Civil de 2002, especialmente após o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015, passou a reconhecer maior autonomia às pessoas com deficiência física ou mental, o Código Penal ainda adota critérios tradicionais de imputabilidade.

O artigo 26 do Código Penal estabelece que é isento de pena o agente que, em razão de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Contudo, tal dispositivo não se aplica ao psicopata, uma vez que o transtorno não compromete sua lucidez, consciência ou compreensão da realidade.

Diferentemente de doenças como a esquizofrenia, que podem alterar o pensamento e a percepção do indivíduo, o psicopata possui plena capacidade de entendimento acerca da ilicitude de suas ações, agindo, muitas vezes, de forma racional, planejada e premeditada.

A reincidência criminal entre indivíduos psicopatas apresenta índices significativamente superiores quando comparados à população carcerária geral. Hemphill *et al.* (1998) apontam que psicopatas possuem taxa de reincidência três vezes maior do que não psicopatas, além de probabilidade quatro vezes superior de reincidir em crimes violentos.

Harris *et al.* (1991), em estudo realizado com detentos do sexo masculino, identificaram taxa de reincidência de 77% entre psicopatas, enquanto entre não psicopatas o índice foi de 21%. No Brasil, a reincidência criminal geral alcança aproximadamente 70% (DEPEN, 2022), chegando a 51,4% no estado de Minas Gerais em até cinco anos após o cumprimento da pena.

Embora representem minoria nas unidades prisionais, indivíduos com psicopatia se destacam pelo elevado poder de manipulação e influência sobre outros detentos, frequentemente assumindo posições de liderança em organizações criminosas e rebeliões, dificultando os processos de ressocialização no ambiente prisional..

2.2 A escala PCL-R

A Escala Psychopathy Checklist Revised (PCL-R), desenvolvida por Robert Hare em 1991 e adaptada para o Brasil por Hilda Penteado Morana em 2000, consiste em um instrumento utilizado para identificação de traços psicopáticos em indivíduos inseridos no sistema prisional, auxiliando na previsão de reincidência criminal e em pesquisas científicas.

O exame avalia vinte critérios relacionados a aspectos emocionais, interpessoais e comportamentais, atribuindo pontuações de 0 a 2 para cada item, totalizando, no máximo, 40 pontos. Em geral, utiliza-se pontuação igual ou superior a 25 como critério indicativo de psicopatia.

2.3 Consciência como Vetor da Culpabilidade

A culpabilidade, no Direito Penal, está relacionada à possibilidade de reprovação da conduta do agente que, no momento da prática criminosa, possuía potencial consciência da ilicitude do fato.

Os psicopatas, embora apresentem alterações emocionais e afetivas, mantêm plena capacidade de compreender a ilegalidade de seus atos. Seus crimes costumam ser praticados de maneira intencional, racional e, muitas vezes, extremamente cruel. Diferentemente de

indivíduos acometidos por transtornos mentais incapacitantes, os psicopatas não agem sob delírios ou perda de contato com a realidade, mas sim mediante planejamento e premeditação.

Essa característica reforça a necessidade de reconhecimento da imputabilidade penal desses indivíduos, bem como da realização de avaliações psiquiátricas especializadas no momento da prisão, considerando sua elevada periculosidade e potencial de reincidência.

4 ANÁLISE DE CASOS EMBLEMÁTICOS

4.1 “O Maníaco do Parque”

Francisco de Assis Pereira, conhecido nacionalmente como “Maníaco do Parque”, tornou-se um dos casos criminais mais emblemáticos do Brasil devido à extrema frieza e crueldade de seus atos. Utilizando-se de grande poder de sedução e manipulação, atraía mulheres com falsas promessas de trabalho como modelo fotográfico, conduzindo-as ao Parque Estadual de São Paulo, onde cometia estupros e homicídios.

Francisco foi condenado por pelo menos sete homicídios e diversas tentativas de assassinato, totalizando pena superior a 260 anos de prisão. Contudo, diante da legislação penal brasileira vigente à época, a pena máxima de cumprimento efetivo era limitada. O caso gerou intenso debate acerca da ausência de mecanismos jurídicos específicos para indivíduos com perfil psicopático e elevado risco de reincidência.

4.2 O caso do menino de 9 anos que matou 23 animais no Paraná

Outro caso que gerou forte repercussão foi o de uma criança de nove anos que invadiu um hospital veterinário em Nova Fátima, no Paraná, e matou 23 animais com extrema crueldade.

Embora não seja possível diagnosticar formalmente a psicopatia na infância, o caso acendeu debates acerca da identificação precoce de comportamentos associados ao transtorno de conduta. Segundo Silva (2018, p. 240), traços psicopáticos podem manifestar-se ainda na infância, sendo classificados, antes dos dezoito anos, como transtorno de conduta.

Entretanto, o ordenamento jurídico brasileiro considera inimputáveis os menores de dezoito anos, aplicando-se as disposições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

4.3 O caso Daniella Perez

O assassinato da atriz Daniella Perez, ocorrido em 1992, comoveu profundamente a sociedade brasileira. O crime foi praticado pelo ator Guilherme de Pádua e sua então esposa, Paula Thomaz.

Durante o julgamento, Guilherme foi descrito como indivíduo ambicioso, manipulador e desprovido de remorso, apresentando comportamento compatível com traços psicopáticos. Condenado por homicídio duplamente qualificado, o caso impulsionou importantes debates legislativos, especialmente após mobilização conduzida por Glória Perez, mãe da vítima, para inclusão do homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos.

4.4 O Projeto de Lei Nº 6858/2010

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.858/2010, de autoria do ex-deputado Marcelo Itagiba, que propõe alterações na Lei de Execução Penal com foco específico em condenados diagnosticados com Transtorno de Personalidade Antissocial.

O projeto prevê a criação de comissão técnica independente da administração prisional para realização de exames criminológicos especializados. Entre as medidas propostas, destacam-se a classificação específica de presos psicopatas, o cumprimento de pena em seção distinta dos demais detentos e a exigência de laudo técnico favorável para concessão de benefícios como progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

A proposta busca minimizar os riscos de reincidência e fortalecer a segurança jurídica e social diante da elevada periculosidade desses indivíduos.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, evidencia-se que a psicopatia não se enquadra nas hipóteses previstas pelo artigo 26 do Código Penal, uma vez que não compromete a capacidade de compreensão da ilicitude dos atos praticados. O indivíduo psicopata possui plena consciência de suas ações e das consequências decorrentes delas, agindo de forma racional e direcionada à satisfação de seus próprios interesses.

Embora a neurociência e a psiquiatria tenham avançado significativamente na compreensão do transtorno, o ordenamento jurídico brasileiro ainda apresenta lacunas importantes quanto ao tratamento penal e processual desses indivíduos. A ausência de legislação específica dificulta a adoção de medidas adequadas de controle, acompanhamento e prevenção da reincidência criminal.

Nesse contexto, torna-se necessária a criação de legislação específica voltada ao tratamento jurídico da psicopatia, considerando aspectos neurocientíficos, psiquiátricos e criminológicos, sem afastar a imputabilidade penal desses indivíduos. Tal medida contribuiria para maior segurança jurídica, proteção social e efetividade do sistema penal brasileiro, especialmente diante da elevada periculosidade e capacidade de manipulação associadas ao transtorno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional – 2022.

MORANA, Hilda Clotilde Penteado. PCL-R- Psychopathy Checklist Revised. Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias, v. 1, n. 1, 2011.

SILVA, Ana Beatriz B. Mentos Perigosas: o psicopata mora ao lado... Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

SILVA, K. A. *et al.* Psicopatia e Direito Penal: A importância de uma legislação específica para um infrator psicopata. 2023.

ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA PRECOCE E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA COM MIELOMENINGOCELE: RELATO DE CASO

Polliana Alexia de Souza¹, Letícia Aparecida Moreira Ferreira¹, Rafael Gustavo Pereira¹, Kelly Jackeline Oliveira Pereira Andrade²

1 INTRODUÇÃO

A mielomeningocele (MMC), forma mais grave de espinha bífida, configura-se como uma das malformações congênitas mais comuns do sistema nervoso central, resultando em uma complexa gama de sequelas neurológicas, ortopédicas, urológicas e cognitivas. Essas manifestações impactam diretamente o desenvolvimento neuropsicomotor e a qualidade de vida das crianças acometidas e de suas famílias.

Dada a natureza crônica e multifacetada da condição, a intervenção precoce e multidisciplinar torna-se essencial para otimizar o potencial funcional e minimizar a progressão de disfunções secundárias desde os primeiros anos de vida. Nunes *et al.* (2024) destacam a atuação fisioterapêutica como fundamental para a promoção do desenvolvimento neuropsicomotor, a prevenção de deformidades e a melhoria da funcionalidade em crianças com MMC, ressaltando a importância de abordagens terapêuticas iniciadas o mais precocemente possível.

Nesse cenário, a fisioterapia emerge como um pilar fundamental no processo reabilitador, visando não apenas à aquisição de marcos motores, mas também à promoção da independência nas atividades diárias e à participação social. A capacidade de adquirir habilidades motoras e a consequente independência funcional são determinantes para a qualidade de vida dessas crianças, sendo diretamente influenciadas pela precocidade e adequação das intervenções. Estudos como o de Ferreira *et al.* (2012) investigam os níveis de independência funcional em crianças na primeira infância com mielomeningocele, fornecendo subsídios para compreender os desafios e as potencialidades a serem exploradas na prática clínica.

¹ Discente do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves –UNIPTAN.

² Docente do Curso de Fisioterapia do UNIPTAN.

E-mail para contato: Kelly.andrade@uniptan.edu.br.

Diante da relevância da intervenção precoce e da necessidade de compartilhar experiências que contribuam para a prática baseada em evidências, o presente relato de caso tem como objetivo descrever a abordagem fisioterapêutica aplicada a uma criança com mielomeningocele na primeira infância e analisar seus impactos no desenvolvimento neuropsicomotor ao longo do processo de reabilitação.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

As atividades foram desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão vinculado à disciplina Estágio Supervisionado em Fisioterapia na Atenção Primária à Saúde, do 7º período do curso de Fisioterapia.

O projeto foi executado na Clínica Escola de Fisioterapia, localizada no prédio do UNIPTAN, ambiente no qual são oferecidos atendimentos fisioterapêuticos gratuitos à população local, com foco em pacientes pediátricos com demandas neurológicas.

O público-alvo das atividades foi composto por crianças com alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, especialmente com diagnósticos como paralisia cerebral, síndromes genéticas e mielomeningocele, sendo este último o foco do presente acompanhamento.

Dentre os serviços oferecidos à comunidade, destaca-se o atendimento individualizado à paciente L.A.M.L., do sexo feminino, atualmente com 1 ano e 4 meses. A criança foi encaminhada à fisioterapia com 1 mês e 20 dias de vida, em pós-operatório de mielomeningocele, apresentando queixas de incontinência urinária, hiperflexão dos dedos dos pés e necessidade de ganho de função dos membros inferiores, devido à lesão medular em nível sacral.

Desde o encaminhamento, a paciente passou a ser atendida regularmente, com frequência de duas sessões semanais, com duração média de 50 minutos cada.

As atividades foram desenvolvidas na própria clínica, com envolvimento de acadêmicos do curso de Fisioterapia sob supervisão direta da docente responsável pela condução clínica. A participação dos estudantes incluiu realização das avaliações iniciais e periódicas, aplicação das técnicas fisioterapêuticas, elaboração de registros em prontuário e orientação aos familiares.

A intervenção fisioterapêutica incluiu técnicas variadas e adaptadas à evolução da paciente. Inicialmente, foram aplicadas liberação miofascial, mobilizações passivas de membros superiores e inferiores, posicionamento em tummy time sobre bola feijão e

estimulação da linha média. Também foram realizados estímulos para controle cefálico, resposta a estímulos visuais e auditivos e alongamentos dos dedos das mãos e dos pés.

Posteriormente, a bandagem funcional foi introduzida com bons resultados, visando à correção da rotação interna dos pés e à melhora da dorsiflexão. As sessões evoluíram para exercícios de controle postural, propriocepção, equilíbrio e treino de marcha com auxílio, além do uso de brinquedos lúdicos e interativos para estimular fala, cognição e engajamento nas atividades.

Os resultados alcançados ao longo do período foram positivos. A paciente demonstrou evolução compatível com os marcos do desenvolvimento esperados para sua idade, adquirindo habilidades motoras como rolar, permanecer em quatro apoios, sentar-se e iniciar marcha lateral com apoio.

Observou-se, ainda, melhora da força e do tônus muscular dos membros inferiores, da estabilidade de tronco e da autonomia nas transições posturais. Também foi mantido contato contínuo com a família, promovendo orientações quanto à segurança no lar e à importância da continuidade do acompanhamento fisioterapêutico, sobretudo considerando as queixas persistentes de incontinência urinária e fecal.

O trabalho interdisciplinar e colaborativo entre docente, estudantes e família foi essencial para o sucesso do tratamento, reforçando a importância da atuação fisioterapêutica precoce no desenvolvimento neuropsicomotor de crianças com MMC.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o acompanhamento fisioterapêutico da paciente com diagnóstico de MMC, observou-se evolução motora e sensorial progressiva e significativa ao longo das sessões.

A intervenção precoce com estímulos motores, sensoriais e posturais foi essencial para o desenvolvimento funcional da criança, respeitando suas individualidades e promovendo sua autonomia dentro dos marcos do neurodesenvolvimento esperados para a idade.

Nas primeiras semanas, foram realizadas técnicas como liberação miofascial e mobilizações passivas de membros superiores e inferiores, associadas ao posicionamento em tummy time sobre bola feijão e à estimulação da linha média. Essas estratégias contribuíram para o controle cefálico e para o engajamento da paciente com estímulos visuais e auditivos.

Também foram aplicadas técnicas de alongamento dos dedos das mãos e dos pés e estímulos para o rolar, com resultados positivos observados desde as primeiras sessões.

A introdução da bandagem funcional teve papel relevante. Inicialmente, foi realizado teste para verificar possíveis reações alérgicas e, posteriormente, a bandagem foi aplicada de forma terapêutica, com o objetivo de corrigir a rotação interna dos pés, melhorar a dorsiflexão e favorecer a extensão dos dedos. Estudos apontam os benefícios da bandagem funcional em recém-nascidos com pé torto congênito associado à mielomeningocele, destacando sua eficácia como recurso complementar à fisioterapia convencional.

Conforme o desenvolvimento da paciente progredia, as sessões passaram a incluir atividades de propriocepção, controle postural em diferentes bases de apoio, como o puppy e a bola suíça, estímulos para alcance e manipulação de objetos e treino de equilíbrio. Também foram utilizadas estratégias lúdicas com brinquedos musicais e interativos, visando potencializar o engajamento da criança nas atividades e estimular a fala e a interação com o ambiente.

Foi notável a melhora do tônus e da força muscular dos membros inferiores, da sensibilidade tátil e da estabilidade do tronco, culminando na aquisição de marcos importantes, como rolar para os dois lados, manter-se em quatro apoios, realizar a transição de sentado para ortostatismo com apoio e desenvolver marcha lateral com auxílio.

Nas sessões mais recentes, a paciente demonstrou maior tempo em ortostatismo, passos com andador e independência crescente nas trocas posturais.

A abordagem terapêutica seguiu uma linha de tratamento centrada no desenvolvimento funcional, respeitando as características neurológicas da MMC e enfatizando o ganho progressivo de habilidades motoras. Isso foi possível por meio da associação entre mobilizações, técnicas sensoriais, uso de bandagem funcional, exercícios posturais e treino de marcha.

Além disso, manteve-se contato constante com a família da paciente, fornecendo orientações sobre segurança domiciliar e a importância do acompanhamento contínuo, especialmente diante dos episódios de incontinência urinária, que constituem queixa comum nesse perfil clínico.

Portanto, o plano fisioterapêutico aplicado demonstrou ser eficaz para estimular as funções neuromotoras e sensoriais da paciente, que apresentou evolução compatível com os marcos esperados para a idade, com ganhos funcionais importantes para sua autonomia e qualidade de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos atendimentos, a paciente apresentou evolução fisioterapêutica significativa. Desde a estimulação inicial com liberação miofascial e tummy time, observaram-se ganhos progressivos em diferentes áreas do desenvolvimento neuropsicomotor.

A mobilização de membros superiores e inferiores, associada aos estímulos visuais e auditivos, foi essencial para o controle postural, principalmente de cabeça e tronco, bem como para o acompanhamento de objetos.

A bandagem funcional nos pés mostrou-se recurso relevante para auxiliar na correção da rotação interna e na extensão dos dedos, promovendo melhora do arco plantar e da dorsiflexão. Com o avanço do tratamento, a paciente demonstrou maior autonomia nos rolamentos e na sustentação de peso, acompanhando os marcos do desenvolvimento esperados para a idade.

O trabalho focado em propriocepção, postura sentada, elevação pélvica e descarga de peso em membros inferiores e superiores contribuiu significativamente para o ganho de tônus e força muscular, além da melhora da sensibilidade tátil.

A transição para quatro apoios e, posteriormente, a passagem da posição sentada para ortostatismo com e sem apoio, utilizando recursos como bola suíça e carrinho interativo, representaram etapas importantes para a busca da marcha independente.

A intervenção fisioterapêutica precoce mostrou-se fundamental para o desenvolvimento motor e cognitivo da paciente, favorecendo avanços significativos nos marcos do neurodesenvolvimento e ganhos funcionais importantes.

Dessa forma, conclui-se que a abordagem fisioterapêutica precoce contribuiu positivamente para o desenvolvimento neuropsicomotor da criança com MMC, promovendo maior funcionalidade, autonomia e preparo para os desafios motores futuros.

REFERÊNCIAS

NUNES, D. L. V.; SILVA, F. M. V.; BARBOZA, E. R. M.; CÂMARA, L. V.; PEREIRA, D. A. Atuação fisioterapêutica no desenvolvimento neuropsicomotor de crianças nascidas com mielomeningocele. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 1184-1196, jan./fev. 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/66319> . Acesso em: 8 jun. 2025.

FERREIRA, L. B.; RESENDE, R. A.; NEVES, A. B. Independência funcional de crianças de um a quatro anos com mielomeningocele. *Fisioterapia em Movimento*, Curitiba, v. 25, n. 1, p. 196-201, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/fp/a/mR4p5ykKXf6jKT9pqd3HTfk/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 8 jun. 2025.

BOULHOSA, F. J. da S. *et al.* Benefícios da aplicação da bandagem funcional em recém-nascido com pé torto congênito: relato de experiência. Revista CPAQV, v. 16, n. 3, p. 6, 11 nov. 2024. Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/2373> . Acesso em: 17 jun. 2025.

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS COM ADOLESCENTES ATLETAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA LIGA ACADÊMICA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA

Andréia Andrade dos Santos¹, Marcela Nolasco¹, Jane Daisy de Sousa Almada resende¹, Ana Carolia Lima de Oliveira², Lívia Maria de Paula Santos², Lucyane Aparecida Maia², Maryana Aparecida do Amaral Nascimento², Paulicea Aparecida da Silva Carvalho², Vitória Marcolino da Silva², Vitória Helena Campos de Freitas², Kassyane Eduarda Nogueira²

1 INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) representam um importante desafio para a saúde pública mundial, afetando milhões de pessoas, especialmente adolescentes e jovens. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2022), essa população constitui um grupo vulnerável devido à insuficiência de informações, práticas sexuais desprotegidas e acesso limitado aos serviços de saúde. A adolescência caracteriza-se como um período de descobertas, construção da identidade e experimentação da sexualidade, demandando ações efetivas de educação em saúde voltadas à promoção do autocuidado e da prevenção.

Nesse contexto, a escola de esportes configura-se como um ambiente favorável para o desenvolvimento de práticas educativas em saúde, por possibilitar interação, socialização e fortalecimento de vínculos entre os adolescentes. Além disso, ações educativas desenvolvidas em espaços não convencionais contribuem para ampliar o alcance das estratégias de promoção da saúde.

As Ligas Acadêmicas também assumem papel relevante nesse cenário, por se configurarem como dispositivos pedagógicos alinhados às metodologias ativas de ensino, favorecendo a construção do conhecimento por meio da integração entre teoria e prática, da aprendizagem significativa e da interação dialógica entre os sujeitos (Araújo *et al.*, 2019). Essas iniciativas promovem o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e do protagonismo estudantil, além de fortalecerem a articulação entre ensino, serviço e comunidade (Araújo *et al.*, 2021).

¹ Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Discente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo relatar a experiência de uma ação educativa sobre ISTs, realizada por integrantes da Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde Coletiva com adolescentes atletas, visando promover conscientização, prevenção e educação em saúde sexual.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem crítico-reflexiva, desenvolvido no mês de maio de 2025 em uma escola de esportes localizada na cidade de São João del-Rei/MG.

A ação educativa foi planejada e executada por membros da Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde Coletiva, em parceria com a coordenação da instituição esportiva. O público-alvo foi composto por adolescentes do sexo masculino, com idades entre 17 e 18 anos, regularmente matriculados na escola de esportes.

A atividade ocorreu presencialmente, em um espaço destinado a reuniões coletivas da instituição, às 08h00min, contando com aproximadamente 40 participantes.

A metodologia adotada foi participativa e dialógica, fundamentada nos pressupostos da Educação Popular em Saúde propostos por Freire (1987). Inicialmente, realizou-se uma apresentação dos participantes e do tema abordado, seguida de dinâmicas de interação e reflexão coletiva.

Foram utilizados recursos educativos como cartazes ilustrativos, vídeos curtos e demonstração prática do uso correto do preservativo masculino. Os conteúdos trabalhados incluíram: Conceito e principais tipos de ISTs; Formas de transmissão; Sinais e sintomas; Métodos de prevenção; Importância do uso de preservativos; Testagem regular; Vacinação disponibilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS); Serviços de saúde disponíveis para atendimento e orientação.

A linguagem utilizada foi adaptada à faixa etária dos participantes, priorizando comunicação clara, acessível e contextualizada à realidade dos adolescentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação educativa contou com a participação ativa de aproximadamente 40 adolescentes atletas, que demonstraram receptividade, interesse e curiosidade durante toda a atividade, especialmente em relação às formas de prevenção e aos mitos envolvendo as ISTs.

Observou-se que o conhecimento prévio dos participantes era limitado, estando concentrado principalmente no HIV/AIDS. Outras ISTs, como sífilis, HPV, gonorreia, clamídia e herpes genital, eram pouco conhecidas pelos adolescentes.

Durante as discussões, surgiram questões relacionadas à vergonha de adquirir preservativos, ao desconhecimento sobre vacinas disponíveis para prevenção de ISTs, especialmente HPV e Hepatite B, e ao receio em realizar testagens nas unidades de saúde.

As dinâmicas realizadas favoreceram a troca de experiências, a participação coletiva e a desconstrução de tabus relacionados à sexualidade e prevenção. O uso de linguagem acessível e exemplos do cotidiano contribuiu significativamente para o envolvimento dos adolescentes e para a compreensão dos conteúdos abordados.

Conforme proposto por Freire (1987), a educação em saúde baseada no diálogo valoriza os conhecimentos prévios dos sujeitos e promove construção coletiva do saber, aspecto evidenciado ao longo da atividade. Ao final da ação, os participantes relataram maior segurança para buscar informações, utilizar preservativos e procurar os serviços de saúde para realização de testagens e vacinação.

Além disso, a experiência reforçou a importância da atuação do enfermeiro e dos acadêmicos de Enfermagem em espaços comunitários e educativos, ampliando as ações de promoção da saúde para além dos ambientes tradicionais de cuidado.

As atividades extensionistas desenvolvidas pela Liga Acadêmica também contribuíram para a formação dos estudantes envolvidos, fortalecendo habilidades relacionadas à comunicação, educação em saúde, trabalho em equipe e atuação crítica junto à comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada demonstrou que a educação em saúde constitui uma importante estratégia para prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis entre adolescentes, especialmente quando realizada de forma participativa, dialógica e adequada à realidade do público-alvo.

A escola de esportes mostrou-se um ambiente favorável para ações de promoção da saúde, fortalecendo a integração entre os setores da saúde e educação e possibilitando maior aproximação com os adolescentes.

Além dos benefícios proporcionados aos participantes, a ação contribuiu significativamente para a formação acadêmica dos integrantes da Liga Acadêmica de

Enfermagem em Saúde Coletiva, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas à prática educativa, comunicação e atuação comunitária.

Diante dos resultados observados, destaca-se a necessidade de ampliação de ações intersetoriais voltadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, valorizando espaços não convencionais como importantes territórios de cuidado, prevenção e educação em saúde.

REFERÊNCIAS

Araújo CRC, Lopes RE, Dias MAS, Neto FRGX, Farias QLT, Cavalcante ASP. Contribuição das ligas acadêmicas para a formação em enfermagem. *Enferm. Foco* 2019;10(6):137-142. <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2019.v10.n6.2802>

Araújo CRC, Lopes RE, Sousa FWM, Oliveira EN. Ligas acadêmicas e extensão universitária: contribuições na aprendizagem do estudante de enfermagem. *Rev. Gestão e Saúde*. 2021;12(1):108-118. <https://doi.org/10.26512/ges.v12i01.31997>

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual Técnico para o Diagnóstico das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

ACESSO À JUSTIÇA: UMA PERSPECTIVA JURÍDICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA MEDICINA

Ana Clara Oliveira Nascimento¹, Ana Clara Rocha¹, Gabriela Silva Dias¹, Isadora Baêta da Silva Borges¹, Lavínia Artur de Freitas Vieira¹, Maitê Alvim Lombardi Abreu¹, Karin Cristine Magnan Miyahira²

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto teve como objetivo desenvolver uma plataforma digital com design inspirado na “Netflix”, destinada a funcionar como ferramenta interativa para compreensão e esclarecimento de direitos, buscando reduzir as dificuldades de acesso à informação jurídica. A proposta consiste na criação de uma estrutura acessível e de fácil compreensão, com foco na relação entre inteligência artificial (IA), saúde e direito, disponibilizando vídeos informativos, podcasts, entrevistas, postagens e uma área de perguntas e respostas. Dessa forma, pretende-se contribuir para a ampliação do acesso à justiça por meio da tecnologia.

O uso da inteligência artificial na medicina constitui uma realidade crescente no cenário contemporâneo. Segundo a Associação Nacional de Hospitais Privados, ao final de 2023, aproximadamente 62,5% dos hospitais privados já utilizavam ferramentas de IA. Na realização de diagnósticos, a tecnologia apresenta impacto significativo, uma vez que consegue avaliar e processar informações em grandes bases de dados, contribuindo para diagnósticos precoces e mais precisos (Morsch, 2024).

No reconhecimento de imagens médicas, a IA vem demonstrando grande potencial, sobretudo pela rapidez e precisão na análise de exames, especialmente na área da cardiologia. Além disso, o desenvolvimento de vacinas e medicamentos também vem sendo favorecido pelo uso da inteligência artificial, que contribui para acelerar processos de pesquisa e inovação.

Nesse contexto, a IA desempenhou papel fundamental durante a pandemia de Covid-19, auxiliando na previsão da estrutura do vírus, na formulação de imunizantes mais eficazes, na triagem de componentes, na otimização de ensaios clínicos e na seleção de candidatos para testes, além de colaborar na logística de distribuição de vacinas (Ferfebaum *et al.*, 2024).

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves. – UNIPTAN.

² Docente do Curso de Direito do UNIPTAN.

E-mail para contato: karin.miyahira@uniptan.edu.br.

O monitoramento de pacientes por meio da inteligência artificial também tem se mostrado estratégia eficiente, favorecendo intervenções mais rápidas e estimulando maior autocuidado. Como exemplo, destaca-se a ferramenta “Tia Bete”, inteligência artificial desenvolvida no Brasil para auxiliar pacientes com diabetes, criada pelo médico Leonardo Scandolaro e pelo nutricionista Felipe Muller Rocha. A plataforma, utilizada por aproximadamente 30 mil pessoas por meio do WhatsApp, fornece informações sobre alimentação, dosagem de insulina e outras orientações importantes para a saúde dos usuários. Ressalta-se que a ferramenta possui banco de dados alimentado por profissionais da saúde, garantindo respostas fundamentadas em evidências científicas confiáveis.

Diante desse cenário, torna-se inevitável a discussão acerca da responsabilidade civil relacionada ao uso da inteligência artificial na medicina, exigindo cautela, segurança e responsabilidade em sua aplicação, especialmente por se tratar de um setor de elevado impacto social. Além disso, aspectos éticos, como privacidade de dados, transparência e necessidade de regulamentação, ganham destaque, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e propostas legislativas, como o Projeto de Lei nº 2338/2023, que busca regulamentar a responsabilidade civil no uso da IA e proteger os indivíduos envolvidos.

Assim, o projeto reuniu conteúdos informativos sobre a utilização da inteligência artificial na saúde e possibilitou que os usuários esclarecessem dúvidas relacionadas ao direito à saúde e aos meios jurídicos adequados para sua garantia. Dessa maneira, buscou-se ampliar o acesso ao conhecimento sobre a inteligência artificial aplicada à medicina e democratizar o acesso à informação jurídica.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto de extensão “Acesso à Justiça: uma perspectiva jurídica da inteligência artificial na medicina” integra a disciplina curricularizada Projeto de Extensão II, ofertada no terceiro período do curso de Direito do UNIPTAN.

A metodologia utilizada envolveu diversas atividades. Inicialmente, foram realizadas entrevistas com dois médicos atuantes em diferentes contextos profissionais. O primeiro entrevistado foi o médico residente em infectologia pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Dr. Quéfrem Artur de Freitas Vieira, de 33 anos, com atuação mais próxima da saúde pública. O segundo entrevistado foi o médico cardiologista e diretor adjunto de novos negócios do Hospital

Monte Sinai, em Juiz de Fora/MG, Dr. Gustavo Ramalho, de 57 anos, com trajetória consolidada na iniciativa privada.

A escolha dos profissionais ocorreu em razão da acessibilidade aos entrevistados e da possibilidade de obtenção de perspectivas distintas acerca da utilização da inteligência artificial na prática médica, contemplando tanto a visão de um jovem profissional da saúde pública quanto a experiência de um médico atuante na gestão hospitalar privada.

Além das entrevistas, foi aplicado questionário on-line com 22 participantes, entre estudantes de Medicina, estudantes de Direito, médicos e advogados, com o objetivo de compreender os impactos da inteligência artificial na rotina profissional e identificar as áreas da saúde em que a IA apresenta maior destaque.

Também foi realizado um podcast com o Dr. Rodrigo Paim, advogado, professor de Direito e estudante de Medicina, cuja formação multidisciplinar possibilitou discussões relevantes acerca da temática.

Adicionalmente, foram produzidas postagens contendo curiosidades e informações sobre ferramentas de IA já utilizadas na medicina, evidenciando suas aplicações práticas. Por fim, foi elaborado vídeo informativo abordando a responsabilidade civil relacionada ao uso da inteligência artificial no setor médico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na metodologia aplicada, envolvendo entrevistas, produção de conteúdos digitais e aplicação de questionário on-line, foi possível obter resultados relevantes acerca da percepção e dos impactos da inteligência artificial na saúde sob perspectivas jurídicas e éticas.

O questionário contou com 22 participantes, entre estudantes de Medicina e Direito, médicos e advogados, permitindo análise multidisciplinar da temática. A maioria dos participantes era composta por estudantes de Medicina (45,5%) e estudantes de Direito (36,4%), seguidos por médicos e advogados (9,1%).

Todos os participantes reconheceram a IA como ferramenta útil, especialmente nos diagnósticos médicos e na otimização dos atendimentos, demonstrando percepção positiva quanto ao potencial da tecnologia para aprimorar os serviços de saúde. Além disso, 81,8% afirmaram que a IA contribui para melhorar o atendimento médico e facilitar diagnósticos, enquanto 72,7% ressaltaram a importância das discussões relacionadas à ética e à responsabilidade civil.

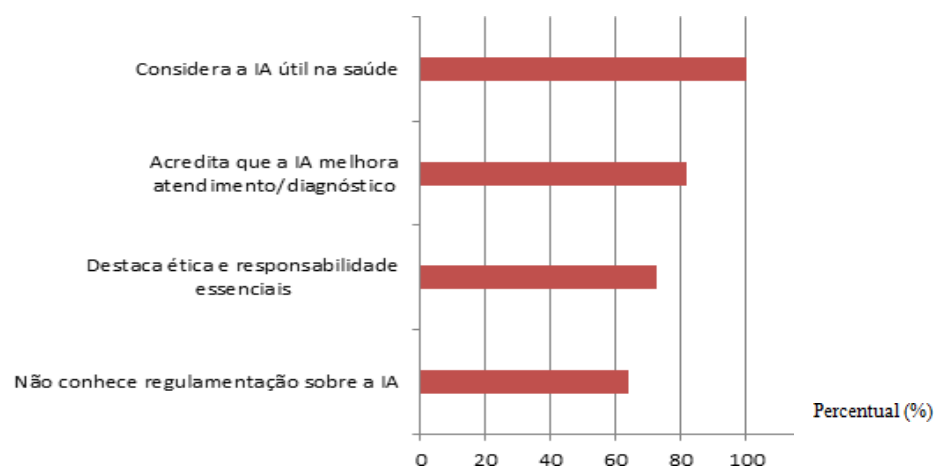


Figura 1: Gráfico sobre as percepções sobre o uso da Inteligência Artificial na Saúde com base no questionário aplicado.

Entretanto, 63,6% declararam desconhecer regulamentações específicas acerca do uso da inteligência artificial na medicina, evidenciando lacuna informacional capaz de comprometer sua utilização consciente e segura.

As entrevistas realizadas com os profissionais médicos contribuíram significativamente para a análise qualitativa. O Dr. Quéfrem Vieira destacou as limitações de recursos e a necessidade de políticas públicas voltadas à garantia de acesso equitativo e seguro às tecnologias. Por outro lado, o Dr. Gustavo Ramalho apresentou visão prática e otimista sobre o uso da IA, ressaltando suas contribuições nos diagnósticos por imagem e na gestão hospitalar, especialmente quanto à redução de custos e aumento da eficiência dos serviços.

Os conteúdos digitais produzidos demonstraram potencial para comunicar temas complexos de maneira acessível. Inspirado no modelo de plataformas de streaming, o ambiente digital desenvolvido apresenta potencial para democratizar o conhecimento jurídico relacionado à saúde.

Além disso, o projeto alinhou-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, especialmente: ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, ao promover conscientização sobre o uso responsável da inteligência artificial na medicina; ODS 4 - Educação de Qualidade, por meio da disponibilização de conteúdos educativos acessíveis; ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao facilitar o acesso à justiça e fortalecer a disseminação de informações jurídicas.

Espera-se que a implementação da plataforma produza resultados significativos na redução da desinformação e na democratização do acesso à informação jurídica relacionada à saúde. Com base nas pesquisas realizadas, estima-se que a plataforma alcance entre 500 e 1.000

usuários nos primeiros meses, inicialmente compostos majoritariamente por estudantes de Medicina e Direito, médicos e advogados. Contudo, à medida que a plataforma se torne mais conhecida, prevê-se ampliação e diversificação do público-alvo.

Dessa forma, a plataforma contribuirá para ampliar a compreensão acerca das relações entre inteligência artificial, saúde e direito, favorecendo discussões qualificadas sobre a utilização da IA no setor médico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, a equipe enfrentou desafios relacionados à tradução de linguagem técnica em conteúdos acessíveis, bem como à ampliação do alcance da plataforma, evidenciando a importância da comunicação clara e do engajamento estratégico em projetos interdisciplinares.

O presente trabalho explorou a interseção entre inteligência artificial, medicina e direito, evidenciando o papel da tecnologia na democratização do acesso à informação jurídica no setor da saúde. A proposta da plataforma buscou reduzir a desinformação, ampliar a compreensão sobre os impactos da IA na assistência médica e orientar a população acerca de seus direitos.

Ao reunir conteúdos acessíveis e interativos, o projeto contribui para facilitar a compreensão das questões jurídicas relacionadas à saúde e promover maior autonomia dos cidadãos no exercício de seus direitos. Dessa forma, a iniciativa reforça a importância do uso ético e responsável da inteligência artificial, contribuindo para um cenário de maior inclusão e transparência no acesso à justiça.

Conclui-se que a implementação da plataforma possui potencial para ampliar a compreensão dos usuários acerca de seus direitos, favorecendo o acesso mais autônomo, seguro e confiável às informações jurídicas relacionadas à saúde e demonstrando a efetividade da proposta apresentada.

REFERÊNCIAS

FEFERBAUM, Marina *et al.* Inteligência artificial na saúde [recurso eletrônico]: uma perspectiva jurídica. São Paulo: FGV Direito SP, 2024.

MORSCH, José Aldair. Inteligência artificial na medicina: 10 aplicações e benefícios. Morsch Telemedicina, 2024. Disponível em: https://telemedicinamorsch.com.br/blog/inteligencia-artificial-na-medicina?srltid=AfmBOor_m3Z7zjwm_5A6fW3oPJtVN42SI8vC6ZRtL9WoovPJrN-P5s-1b. Acesso em: 20 mar. 2025.

ROSÁRIO, Mariana. Recém-formado em medicina cria chat com inteligência artificial para tirar dúvidas de pacientes com diabetes. O globo, 2025. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2025/01/31/recem-formado-em-medicina-cria-chat-co m-inteligencia-artificial-para-tirar-duvidas-de-pacientes-com-diabetes.ghtml](https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2025/01/31/recem-formado-em-medicina-cria-chat-co-m-inteligencia-artificial-para-tirar-duvidas-de-pacientes-com-diabetes.ghtml). Acesso em: 20 mar. 2025.

ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SELETIVIDADE ALIMENTAR EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Magda Batista de Oliveira Reis¹, Douglas Roberto Guimarães Silva², Fernanda Nascimento Hermes³

1 INTRODUÇÃO

Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que se manifesta predominantemente na infância, geralmente antes dos três anos de idade. Caracteriza-se por prejuízos nas áreas de comunicação, cognição, habilidades motoras e interação social (Paula *et al.*, 2020).

Entre os diversos desafios enfrentados por crianças com TEA, destaca-se a alimentação, que frequentemente apresenta padrões atípicos. Muitas dessas crianças demonstram comportamentos alimentares seletivos, com preferências rígidas por determinadas texturas, cores, temperaturas ou tipos de alimentos, além de consumo repetitivo e resistência à introdução de novos itens. Tais características podem comprometer a adequação nutricional da dieta e afetar negativamente o crescimento e o desenvolvimento (Carvalho; Santos; Santos, 2012).

Essas dificuldades alimentares estão frequentemente associadas a alterações sensoriais, comuns em crianças com TEA, como hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos gustativos, olfativos ou táteis (Silva; Oliveira; Almeida, 2022). A seletividade alimentar, somada à resistência a mudanças na rotina, aumenta o risco de deficiências nutricionais e transtornos alimentares, constituindo uma preocupação crescente entre cuidadores e profissionais da saúde.

Diante da relevância do tema e da necessidade de maior compreensão sobre os impactos alimentares no TEA, este estudo justifica-se pela importância de identificar os principais distúrbios alimentares presentes nesse grupo e seus efeitos sobre o desenvolvimento

1 Discente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

2 Doutor em Ciência dos Alimentos (UFLA). Docente do Curso de Nutrição do UNIPTAN. Orientador do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do UNIPTAN. Bolsista do Programa Aficionados por Ciência.

3 Mestre em Nutrição e Saúde (UFLA). Docente do Curso de Nutrição do UNIPTAN. Colaborador do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - FUNADESP.

E-mail para contato: fernanda.hermes@uniptan.edu.br.

psicossocial e nutricional. Assim, o objetivo deste trabalho foi investigar a prevalência de distúrbios alimentares em crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, bem como descrever os fatores associados e os impactos em seu desenvolvimento.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se propôs a investigar alterações na alimentação e na ingestão alimentar de crianças entre 3 e 10 anos de idade diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio de entrevistas direcionadas aos pais e/ou responsáveis.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN), sob o parecer nº 79371224.4.0000.9667.

Os participantes foram convidados por meio das instituições ASPAS, APAE e Escola Pequeno Reino para responder aos questionários. Na investigação, foram coletados dados por meio da aplicação de questionários aos pais e/ou responsáveis pelas crianças, incluindo a Escala Labirinto e um questionário socioeconômico.

O questionário socioeconômico foi direcionado aos pais ou responsáveis, com o objetivo de caracterizar a situação social das famílias entrevistadas, contendo perguntas relacionadas à condição econômica familiar e sendo adaptado pelos próprios autores. Já a Escala Labirinto é utilizada para avaliar, identificar e distinguir a gravidade de sintomas associados ao comportamento alimentar de crianças com TEA (Lázaro; Siquara; Pondé, 2019).

Os dados coletados foram analisados de forma qualitativa, utilizando análises estatísticas descritivas para caracterização da amostra e análise da frequência de disfunções alimentares na população estudada.

3 RESULTADOS

Foram analisados os dados de 13 crianças com TEA, com idades entre 3 e 10 anos. A análise descritiva dos dados coletados por meio da Escala Labirinto permitiu observar a distribuição dos escores entre os participantes, considerando estatísticas como média, desvio padrão e valores mínimos e máximos.

Cada criança foi identificada por suas iniciais e avaliada individualmente, possibilitando uma análise mais detalhada dos padrões comportamentais relacionados às habilidades alimentares.

Os escores médios variaram entre 3,43 e 9,14, evidenciando ampla variabilidade nos comportamentos alimentares entre os participantes. Indivíduos como J.E.F.S. apresentaram menores escores médios (3,43), o que pode indicar habilidades alimentares mais desenvolvidas, embora o desvio padrão de 3,82 demonstre certa variabilidade comportamental.

Por outro lado, H.G.G.S. e T.H.A. apresentaram as maiores médias (9,14), sugerindo dificuldades alimentares mais acentuadas e padrões comportamentais mais rígidos, corroborados pelos elevados desvios padrão observados (7,91 e 7,13, respectivamente).

Alguns participantes, como E.G.B.O. e T.M.C.P., apresentaram escores intermediários (7,64 e 6,88, respectivamente), associados a ampla variação entre os valores mínimos e máximos, indicando comportamentos alimentares heterogêneos que requerem atenção específica. Outros, como B.L.S. e G.M.O., demonstraram médias mais baixas (5,57 e 5,43), porém com menor variabilidade, sugerindo padrões mais homogêneos de comportamento alimentar, embora ainda com sinais de dificuldades.

Ao considerar a frequência de comportamentos alimentares restritivos, observou-se que 84,62% das crianças demonstraram sinais de rigidez e oposição à experimentação de novos alimentos, caracterizando importante indicativo de seletividade alimentar. Esses padrões podem comprometer tanto a qualidade nutricional da alimentação quanto o convívio social em situações relacionadas às refeições.

Além disso, a presença de alergias e intolerâncias alimentares foi identificada em 30,77% dos participantes, destacando a necessidade de acompanhamento nutricional contínuo e individualizado.

Os achados revelam não apenas a prevalência de comportamentos alimentares atípicos em crianças com Transtorno do Espectro Autista, mas também a diversidade de manifestações desses comportamentos. A identificação de médias elevadas e desvios padrão significativos sugere que, mesmo em casos aparentemente menos graves, existem variações individuais relevantes que merecem atenção.

Dessa forma, os resultados evidenciam a importância de intervenções personalizadas que considerem as especificidades de cada criança, promovendo não apenas a adequação nutricional, mas também a inclusão social e o bem-estar global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo revelam um panorama relevante acerca dos fatores relacionados à alimentação em crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Observou-se que a maioria das crianças apresentou alterações relacionadas à motricidade da mastigação, além de elevado nível de seletividade alimentar. Também foram identificadas dificuldades comportamentais relacionadas às refeições, evidenciando a necessidade de acompanhamento multiprofissional e intervenções individualizadas.

Por outro lado, verificou-se que algumas crianças apresentaram habilidades motoras e comportamentais satisfatórias durante as refeições, demonstrando a heterogeneidade das manifestações alimentares no TEA.

Esses achados ressaltam a importância de estratégias de intervenção e educação alimentar voltadas à promoção de hábitos saudáveis desde a infância, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e para melhores relações alimentares e sociais.

Além disso, reforça-se a necessidade do acompanhamento nutricional contínuo em crianças com TEA, considerando as particularidades sensoriais, comportamentais e nutricionais associadas ao transtorno.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. G. A. de; SANTOS, M. M.; SANTOS, D. C. dos. Seletividade alimentar em crianças com autismo: revisão da literatura. Revista CEFAC, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 159–170, jan./fev. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000096>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LÁZARO, C. P.; SIQUARA, G. M.; PONDÉ, M. P. Escala de avaliação do comportamento alimentar no Transtorno do Espectro Autista: estudo de validação. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 68, n. 4, p. 219–226, out./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000246>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PAULA, F. M. de *et al.* Transtorno do Espectro do Autismo: impacto no comportamento alimentar. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 5009–5023, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-083>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SILVA, F. dos S. e; OLIVEIRA, R. H. A. de; ALMEIDA, S. G. de. Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): desafios com seletividade e restrições alimentares. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 11, n. 16, e371111638522, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38522>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL PARA PESSOAS TRANS SOB HORMONIOTERAPIA

Mariana Mayer Tostes¹, Douglas Roberto Guimarães Silva², Fernanda Nascimento Hermes³

1 INTRODUÇÃO

O termo “pessoa trans” refere-se àquela cuja designação de sexo ao nascer difere de sua identidade de gênero. Os termos “mulher trans” e “homem trans” referem-se, respectivamente, a pessoas designadas como homens ou mulheres ao nascer, mas que se identificam com o gênero oposto (Silva; Bezerra; Queiroz, 2015).

Estima-se uma prevalência global de uma pessoa trans para cada 21.739 indivíduos, sendo comum a busca por processos de transição que podem incluir mudanças sociais e intervenções em saúde (Gomes *et al.*, 2021). Com a publicação da Portaria nº 1.707/2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a ofertar o processo transexualizador e, posteriormente, a Portaria nº 2.836/2011 ampliou esse acesso. Entretanto, o preconceito, a falta de acolhimento e o despreparo profissional ainda levam muitos indivíduos a recorrerem a práticas inseguras.

Essas transformações refletem avanços sociais e a luta pelos direitos da população trans, evidenciados por mudanças importantes, como a retirada da transexualidade da categoria de transtorno mental na Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que passou a tratá-la como “incongruência de gênero” (Costa; Casiraghi, 2021).

Apesar desses avanços, pessoas trans ainda enfrentam intenso estigma, exclusão social e violência. O Brasil, por exemplo, lidera há mais de uma década o ranking mundial de homicídios contra essa população (Pinheiro, 2022). Além disso, o acesso a cuidados de saúde qualificados permanece limitado.

O acompanhamento nutricional, especialmente durante a hormonioterapia, ainda não é garantido, situação agravada em regiões do interior (Costa; Casiraghi, 2021). Esse

¹ Discente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista Afycionados. Bolsista do Programa Afycionados por Ciência.

² Doutor em Ciência dos Alimentos (UFLA). Docente do Curso de Nutrição do UNIPTAN. Orientador do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do UNIPTAN. Bolsista do Programa Afycionados por Ciência.

³ Mestre em Nutrição e Saúde (UFLA). Docente do Curso de Nutrição do UNIPTAN. Colaborador do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - FUNADESP.

E-mail para contato: fernanda.hermes@uniptan.edu.br.

acompanhamento é essencial devido aos efeitos metabólicos decorrentes da terapia hormonal. Alterações como resistência à insulina, mudanças cutâneas, redistribuição da massa corporal e impactos no sistema neuroendócrino demandam monitoramento nutricional especializado (Oliveira; Romanini, 2020; Fernandez; Tannock, 2015 apud Bernardes; Passos, 2020).

Gonçalves *et al.* (2016) ressaltam que a terapia hormonal modifica significativamente a composição corporal, enquanto Linsenmeyer, Drallmeier e Thomure (2020) apontam aumentos importantes no Índice de Massa Corporal (IMC), além de alterações lipídicas e hematológicas em homens trans em uso de testosterona. Esses achados evidenciam a inadequação dos parâmetros biométricos cisnormativos, reforçando a necessidade de protocolos específicos para avaliação nutricional da população trans.

Diante desse contexto, este estudo apresenta relevância ao promover a saúde nutricional e assegurar acompanhamento adequado às pessoas trans, especialmente àquelas em uso de hormonioterapia, oferecendo suporte e acolhimento nutricional e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a inclusão social dessa população.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa voltada à promoção da saúde nutricional e ao acompanhamento de indivíduos transgênero.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, sob o CAAE nº 67273423.0.0000.9667.

Os participantes foram recrutados por meio de convites distribuídos em organizações não governamentais LGBTQIAPN+, universidades e redes sociais. As inscrições permaneceram abertas durante quatro meses. Foram incluídos homens e mulheres trans, em uso ou não de hormonioterapia.

Os dados foram coletados por meio de atendimentos on-line, realizados via videochamada pelas plataformas Google Meet® e Microsoft Teams®. Durante as entrevistas, aplicaram-se questionários estruturados para coleta de informações sobre hábitos alimentares, histórico médico, hábitos de vida e motivações para busca do acompanhamento nutricional.

A classificação do estado nutricional foi realizada por meio do Índice de Massa Corporal (IMC), calculado a partir das medidas autorreferidas de peso e altura. A classificação do IMC seguiu as recomendações do Ministério da Saúde (Brasil, 2011).

Para análise dos hábitos alimentares, utilizou-se o Recordatório Alimentar de 24 horas (R24h), instrumento estruturado para levantamento do consumo alimentar do dia anterior ao atendimento. Foram realizados, em média, dois recordatórios por participante, contemplando um dia habitual e um dia de final de semana, considerando modo de preparo, peso, tamanho das porções e horários das refeições.

Após o primeiro contato, os encontros foram agendados e tiveram duração média de uma hora. Também foram realizados retornos aproximadamente um mês e meio após a entrega do planejamento alimentar.

Foram conduzidas análises descritivas de média e frequência para caracterização da amostra. Não foram realizados estudos analíticos devido ao reduzido tamanho amostral.

3 RESULTADOS

Foram atendidos vinte indivíduos, dentre um total de trinta e cinco inscritos. Ressalta-se que os atendimentos ocorreram de acordo com o retorno aos e-mails enviados pelos pesquisadores.

Quanto à composição demográfica da amostra, observou-se predominância de homens trans (85%), enquanto 10% identificaram-se como mulheres trans. Um participante relatou ainda estar em processo de construção de sua identidade de gênero. Do total da amostra, 90% estavam em uso de hormonioterapia acompanhada por profissional médico.

A média de idade dos participantes foi de 26,45 anos (desvio-padrão de 3,8 anos). A maioria relatou como objetivo principal o emagrecimento (60%) e a melhora da qualidade de vida (100%).

Observou-se predominância de obesidade, acometendo 50% dos participantes. Aproximadamente 60% relataram já praticar atividade física, enquanto os demais manifestaram intenção de iniciar exercícios, demonstrando compreensão sobre a importância da prática para o alcance de seus objetivos. Um dos participantes relatou desconforto em praticar exercícios em ambientes públicos devido ao uso do binder.

Em relação à saúde mental, 25% dos participantes apresentavam ansiedade e faziam uso de medicação. Nenhum participante relatou diagnóstico de depressão, embora tais condições sejam frequentemente descritas nessa população (Silva *et al.*, 2024).

De modo geral, observou-se boa adesão ao plano alimentar proposto. O planejamento nutricional foi elaborado considerando a rotina, os hábitos alimentares e o estilo de vida

apresentados pelos participantes. Priorizou-se a melhora da qualidade da alimentação associada a um déficit calórico médio entre 200 e 500 kcal para aqueles cujo objetivo era o emagrecimento.

Para três indivíduos (15%), o objetivo nutricional consistiu na manutenção ou ganho de peso associado à melhora da qualidade alimentar. Alguns participantes relataram dificuldades relacionadas a mudanças de trabalho, moradia ou limitações financeiras, fatores que dificultaram a adesão completa ao planejamento alimentar.

Entretanto, entre os participantes que realizaram retorno (75%), todos relataram maior conscientização sobre seus hábitos alimentares, incluindo percepção de perda de peso e mudanças nas vestimentas. Essa conscientização mostrou-se fundamental para o desenvolvimento da autonomia alimentar, relacionada às escolhas sobre o que comer, como comer, quando comer e em quais quantidades, conforme orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que, apesar das limitações relacionadas ao número de participantes e aos desafios de adesão, o estudo contribuiu para ampliar a conscientização acerca dos hábitos alimentares e da importância do planejamento alimentar individualizado para a população trans.

Todos os participantes demonstraram interesse em melhorar sua qualidade de vida, seja por meio do emagrecimento, da manutenção ou do ganho de peso, bem como pela adoção de hábitos mais saudáveis e prática de atividade física, ainda que enfrentando obstáculos relacionados ao uso de binders, questões logísticas e limitações financeiras.

Observou-se também que a intervenção favoreceu a compreensão da relação entre alimentação, saúde mental e bem-estar, reforçando a relevância de abordagens integradas e sensíveis às especificidades dessa população. Destaca-se ainda a influência positiva da organização da rotina alimentar sobre o controle da ansiedade e, consequentemente, sobre o manejo do peso corporal.

Os resultados sugerem que ações futuras, associadas a estratégias de divulgação, acolhimento e abordagem sensível, podem ampliar o alcance de iniciativas semelhantes, promovendo melhorias significativas na saúde e na qualidade de vida de pessoas trans, respeitando suas singularidades e necessidades específicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : ministério da saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde : Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 76 p. : il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde)

COSTA, MSS; CASIRAGHI, B. A saúde do transgênero e a contribuição da nutrição. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 6, p. 118-138, 2021. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/saude-do-transgenero

GOMES, SM; JACOB, MCM; ROCHA, C; MEDEIRO, MFA; LYRA, CO; NORO, LRA. Expanding the limits of sex: a systematic review concerning food and nutrition in transgender populations. Public Health Nutrition, v. 24, n. 8, p. 6436-6449. DOI:10.1017/S1368980021001671

GONÇALVES, JL; CARDOSO, CSA; BACELO, AC; ESPÍRITO SANTO, R; ALMEIDA, CF; SILVA, PS; BRITO, PD. Composição corporal em mulheres transgênero vivendo com HIV/Aids: uma discussão das transformações que interferem na avaliação do estado nutricional. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 11, n. 1, p. 1213-1223, 2016.

LINSENMEYER, W.; DRALLMEIER, T.; THOMURE, M. Towards gender-affirming nutrition assessment: a case series of adult transgender men with distinct nutrition considerations. Nutrition Journal, v. 19, n. 74, p. 2-8, 2020.

PINHEIRO, E. Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. Brasil de Fato, São Paulo, 23 janeiro 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-opais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>>. Acesso em 24 jul. 2022.

ROCON, PC; SODRÉ, F; ZAMBONI, J; RODRIGUES, A; ROSEIRO, MCFB. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 22, n. 64, p. 43-53, 2018. DOI: 10.1590/1807-57622016.0712

SILVA GWS, Meira KC, Dantas ESO, Gomes SM, Pedrosa IMB, Miranda FAN. Depressive symptoms and associated factors among travestis and transsexuals: a cross-sectional study. Rev Bras Enferm. 2024;77(Suppl 3):e20230071. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0071pt>

VELHO, I. R. Efeitos da terapia hormonal com testosterona sobre IMC, pressão arterial e perfil laboratorial em homens transgêneros: uma revisão sistemática e meta-análise. Dissertação (mestrado) apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: Ginecologia e Obstetrícia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pp. 66, 2016.

ANÁLISE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Otávia Cristina das Mercês Silva¹, Luyara Luiza Dias Carvalho¹, Alice Baltar Faria¹, Ana Clara Geromin¹, Karina Aparecida da Silva¹, Jordana Figueiredo Nery², Jane Daisy de Sousa Almada Resende³, Andreia Andrade dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que traz desafios significativos para a saúde pública, especialmente no que se refere à gestão de medicamentos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). O avanço da idade frequentemente leva à necessidade de polifarmácia, caracterizada pelo uso concomitante de múltiplos medicamentos, o que aumenta os riscos de interações medicamentosas e efeitos adversos (Silva, 2024).

Nesse cenário, a educação farmacológica emerge como estratégia essencial para promover a saúde e a segurança dos residentes. A polifarmácia não está relacionada apenas à quantidade de medicamentos utilizados, mas também à complexidade da gestão terapêutica diante das múltiplas comorbidades presentes nessa população. A ausência de coordenação entre os profissionais de saúde pode resultar em prescrições redundantes ou conflitantes, ampliando os riscos associados ao tratamento medicamentoso (Gorard, 2006; Tulner *et al.*, 2009).

Portanto, a promoção da educação farmacológica deve integrar as rotinas assistenciais das ILPIs. A capacitação de cuidadores e profissionais, aliada à participação ativa dos idosos no gerenciamento da terapia medicamentosa, é fundamental para a mitigação de riscos e para a melhoria da qualidade de vida dessa população (Pereira *et al.*, 2017; Franco; Resende, 2024).

Dessa forma, este projeto de extensão teve como objetivo analisar o perfil farmacológico de idosos institucionalizados, com ênfase na polifarmácia, nas potenciais interações medicamentosas e nas estratégias de manejo adotadas pela instituição.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

¹Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

²Farmacêutica. Colaboradora do Projeto.

³Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

E-mail para contato: jane.resende@saude.mg.gov.br

Este projeto de extensão foi desenvolvido em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), localizada no município de São João del-Rei/MG, tendo como foco central a promoção da educação farmacológica, visando à prevenção dos riscos associados à automedicação e às interações medicamentosas em idosos institucionalizados.

O desenvolvimento metodológico foi dividido em quatro etapas principais: planejamento, coleta de dados, análise/intervenção e educação em saúde.

Na primeira etapa, realizou-se o planejamento das ações e o estabelecimento de parcerias com a equipe gestora da ILPI. Após reuniões com a direção e os profissionais da instituição, obteve-se autorização formal para a consulta e análise das prescrições médicas dos idosos residentes, garantindo-se o sigilo das informações e o respeito às normas éticas.

A segunda etapa consistiu na coleta de dados, envolvendo a identificação dos medicamentos mais frequentemente prescritos aos residentes, a quantificação dos fármacos presentes em cada prescrição individual e a verificação de possíveis interações medicamentosas. Para essa análise, foram utilizadas ferramentas reconhecidas, como o Micromedex, além de outras bases de dados voltadas à farmacovigilância. Essa etapa permitiu avaliar o perfil de uso de medicamentos e os riscos associados ao uso simultâneo de múltiplos fármacos, condição frequente em ILPIs.

Na terceira etapa, foram realizadas análises críticas das prescrições, possibilitando a proposição de ajustes nos horários de administração dos medicamentos, com o objetivo de minimizar interações medicamentosas e efeitos adversos. Além disso, foi elaborado um plano individualizado de cuidados, contendo horários organizados e orientações práticas, visando à melhora da adesão terapêutica, à segurança na administração e ao uso racional de medicamentos pelos idosos.

A última etapa envolveu a socialização dos resultados obtidos. Foi elaborado um relatório técnico, posteriormente apresentado à direção da ILPI, aos profissionais de saúde e aos cuidadores envolvidos no cuidado direto aos residentes. Também foi realizada uma ação educativa com a equipe da instituição, abordando os riscos das interações medicamentosas, a importância da adesão ao plano terapêutico e a responsabilidade do cuidador na promoção do uso seguro de medicamentos.

Como produto final, foi produzido material educativo destinado à distribuição em outras ILPIs, ampliando o alcance e o impacto das ações desenvolvidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população avaliada foi composta por 50 idosos, sendo 69,64% do sexo feminino e 30,36% do sexo masculino. Todos os residentes faziam uso diário de, pelo menos, um medicamento, sendo identificada polifarmácia em 64,28% dos idosos. Kahan e Manson (2019) relatam que aproximadamente 80% da população com 60 anos ou mais apresenta pelo menos uma doença crônica e, consequentemente, utiliza múltiplos medicamentos.

Foram identificados 81 medicamentos distintos, classificados em oito categorias farmacológicas conforme o Anatomical Therapeutic Chemical Classification System (ATC). As classes mais utilizadas foram aquelas com ação sobre o sistema cardiovascular (85,71%), seguidas pelos medicamentos que atuam no sistema nervoso central e no trato alimentar e metabolismo. Além disso, 50% dos idosos faziam uso de inibidores da bomba de prótons (IBPs), frequentemente associados à prevenção de lesões gástricas, mas também relacionados a potenciais riscos quando utilizados de forma prolongada.

A polifarmácia, frequentemente associada à idade avançada, às doenças crônicas e às alterações das funções renal e hepática, aumenta o risco de interações medicamentosas. Segundo Gurwitz *et al.* (2003), doenças crônicas relacionadas ao envelhecimento, como dislipidemia, hipertensão arterial, diabetes mellitus e depressão, geralmente exigem o uso de múltiplos medicamentos, configurando um quadro de polifarmácia.

Nesse contexto, observou-se elevada frequência de interações entre fármacos das classes cardiovasculares e neurológicas. Entre os exemplos clínicos identificados, destaca-se a associação entre anlodipino e sinvastatina, que pode aumentar o risco de miopatias; carbamazepina e risperidona, cuja interação pode reduzir a eficácia do antipsicótico; e citalopram associado à risperidona, combinação que pode prolongar o intervalo QT e elevar o risco de eventos cardíacos graves.

As consequências clínicas das interações medicamentosas observadas incluem cardiotoxicidade, miopatia, hipoglicemia e aumento do risco de hemorragias, conforme descrito por Berardinelli *et al.* (2020) e Iniesta-Navalón *et al.* (2019). Esses achados corroboram estudos anteriores que associam o uso prolongado e simultâneo de múltiplos medicamentos à ocorrência de efeitos adversos significativos na população idosa.

A ILPI participante do estudo adota medidas institucionais para minimizar esses riscos, como a exigência de prescrição médica para todos os medicamentos e a proibição de estoque sem receita médica. Entretanto, algumas práticas observadas, como a maceração indiscriminada

de medicamentos e a administração fora dos horários adequados, podem comprometer a eficácia terapêutica e a segurança dos pacientes.

Como intervenção educativa e assistencial, a equipe do projeto sugeriu alterações na rotina de administração medicamentosa, tais como: respeitar a forma farmacêutica original dos medicamentos sempre que possível, evitar misturas sem orientação profissional, garantir a administração nos horários prescritos e priorizar a via oral como padrão. Essas medidas visam promover maior segurança e reduzir o número e a gravidade das interações medicamentosas, favorecendo melhores desfechos clínicos para os idosos institucionalizados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a polifarmácia e as interações medicamentosas representam desafios significativos no cuidado de idosos residentes em ILPIs, exigindo atenção contínua das equipes de saúde quanto à avaliação das prescrições e à individualização da farmacoterapia.

A elevada prevalência de medicamentos com potencial de interação e os riscos associados ao seu uso simultâneo reforçam a necessidade de estratégias sistematizadas de gestão do uso de medicamentos, educação continuada dos profissionais envolvidos e monitoramento regular dos efeitos adversos.

As intervenções realizadas junto à ILPI mostraram-se eficazes ao sensibilizar a equipe sobre os riscos relacionados à administração inadequada de medicamentos e ao promover práticas mais seguras. A adoção de medidas simples, como o respeito à forma farmacêutica, à via e aos horários corretos de administração, contribui significativamente para a segurança do paciente idoso.

Conclui-se, portanto, que a integração entre ensino, pesquisa e prática assistencial é essencial para garantir a qualidade do cuidado farmacológico ao idoso, fortalecendo o papel da enfermagem como agente estratégico na prevenção de eventos adversos e na promoção do uso racional de medicamentos em ambientes institucionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C. Protocolo de intervenções de enfermagem para o diagnóstico de solidão em idosos institucionalizados. Saneyde de Carvalho Almeida. João Pessoa, 2019. 88 f.

BERARDINELLI, M. B. M. *et al.* Potenciais repercussões clínicas decorrentes de interações medicamentosas em terapia intensiva. *Enfermagem em Foco*, v. 11, n. 2, 2020.

- FRANCO, C. C.O.; REZENDE, T. V. S. S. Análise do consumo de psicotrópicos e o fenômeno da polifarmácia em idosos residentes em uma ILPI: subsídios para a implementação de serviços de atenção farmacêutica. Monografia (graduação)- Faculdade FacMais de Ituiutaba, 2024.
- GORARD, D.A. Escalating polypharmacy. QJM, v. 99, n.11, p. 797-800, 2006.
- GURWITZ, J.H, *et al.* Incidence and preventability of adverse drug events among older persons in the ambulatory setting. JAMA, v. 289, n. 9, p.1107-16, 2003.
- INIESTA-NAVALÓN, C. *et al.* Interações medicamentosas potenciais e clinicamente relevantes entre idosos de lares de idosos: um estudo multicêntrico em Múrcia, Espanha. Ciência & Saúde Coletiva, v. 1895-1902, 2019.
- KAHAN, S.; MANSON, J. E. Obesity Treatment, Beyond the Guidelines: Practical Suggestions for Clinical Practice. Jama, v. 321, n. 14, p. 1349-1350, 2019.
- PEREIRA, K. G. *et al.* Polifarmácia em idosos: um estudo de base populacional. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 20, n. 02, p. 335-344, 2017.
- SILVA, Marcos Lacerda. Os impactos das atividades físicas na qualidade de vida e saúde dos idosos. Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Licenciatura em Educação Física, Campus Prof. Barros Araújo, Picos - PI, 2024.
- TULNER, L.R, *et al.* Discrepancies in Reported Drug Use in Geriatric Outpatients: Relevance to Adverse Events and Drug-Drug Interactions. Am J Geriatr Pharmacother, v.7, n.2, p. 93-104, 2009.

AUTOMEDICAÇÃO E SAÚDE DA MULHER: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM UM CONTEXTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

Amanda Cristina¹, Clara Mendes¹, Kailane Braz¹, Ana Clara Almada Resende², Giovanna Sousa Borges Oliveira², Andreia Andrade dos Santos³, Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende³, Jane Daisy de Sousa Almada Resende³

1 INTRODUÇÃO

A automedicação é uma prática comum no contexto brasileiro e representa um desafio significativo para a promoção da saúde, especialmente entre as mulheres (Paulo; Zanini, 1988). Ao longo da vida, as mulheres vivenciam diversas mudanças fisiológicas relacionadas a diferentes fases, como a menarca, a gestação, o climatério e a menopausa. Nesse contexto, o uso indiscriminado de medicamentos pode trazer riscos agravados em razão das particularidades fisiológicas e hormonais de cada período (Lomônaco; Tomaz; Oliveira, 2015).

Entre os principais riscos associados ao uso inadequado de medicamentos em mulheres estão o aumento da incidência de trombose, alterações no ciclo menstrual, impactos no humor e na saúde mental, bem como o mascaramento de doenças ginecológicas que exigiriam acompanhamento especializado. Além disso, no caso de medicamentos utilizados durante o climatério, o uso sem orientação pode resultar em desequilíbrios hormonais, elevação do risco de câncer de mama ou endométrio, complicações cardiovasculares e interações medicamentosas perigosas (Mota; Mato; Amorim, 2021).

Diante desse cenário, este projeto de extensão teve como objetivo promover a conscientização sobre os riscos da automedicação, com ênfase na saúde da mulher, incentivando o uso racional e seguro de medicamentos.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

¹Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

²Discente do Curso de Medicina do Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS.

³Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

E-mail para contato: jane.resende@saude.mg.gov.br

Trata-se de um projeto de extensão com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvido na Estratégia Saúde da Família (ESF) localizada no bairro Tejuco, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.

As ações foram direcionadas ao público feminino presente para a coleta do exame preventivo, conhecido como Papanicolau, aproveitando esse momento de cuidado como oportunidade para promover educação em saúde sobre o uso racional de medicamentos.

Inicialmente, a equipe realizou uma revisão integrativa da literatura para embasar teoricamente a temática do projeto, seguindo as etapas de identificação do problema, definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos e avaliação da amostra selecionada. Essa etapa teve como objetivo subsidiar as atividades com informações atualizadas e cientificamente fundamentadas.

As ações presenciais incluíram palestras educativas, conduzidas por acadêmicos da área da saúde sob supervisão docente, com foco nos riscos da automedicação, especialmente em relação ao uso de anticoncepcionais e medicamentos para alívio dos sintomas da menopausa. Utilizaram-se linguagem acessível, recursos visuais e espaços para diálogo, a fim de promover não apenas a informação, mas também a reflexão crítica sobre os hábitos de consumo de medicamentos.

Foram abordadas questões como os perigos das interações medicamentosas, os efeitos adversos e a importância do uso de medicamentos com prescrição e acompanhamento profissional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações do projeto de extensão foram desenvolvidas na ESF do bairro Tejuco, no município de São João del-Rei, Minas Gerais, com foco na conscientização das mulheres sobre os riscos da automedicação, principalmente relacionados ao uso de anticoncepcionais e de medicamentos utilizados no climatério, como hormônios sintéticos.

Segundo Fernandes *et al.* (2023), a educação em saúde é fundamental para orientar e conscientizar a população acerca dos fatores de risco. Nesse sentido, foram abordadas 37 mulheres, com idades entre 19 e 55 anos, todas já tendo vivenciado a menarca. As atividades educativas ocorreram durante os atendimentos de coleta do exame preventivo, em ambiente acolhedor e reservado, o que favoreceu o diálogo, a escuta ativa e a abertura para relatos pessoais.

Durante as rodas de conversa e orientações individuais, foram identificados casos de automedicação, especialmente relacionados ao uso frequente da pílula do dia seguinte e ao consumo de hormônios sem prescrição. Conforme Silva *et al.* (2024), o uso da pílula do dia seguinte exige cautela, pois esse método deve ser indicado apenas em situações emergenciais para prevenção de gravidez indesejada.

Um caso chamou atenção durante a atividade: uma paciente sexualmente ativa relatou utilizar a pílula do dia seguinte três vezes por semana, evidenciando grave risco à sua saúde reprodutiva.

Na década de 1990, Arrais *et al.* (1997) já alertavam para os riscos associados à prática indevida e desnecessária da automedicação, destacando consequências como efeitos adversos, interações medicamentosas perigosas, diagnósticos equivocados, aumento da resistência bacteriana aos antibióticos e elevação dos custos com medicamentos. Esses fatores tornam a automedicação um problema de saúde pública que deve ser cuidadosamente analisado e prevenido.

Para fortalecer as ações educativas, foram distribuídos panfletos informativos sobre os riscos da automedicação e os benefícios do uso racional de medicamentos. Além disso, considerando as informações apresentadas por Carvalho *et al.* (2024), segundo as quais o chá de amora é utilizado por mulheres na menopausa e no climatério em razão da presença de fitoestrógenos em suas folhas, foram entregues amostras de chá de amora seca, acompanhadas de panfleto explicativo sobre seu preparo e possíveis efeitos benéficos no alívio de sintomas da tensão pré-menstrual e da menopausa, como ondas de calor, insônia e irritabilidade.

A aceitação dessa estratégia foi positiva, gerando interesse e engajamento das participantes. Além disso, durante as semanas de execução do projeto, foram incorporados materiais complementares encontrados na própria unidade de saúde, como mini panfletos educativos previamente produzidos, utilizados de forma espontânea nas abordagens.

Em outra frente, houve a identificação de dois casos positivos de sífilis, o que possibilitou orientações pontuais sobre infecções sexualmente transmissíveis, ressaltando a importância do tratamento adequado e do uso de métodos de prevenção.

Os relatos espontâneos e o envolvimento das participantes evidenciaram não apenas a recorrência da automedicação como prática cotidiana, mas também a carência de informação qualificada e acessível sobre o tema. A experiência revelou que o atendimento em ambiente reservado, com abordagem sensível e individualizada, contribuiu para o sucesso da intervenção, promovendo escuta efetiva e construção de vínculos entre a equipe e as usuárias do serviço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão desenvolvido na ESF do bairro Tejuco evidenciou a relevância de ações educativas voltadas à conscientização sobre os riscos da automedicação, especialmente entre mulheres em idade fértil e no climatério.

A escuta sensível, o atendimento individualizado e o ambiente acolhedor contribuíram para a abertura de diálogos sinceros, permitindo identificar práticas recorrentes de uso inadequado de medicamentos, como a utilização frequente da pílula do dia seguinte e o consumo de hormônios sem prescrição médica.

A distribuição de materiais educativos e a discussão sobre alternativas naturais, como o chá de amora, contribuíram para o fortalecimento do autocuidado e para a ampliação do conhecimento das participantes. A boa aceitação das ações demonstrou a importância de estratégias de educação em saúde que considerem a realidade local, respeitem a individualidade das mulheres e valorizem a troca de saberes.

Conclui-se que práticas educativas em espaços da Atenção Primária à Saúde são fundamentais para promover o uso racional de medicamentos, prevenir riscos à saúde da mulher e fortalecer o vínculo entre usuárias e equipe de saúde.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, P. S D. *et al.* Perfil da automedicação no Brasil. São Paulo: Revista de Saúde Pública, v. 31, p. 71-77, 1997.

CARVALHO, A. L. G. *et al.* Análise do consumo alimentar de mulheres no climatério e menopausa. 2024. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/27678>. Acesso em: 30 mai 2025.

FERNANDES, E. S. *et al.* A automedicação de universitários durante o período pandêmico da COVID-19. In: APRIMORAMENTO EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE E O APRIMORAMENTO DE NOVOS CONHECIMENTOS, v.2, 1ª Edição. Omnis Scientia. Cap. 1, Triunfo – PE, 2023.

LOMÔNACO, C.; TOMAZ, R. A. F.; OLIVEIRA RAMOS, M. T. O impacto da menopausa nas relações e nos papéis sociais estabelecidos na família e no trabalho. *Reprodução & Climatério*, v. 30, n. 2, p. 58-66, 2015.

MOTA, L. J.; MATOS, G. V.; AMORIM, A. T. Impactos do climatério em mulheres do sudoeste baiano. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e22710716563-e22710716563, 2021.

PAULO, L.; ZANINI, A. C. Automedicação no Brasil. *Rev Assoc Med Bras.*, v. 34, n. 2, p. 69-75, 1988.

SILVA, R. A. *et al.* Riscos associados ao uso indiscriminado de contraceptivo de emergência: pílula do dia seguinte. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 4, p. 458-470, 2024.

AUTOMEDICAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS PAIS

Amanda da Silva Batista¹, Bruna Marcela da Silva Lara¹, Gabriel Henrique de Oliveira Andrade¹, Maria Luiza Martins Almeida¹, Ricardo Carvalho Silva¹, Ana Clara Almada Resende², Jane Daisy de Sousa Almada Resende³, Andreia Andrade dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

A automedicação, caracterizada pelo uso de medicamentos sem orientação profissional ou prescrição médica, constitui uma prática cada vez mais frequente na contemporaneidade. Esse fenômeno também se estende ao contexto pediátrico, no qual pais e responsáveis recorrem à administração de fármacos para aliviar sintomas como dor, febre e resfriados, muitas vezes sem o devido respaldo médico, utilizando-se das chamadas “farmácias domiciliares” (Lima *et al.*, 2017).

Entretanto, a automedicação em crianças acarreta riscos significativos à saúde, incluindo intoxicações, interações medicamentosas, reações alérgicas e até mesmo óbitos, em razão da ausência de supervisão profissional. Pesquisas demonstram que parcela expressiva das crianças recebe medicamentos antes mesmo de serem submetidas à avaliação médica, evidenciando a elevada incidência dessa prática (Silva *et al.*, 2018).

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, a automedicação pediátrica contribui para o agravamento de quadros clínicos, dificulta o diagnóstico precoce de doenças passíveis de intervenção médica e pode desencadear desordens metabólicas e imunológicas, além de casos graves de intoxicação.

Diante desse cenário, compreender as motivações relacionadas à automedicação infantil é essencial. Assim, a implementação de estratégias de conscientização configura-se como ferramenta importante para preservar a saúde e a vida das crianças, fomentando uma cultura de uso racional de medicamentos. Dessa forma, busca-se não apenas minimizar os riscos associados à automedicação, mas também promover práticas mais seguras e responsáveis no cuidado à saúde infantil (Teixeira, 2021).

1 Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

2 Discente do Curso de Medicina da Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS.

3 Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

E-mail para contato: andreia.santos@uniptan.edu.br.

Este estudo teve como objetivo relatar a experiência de alunos da área da saúde em uma atividade realizada em 2024, voltada à conscientização, orientação e informação de pais de uma escola sobre os riscos da automedicação infantil.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por alunos da área da saúde durante o período de março a junho de 2024, na Escola Municipal Carmelita Francisca de Paula, localizada em Rio das Mortes, distrito de São João del-Rei, Minas Gerais.

O objetivo principal da ação foi informar os pais sobre o uso irracional de medicamentos, alertando quanto aos riscos associados à automedicação e esclarecendo dúvidas frequentes da população. Considerando a natureza da intervenção, optou-se pelo método de relato de experiência, adequado para promover reflexões acerca da prática vivenciada (Arrais *et al.*, 2016).

A experiência foi dividida em três eixos principais. O primeiro eixo consistiu na busca bibliográfica e definição do tema. Inicialmente, realizou-se levantamento da literatura sobre ações em saúde direcionadas a pais que praticam automedicação em seus filhos, identificando a automedicação infantil como tema central do projeto de intervenção. Esse processo possibilitou a elaboração de um planejamento voltado ao público-alvo, considerando o elevado número de responsáveis que recorrem à automedicação sem conhecimento especializado.

O segundo eixo correspondeu ao planejamento e desenvolvimento das atividades. Com base na análise da literatura, foi elaborada uma estratégia de intervenção composta por palestra em formato de roda de conversa. Durante a atividade, foram distribuídos folders contendo informações essenciais acerca dos riscos da automedicação em crianças.

Ao término da palestra, iniciou-se o terceiro eixo, voltado à avaliação e análise dos resultados. Os dados obtidos por meio dos questionários aplicados foram analisados com o objetivo de avaliar a eficácia da intervenção. Foram considerados indicadores relacionados à mudança de comportamento quanto à automedicação e ao aumento do conhecimento sobre os riscos associados. Os resultados foram interpretados à luz da literatura pertinente e discutidos em relação aos objetivos estabelecidos para a experiência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade foi conduzida em maio de 2024, em Rio das Mortes, distrito de São João del-Rei, Minas Gerais. Inicialmente, promoveu-se um encontro para discussão aprofundada sobre a temática da automedicação infantil. Para tanto, os participantes foram organizados em subgrupos, sendo cada grupo responsável pelo desenvolvimento de uma pesquisa específica relacionada ao tema.

Na sequência, elaborou-se um infográfico informativo, com o objetivo de disseminar conhecimentos relevantes sobre o uso correto de medicamentos. As questões abordadas concentraram-se na administração e terapêutica medicamentosa, buscando esclarecer os principais erros cometidos no cotidiano em razão da falta de orientação adequada.

Posteriormente, realizou-se a ação prática no ambiente escolar, contando com a participação de 45 pais de alunos no período vespertino.

A análise dos resultados revelou que parcela significativa dos participantes apresentava conhecimentos equivocados ou incompletos acerca do uso e da ação farmacológica dos medicamentos, o que pode contribuir para as elevadas taxas de automedicação observadas na população.

Os dados coletados por meio dos questionários demonstraram que 70% dos participantes admitiram praticar automedicação em seus filhos sem orientação médica, enquanto 30% relataram não recorrer a essa prática. Além disso, 65% dos entrevistados afirmaram desconhecer os riscos e efeitos adversos associados à automedicação, em contraste com 35% que demonstraram conhecimento sobre tais riscos.

Esses achados corroboram as preocupações levantadas por Carvalho *et al.* (2019), que destacam a facilidade de acesso aos medicamentos sem supervisão profissional como fator preocupante na prática da automedicação.

Dessa forma, espera-se que, após a realização da roda de conversa na Escola Municipal Carmelita Francisca de Paula, os pais e responsáveis compreendam a importância da consulta médica prévia à administração de qualquer medicamento às crianças. A avaliação individualizada, considerando fatores como idade, peso, histórico clínico e condições de saúde, é fundamental para garantir a recomendação do tratamento mais seguro e adequado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A automedicação representa risco significativo à saúde infantil, aumentando as chances de complicações graves. Nesse sentido, a educação em saúde, a promoção de informações

confiáveis e o acesso adequado aos serviços de saúde desempenham papel fundamental na prevenção desses riscos.

A experiência de intervenção sobre automedicação proporcionou impacto relevante na formação acadêmica dos estudantes, especialmente no que se refere aos aspectos éticos, às habilidades técnicas e ao desenvolvimento do conhecimento científico. Além disso, permitiu aprofundar a compreensão sobre a importância da humanização e da educação em saúde.

Observou-se também que a utilização de metodologia dinâmica e participativa contribuiu para a construção de um ambiente mais acolhedor e interativo. Essa estratégia rompeu com a verticalização frequentemente presente em métodos tradicionais de ensino, como palestras expositivas, facilitando a transmissão de conhecimentos técnico-científicos de maneira mais acessível e menos cansativa.

Os estudantes tiveram a oportunidade de desempenhar papel importante na conscientização dos participantes acerca dos riscos relacionados ao uso de medicamentos sem orientação profissional, enfatizando a promoção da qualidade de vida e da saúde infantil.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, P. S. D; FERNANDES, M. E. P. *et al.* Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, v.50, p.13s, 2016.

CARVALHO, B. C. *et al.* Fatores correlacionados à automedicação entre os jovens e adultos: uma revisão integrativa da literatura. *Revista de Iniciação Científica e Extensão*, v. 2, n. 1, p. 57-61, 2019.

LIMA, D. M; *et. al.* Avaliação da prática da automedicação em acadêmicos do curso de farmácia em uma instituição privada de ensino superior em Fortaleza-CE. *Revista Expressão Católica Saúde*, v. 2, n. 1, 2017.

SILVA, J. G. *et al.* A prática da automedicação em crianças por seus pais: Atuação da enfermagem. *Revista de enfermagem UFPE*, v.12, n. 6, p. 1570-1577, 2018.

TEIXEIRA, A. Considerações sobre a automedicação pediátrica no Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, vol. 10, ed. 05, p. 46-56. 2021.

BIOSSEGURANÇA: CUIDADOS COM O PROFISSIONAL E COM O PACIENTE

Maria Clara de Carvalho Magalhães¹, Isadora Ferrarezi Gomes¹, Flávia Eduarda Maria da Silva¹, Sarah Livia de Oliveira Souza¹, Gabriela Melo Resende¹, Isabella Císia de Melo¹, Jussara Cristina Aparecida de Souza Monteiro²

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Laboratório Central de Saúde Pública do Espírito Santo (LACEN-ES), biossegurança é o conjunto de medidas voltadas à prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às atividades que podem comprometer a saúde humana, animal e ambiental ou a qualidade dos trabalhos desenvolvidos (Laboratório Central de Saúde Pública do Espírito Santo, 2017). Dessa forma, a biossegurança exerce papel fundamental na promoção da saúde, tendo em vista que envolve o controle de infecções para proteção de todos os indivíduos inseridos no ambiente de trabalho.

Penna *et al.* (2010) descrevem que a biossegurança começou a ser mais fortemente construída a partir do surgimento da engenharia genética, na década de 1970. O procedimento pioneiro dessas novas técnicas foi a transferência e expressão do gene da insulina para a bactéria *Escherichia coli*. Essa primeira experiência, realizada em 1973, provocou forte reação da comunidade científica mundial, sendo discutidas questões relacionadas aos riscos das técnicas de engenharia genética, à segurança dos espaços laboratoriais e à proteção dos profissionais envolvidos.

Entretanto, somente na década de 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) conceituou a biossegurança e classificou os riscos ocupacionais como biológicos, químicos, físicos, radioativos e ergonômicos. Após essa conceituação, órgãos públicos passaram a intensificar a fiscalização dos serviços de saúde quanto ao uso de equipamentos de segurança, elaboração de mapas de risco e atualização do cartão vacinal, uma vez que esses aspectos estão diretamente relacionados à segurança do paciente e do profissional.

Entre os desafios atuais da biossegurança, destacam-se os obstáculos enfrentados por cirurgiões-dentistas para aplicar tais medidas nos consultórios odontológicos de unidades

¹ Discente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Docente do Curso de Odontologia do UNIPTAN.

E-mail para contato: ferrarezigomesi@gmail.com.

públicas de saúde. A Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida por meio de ações integrais, que incluem desde a biossegurança até o atendimento humanizado (Brasil, 1988). No entanto, quando as unidades de saúde carecem de equipamentos de proteção ou não adotam os devidos cuidados frente aos riscos ocupacionais, compromete-se a efetivação desse direito.

Nesse sentido, um dos fatores que pode contribuir para a ausência ou insuficiência desses equipamentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) é a fragilidade na administração dos recursos públicos destinados ao setor, ainda que, formalmente, a gestão deva assegurar condições adequadas para o trabalho em saúde (Gonzaga, 2023).

Dessa forma, a biossegurança mostra-se essencial para profissionais e pacientes envolvidos no atendimento odontológico, pois compreende medidas de proteção e prevenção. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a adoção de precauções-padrão em casos de acidentes com perfurocortantes, a imunização dos profissionais de saúde, a classificação de objetos e áreas de risco e os cuidados com superfícies são exemplos de práticas necessárias para a efetivação da biossegurança nos consultórios odontológicos.

Diante disso, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência vivenciada por discentes do curso de Odontologia em oficinas de biossegurança direcionadas a profissionais da saúde, predominantemente do setor público odontológico de uma cidade do interior de Minas Gerais, bem como analisar o impacto imediato do aprendizado e da reflexão sobre biossegurança.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O presente estudo caracteriza-se como relato de experiência, de abordagem qualitativa e quantitativa, vinculado à disciplina Projeto de Extensão Biossegurança, do curso de Odontologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). O projeto, intitulado “Cuidados com o profissional e o paciente”, foi desenvolvido ao longo de seis meses e envolveu 24 pessoas vinculadas à área da saúde, com enfoque em Auxiliares de Saúde Bucal.

A escolha do público-alvo ocorreu de forma intencional, por intermédio de profissionais de saúde, considerando a necessidade de ampliar o conhecimento sobre biossegurança. As atividades foram organizadas em três momentos.

No primeiro momento, foi realizado embasamento científico por meio de aulas programadas, nas quais foram abordados conteúdos teóricos fundamentais para a compreensão

da temática. Durante essas aulas, os discentes receberam orientações baseadas em literatura científica atualizada, discutiram casos clínicos, analisaram artigos e participaram de exposições dialogadas com os docentes, favorecendo a construção crítica e reflexiva do conhecimento.

No segundo momento, realizou-se levantamento bibliográfico, estudo em grupo em sala de aula no UNIPTAN, criação das oficinas e elaboração do material didático. Também foram produzidos convites e ofícios às secretarias de saúde, além do agendamento do espaço do Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas (CEM) do UNIPTAN.

No terceiro momento, foi realizada uma oficina prática no CEM, com foco em biossegurança, descarte correto de resíduos odontológicos, esterilização e prevenção de riscos ocupacionais. A atividade foi conduzida por meio de orientações técnicas, simulações e aplicação prática dos conteúdos teóricos.

Os participantes praticaram o descarte de materiais perfurocortantes, o uso correto de EPIs, a rotina de esterilização com indicadores biológicos e químicos e o fluxo de notificação após acidentes ocupacionais.

Ao final da oficina, foi aplicado um formulário eletrônico via Google Forms, respondido por 24 participantes, contendo as seguintes perguntas: Com que frequência você verifica se suas vacinas estão atualizadas? Com que frequência você comunica a um supervisor após um acidente com material perfurocortante? Com que frequência você verifica se os equipamentos de segurança estão em boas condições antes de utilizá-los?

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa analisou a frequência de práticas relacionadas à biossegurança entre os participantes, com foco em três aspectos: atualização vacinal, comunicação de acidentes com materiais perfurocortantes e verificação dos equipamentos de segurança. As respostas foram obtidas por meio de uma escala de 1 a 5, sendo 1 equivalente a “faço pouco” e 5 equivalente a “faço muito”.

Observou-se que a prática com maior adesão entre os participantes foi a verificação dos equipamentos de segurança antes do uso, com média de 4,58. Esse dado evidencia comportamento preventivo relevante, alinhado às recomendações da NR-6 e aos protocolos de segurança no ambiente de trabalho.

Tabela 1 - Prática de Biossegurança e suas Médias

Prática de biossegurança	Média das respostas
Verificação de vacinas atualizadas	3,95
Comunica ao supervisor após acidentes	3,95
Verificação de equipamentos de segurança	4,58

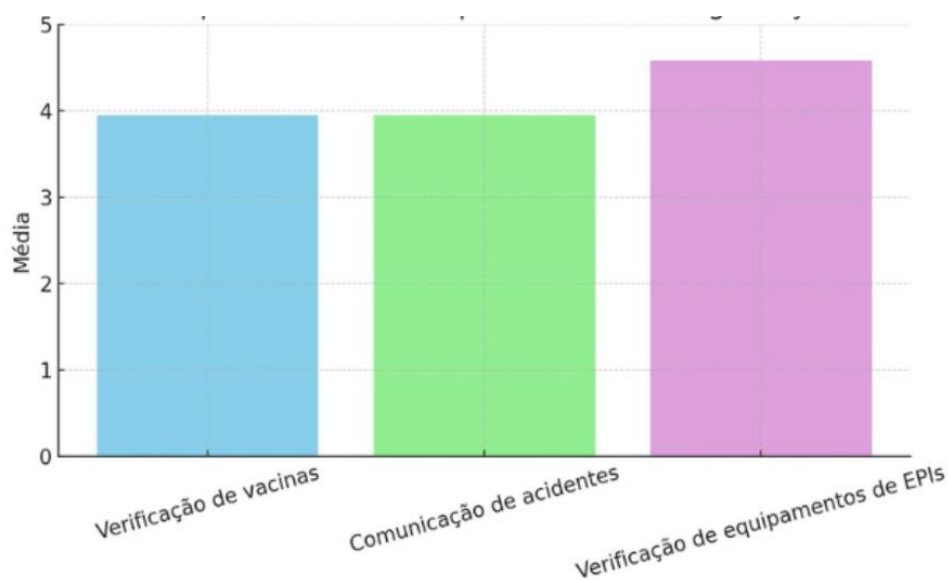
Fonte: Autores, 2025. Legenda: Valores expressos como médias das respostas em escala de 1 (faço pouco) a 5 (faço muito). Dados obtidos por meio de formulário eletrônico aplicado a 24 participantes

As práticas de verificação da atualização vacinal e comunicação ao supervisor após acidentes apresentaram médias iguais de 3,95, indicando frequência moderada de adesão.

Esses dados sugerem que, embora a maioria dos participantes demonstre maior atenção ao uso adequado de EPIs, aspectos como atualização vacinal e comunicação de incidentes ainda não estão plenamente consolidados nas rotinas profissionais.

A literatura enfatiza que todas essas práticas são essenciais para a eficácia dos protocolos de biossegurança. Assim, a menor adesão à atualização vacinal e à comunicação de acidentes é preocupante, pois pode comprometer a segurança individual e coletiva.

Gráfico 1 - Frequência média das práticas de biossegurança entre os participantes



Fonte: Autores, 2025. Valores expressos como média das respostas em escala de 1 (faço pouco) a 5 (faço muito). Dados obtidos por meio de formulário eletrônico aplicado a 24 participantes.

A análise dos dados permitiu identificar que, embora os participantes apresentem comportamento adequado na maioria das práticas avaliadas, ainda existem aspectos que demandam reforço por meio de campanhas educativas e treinamentos contínuos.

A discrepância entre a adesão às práticas pode ser atribuída à percepção individual de risco, à cultura institucional de segurança e à periodicidade dos treinamentos oferecidos.

Em síntese, os resultados reforçam a necessidade de estratégias integradas que promovam o engajamento contínuo com práticas de biossegurança, especialmente no que se refere à comunicação ao supervisor após acidentes e à atualização vacinal, cujo papel é essencial para a proteção coletiva.

Além disso, pelas falas positivas observadas durante e após a apresentação dos resultados, evidenciou-se que a atividade impactou o público de forma significativa, despertando reflexões importantes sobre a própria conduta profissional e reforçando a importância da adesão consistente às medidas de prevenção.

5 CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a biossegurança constitui componente essencial na promoção da saúde e na prevenção de riscos em ambientes odontológicos, especialmente no setor público.

A pesquisa evidenciou que determinadas práticas, como a verificação dos EPIs, apresentam boa adesão por parte dos profissionais. Entretanto, outras ações fundamentais, como a atualização do esquema vacinal e a comunicação de acidentes com materiais perfurocortantes, ainda revelam fragilidades que precisam ser superadas.

Tais lacunas refletem não apenas questões individuais, mas também aspectos estruturais, como deficiência na gestão de recursos e na oferta de treinamentos contínuos.

Nesse contexto, destaca-se a relevância das oficinas educativas como instrumentos de conscientização e aprimoramento profissional, reforçando a necessidade de políticas públicas que assegurem condições adequadas de trabalho, fiscalização efetiva e capacitação permanente.

Dessa forma, torna-se possível consolidar uma cultura de biossegurança sólida e eficaz, garantindo a proteção coletiva e a qualidade dos serviços prestados à população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. Constituição Federal de 1988. Artigo 5º. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 9 mar.2025

GONZAGA, S.L. Trabalhadores e Trabalhadoras da Saúde: Acidentes, Uso de Equipamentos de Proteção Individual e Produtividade. Universidade Federal de Uberlândia. 2023 Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/42267/1/TrabalhadoresTrabalhadorasSaude.pdf> Acesso em: 9 mar. 2025

LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO VITÓRIA 2017 MANUAL DE BIOSSEGURANÇA. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://saude.es.gov.br/Media/sesa/>

LACEN/Manuais/MANUAL%20DE%20BIOSSEGURAN%C3%87A%20LACEN-ES%20REV%2002.pdf>. Acesso em: 9 mar.2025

PENNA, P. M. M. *et al.* BIOSSEGURANÇA: UMA REVISÃO. Arquivos do Instituto Biológico, v. 77, n. 3, p. 555–565, set. 2010. Disponível em: https://biologico.agricultura.sp.gov.br/uploads/docs/arq/v77_3/penna.pdf. Acesso em: 9 mar.2025

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Saúde Brasil 2019: uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2019_analise_situacao.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

CAMINHOS DA MENTE: EXPLORANDO A INTERSEÇÃO ENTRE MINDFULNESS E NEUROCIÊNCIA

Nayara Freitas Guedes¹, Júlia Raissa de Almeida¹, Eliane Moreto Silva Oliveira², Lidianne Vicentina dos Santos², Larissa Mirelle de Oliveira Pereira^{2,3}

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental constitui um dos principais desafios contemporâneos, sendo impactada pelo aumento do estresse, da ansiedade, da depressão e das dificuldades relacionadas à atenção e à regulação emocional. A Organização Mundial da Saúde destaca que a crescente complexidade das demandas sociais e profissionais tem contribuído para o aumento dos transtornos mentais e para a redução da qualidade de vida da população (World Health Organization, 2019).

Nesse contexto, o Mindfulness, ou atenção plena, tem sido amplamente estudado como estratégia de promoção da saúde mental. Segundo Kabat-Zinn (1990), o Mindfulness consiste em prestar atenção ao momento presente de forma intencional e sem julgamentos. Revisões sistemáticas demonstram que intervenções baseadas em Mindfulness promovem redução de estresse, ansiedade e depressão, além de favorecerem maior bem-estar psicológico e autorregulação emocional (Goyal *et al.*, 2014; Khoury *et al.*, 2013).

Estudos em neurociência indicam que a prática regular está associada a alterações estruturais e funcionais em áreas cerebrais relacionadas à atenção, memória e regulação emocional, incluindo córtex pré-frontal, córtex cingulado anterior, hipocampo e amígdala (Hölzel *et al.*, 2011; Tang; Hölzel; Posner, 2015). Tais modificações sugerem que a atenção plena pode contribuir para processos de neuroplasticidade capazes de favorecer o equilíbrio emocional e o enfrentamento do estresse.

Apesar do crescimento das evidências internacionais, ainda são escassos estudos nacionais avaliando os efeitos de programas estruturados de Mindfulness em pequenos grupos por meio de instrumentos psicométricos e análise qualitativa integrada. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo avaliar os efeitos de um programa de Mindfulness de oito semanas

¹ Discente do Curso de Biomedicina do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Docente de Curso de Graduação do UNIPTAN.

³ Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - FUNADESP.

E-mail para contato: larissa.pereira@afya.com.br

sobre indicadores de atenção plena, saúde mental geral, ansiedade, depressão e bem-estar psicológico.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de intervenção pré e pós-teste, de braço único, com abordagem quantitativa e componente qualitativo complementar. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 85279824.4.0000.9667; parecer nº 7.289.615), respeitando os princípios éticos previstos na Resolução CNS nº 466/2012.

Participaram inicialmente 45 voluntários recrutados por adesão espontânea. Entretanto, devido a desistências ao longo do programa, as análises quantitativas foram realizadas com os participantes que completaram integralmente as avaliações pré e pós-intervenção, resultando em amostras variando entre cinco e sete participantes, dependendo do instrumento analisado.

A intervenção consistiu em um programa de Mindfulness com duração de oito semanas, composto por encontros presenciais ou on-line conduzidos por profissionais capacitados. As atividades incluíram meditação guiada, respiração consciente, varredura corporal (body scan), observação de pensamentos e emoções e exercícios de compaixão e autocompaixão. Os participantes também foram incentivados a realizar práticas domiciliares entre as sessões.

Para avaliação dos desfechos foram utilizados instrumentos psicométricos validados: Mindful Attention Awareness Scale (MAAS), Questionário de Saúde Geral (QSG-40), Hospital Anxiety and Depression Scale (HADS), Beck Anxiety Inventory (BAI) e Beck Depression Inventory-II (BDI-II). A coleta ocorreu antes do início do programa e imediatamente após sua conclusão.

Os dados quantitativos foram analisados por meio de testes pareados, com cálculo de tamanho de efeito (Cohen's d). Complementarmente, os relatos espontâneos dos participantes foram submetidos à análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontaram melhora consistente em diferentes indicadores de saúde mental após a intervenção. Na escala MAAS, observou-se aumento dos escores em praticamente todos os itens avaliados, indicando maior atenção ao momento presente, ampliação da consciência emocional e redução do comportamento automático. Embora as diferenças não tenham

alcançado significância estatística, verificaram-se tendências positivas relacionadas ao foco atencional, percepção de emoções e diminuição da distração mental.

Os resultados mais expressivos foram observados no Questionário de Saúde Geral (QSG-40). Houve melhora estatisticamente significativa em seis itens relacionados à atenção sustentada, desempenho funcional, fadiga, lentificação para realização de tarefas, incapacidade decorrente da ansiedade e ideação depressiva. Além disso, foram identificadas tendências favoráveis em aspectos relacionados à autoconfiança, esperança, preocupação excessiva e percepção de sentido de vida.

Esses achados sugerem que a prática de Mindfulness pode atuar simultaneamente sobre componentes cognitivos, emocionais e comportamentais. A melhora observada na atenção e no desempenho funcional é consistente com estudos que demonstram o fortalecimento do controle executivo e da autorregulação atencional após programas de atenção plena (Basso *et al.*, 2019; Malinowski; Shapiro, 2021). Da mesma forma, a redução da fadiga, da ansiedade incapacitante e dos indicadores depressivos corrobora evidências de que o Mindfulness favorece maior equilíbrio emocional e menor vulnerabilidade ao sofrimento psicológico (Goldberg *et al.*, 2018; Carpenter *et al.*, 2019).

Em relação aos sintomas de ansiedade e depressão avaliados pelas escalas HADS, BAI e BDI-II, verificou-se redução sistemática dos escores médios após a intervenção. Apesar da ausência de significância estatística, os tamanhos de efeito encontrados variaram de moderados a grandes, indicando relevância clínica potencial. As maiores variações ocorreram nos domínios relacionados ao relaxamento, calma emocional, tensão fisiológica e autoimagem negativa.

Do ponto de vista neurocientífico, esses resultados são compatíveis com modelos que associam o Mindfulness à redução da atividade da Rede em Modo Padrão (Default Mode Network), à diminuição da reatividade amigdalar e ao fortalecimento da conectividade pré-frontal, mecanismos relacionados à redução da ruminação e à melhora da regulação emocional (Brewer *et al.*, 2021; Tang *et al.*, 2022).

A análise qualitativa reforçou os resultados quantitativos. Os relatos evidenciaram redução da ansiedade, aumento da percepção emocional, melhora da concentração e maior capacidade de lidar com situações estressantes. Os participantes também relataram sensações de calma, autocuidado, autoconhecimento e bem-estar, sugerindo impacto positivo da intervenção em sua vida cotidiana.

A convergência entre os dados quantitativos e qualitativos fortalece a interpretação de que o programa promoveu benefícios psicossociais relevantes. Embora o tamanho amostral

reduzido limite a generalização dos resultados, os achados demonstram viabilidade e potencial clínico da intervenção, justificando investigações futuras com amostras maiores.

4 CONCLUSÃO

O programa de Mindfulness de oito semanas demonstrou potencial para promover melhorias em indicadores relacionados à atenção plena, saúde mental geral, ansiedade, depressão e funcionamento psicológico. Os resultados evidenciaram aumento da atenção ao momento presente, melhora do desempenho funcional, redução da fadiga, diminuição da ansiedade incapacitante e redução de indicadores depressivos.

Embora algumas análises não tenham alcançado significância estatística, os tamanhos de efeito observados e a convergência entre dados quantitativos e qualitativos indicam benefícios clinicamente relevantes. Os relatos dos participantes reforçaram a percepção de melhora do bem-estar emocional, da capacidade de autorregulação e do autocuidado.

Os achados corroboram a literatura científica que aponta o Mindfulness como uma estratégia segura, acessível e eficaz para promoção da saúde mental. Recomenda-se a realização de estudos futuros com amostras maiores, grupos de comparação e acompanhamento longitudinal, visando ampliar a compreensão dos efeitos dessa prática sobre a saúde mental e a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASSO, J. C. *et al.* Brief, daily meditation enhances attention, memory, mood, and emotional regulation in non-experienced meditators. *Behavioural Brain Research*, v. 356, p. 208-220, 2019.

BREWER, J. A. *et al.* Mindfulness training and neuromodulation of self-referential processing. *Current Opinion in Psychology*, v. 40, p. 61-66, 2021.

CARPENTER, J. K. *et al.* Cognitive and emotional mechanisms of Mindfulness: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, v. 70, p. 12-25, 2019.

GOYAL, M. *et al.* Meditation programs for psychological stress and well-being: a systematic review and meta-analysis. *JAMA Internal Medicine*, v. 174, n. 3, p. 357-368, 2014.

GOLDBERG, S. B. *et al.* Mindfulness-based interventions for psychiatric disorders: A systematic review and meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, v. 59, p. 52-60, 2018.

HÖLZEL, B. K. *et al.* Mindfulness practice leads to increases in regional brain gray matter density. *Psychiatry Research: Neuroimaging*, v. 191, p. 36-43, 2011.

KABAT-ZINN, J. *Full Catastrophe Living*. New York: Delta, 1990.

KHOURY, B. *et al.* Mindfulness-based therapy: A comprehensive meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, v. 33, p. 763-771, 2013.

MALINOWSKI, P.; SHAPIRO, S. Mindfulness and cognitive performance: current evidence and future directions. *Current Opinion in Psychology*, v. 28, p. 143-148, 2021.

TANG, Y.-Y.; HÖLZEL, B. K.; POSNER, M. I. Mechanisms of Mindfulness meditation. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 16, p. 213-225, 2015.

TANG, Y.-Y. *et al.* The neuroscience of Mindfulness interventions. *Nature Reviews Psychology*, v. 1, p. 77-84, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mental health: strengthening our response*. Geneva: WHO, 2019.

CUIDANDO DA SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA ABORDAGEM EM ALAMBIQUE

Kassiane Eduarda Nogueira¹, Maria Ester Silva Rodarte¹, Ana Carolina Lima De Oliveira¹, Vitória Helena Campos De Freitas¹, Vitória Marcolino Da Silva¹, Amanda Cristina Resende Reis¹, Clara Mendes Rocha¹, Kailane Braz Maciel De Oliveira¹, Jane Daisy de Sousa Almada Resende², Luciano Alves dos Santos³, Aline Grazielle Fernandes Martins da Costa³

1 INTRODUÇÃO

A Saúde do Trabalhador surgiu como um campo interdisciplinar que reúne conhecimentos de áreas como saúde pública, medicina do trabalho, sociologia, psicologia e engenharia, incorporando também a experiência dos próprios trabalhadores. Seu objetivo consiste em compreender a relação entre o ambiente laboral e a saúde dos trabalhadores, além de propor intervenções que promovam melhores condições de trabalho e qualidade de vida (Silva *et al.*, 2014; Martins *et al.*, 2014).

No que se refere aos trabalhadores dos alambiques, diversos riscos à saúde são enfrentados ao longo de todo o processo produtivo da cachaça, desde o cultivo da cana-de-açúcar até a destilação. A exposição a produtos químicos, como o etanol, o calor intenso dos fornos, o uso de máquinas pesadas e o desgaste físico decorrente da repetição de movimentos e da adoção de posturas inadequadas são fatores que impactam diretamente a saúde e o bem-estar desses trabalhadores (Magalhães; Castro, 2018; Gomes, 2020).

Além disso, os acidentes de trabalho em alambiques ocorrem, principalmente, em razão de falhas nos processos produtivos e da falta de conscientização dos trabalhadores, agravadas pela negligência dos empregadores quanto à capacitação profissional. Soma-se a isso a ausência de profissionais qualificados para identificar riscos ocupacionais, bem como a insuficiência de normas de segurança adequadas e de uma gestão humanizada que incentive a adesão aos procedimentos de segurança (Magalhães; Castro, 2018; Gomes, 2020).

Nesse contexto, as Normas Regulamentadoras (NRs) de saúde e segurança ocupacional no Brasil desempenham papel fundamental. Instituídas pela Lei nº 6.514, de 1977, essas

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

² Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Professora da Disciplina Projeto de Extensão I.

³ Colaboradores do Projeto de Extensão.

E-mail para contato: jane.resende@uniptan.edu.br.

diretrizes são essenciais para garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores, tendo como finalidade prevenir acidentes e doenças ocupacionais, estabelecer direitos e deveres de empregadores e empregados e promover uma cultura de segurança nas empresas.

Atualmente, existem 38 NRs que abordam aspectos específicos relacionados à segurança no trabalho. Entre elas, destacam-se a NR-15, referente às atividades insalubres; a NR-12, voltada à segurança no uso de máquinas e equipamentos; a NR-6, que estabelece diretrizes para utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); e a NR-9, que propõe uma abordagem preventiva para identificação e controle dos riscos ambientais por meio do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) (Araújo, 2014).

Entretanto, apesar da existência dessas normas, muitos trabalhadores, especialmente em áreas rurais, ainda exercem suas atividades em condições inadequadas de segurança. Diante dos riscos ocupacionais existentes, garantir um ambiente de trabalho seguro é fundamental para prevenir lesões, promover qualidade de vida e melhorar a produtividade no setor (Souza *et al.*, 2023).

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar e identificar os principais riscos à saúde enfrentados pelos trabalhadores nos alambiques de produção de cachaça, desde a fase de cultivo da cana-de-açúcar até a destilação. Além disso, buscou-se analisar as medidas de prevenção e controle já implementadas conforme as Normas Regulamentadoras de saúde e segurança ocupacional no Brasil, propondo melhorias para garantir um ambiente de trabalho mais seguro e saudável.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina Projeto de Extensão III, intitulada “Profissionais de saúde na saúde do trabalhador: sensibilizando para a saúde, ergonomia e bem-estar nas redes sociais”.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar e contextualizar o problema investigado. Para isso, utilizaram-se livros, artigos científicos, dissertações e outros materiais acadêmicos, visando à construção de uma base teórica acerca dos riscos ocupacionais em alambiques. Esse levantamento subsidiou as etapas subsequentes da pesquisa.

Posteriormente, realizou-se um estudo de caso no alambique “Cachaça Velho Ferreira”, localizado em Bichinho, distrito de Tiradentes, Minas Gerais, reconhecido pela conformidade

com as normas legais e pelas premiações nacionais e internacionais recebidas. As visitas ao local ocorreram com o acompanhamento do proprietário, possibilitando a investigação dos principais riscos ocupacionais e das medidas preventivas já adotadas.

Na sequência, procedeu-se à observação das operações diárias do alambique, com o intuito de mapear o fluxo de trabalho e identificar processos críticos relacionados à segurança ocupacional. Esse contato direto permitiu a coleta de dados relevantes acerca da percepção dos trabalhadores sobre os riscos e as condições de segurança presentes no ambiente laboral.

Além disso, foi criada uma página na rede social Instagram com o objetivo de disponibilizar conteúdos educativos relacionados à saúde do trabalhador, ergonomia e bem-estar. Os alunos ficaram responsáveis pela alimentação da página durante uma semana, seguindo um cronograma previamente estabelecido. As publicações ocorreram diariamente, de segunda-feira a sábado, totalizando seis postagens por grupo.

As postagens foram realizadas tanto no feed quanto nos stories, sempre por um integrante previamente designado, garantindo a organização do uso da conta. Para manter a identidade visual da página, cada grupo utilizou uma cor específica em suas publicações.

Além da produção de conteúdo, os alunos interagiram com os seguidores, respondendo comentários e estimulando discussões, o que contribuiu para o engajamento e fortalecimento da comunidade virtual. Ao final, o projeto possibilitou sensibilizar e informar a população, ao mesmo tempo em que promoveu o desenvolvimento de habilidades relacionadas à pesquisa, comunicação digital e trabalho em equipe. Dessa maneira, a página consolidou-se como um espaço de troca de saberes e divulgação científica acessível, refletindo o compromisso dos participantes com a promoção da saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cachaça teria surgido a partir das sobras do caldo de cana deixadas pelos escravizados nos engenhos, que fermentavam durante a noite e se transformavam em uma bebida alcoólica de sabor agradável (Nunes; Oliveira Neta, 2011).

Segundo Nunes e Oliveira Neta (2011), o Brasil possui capacidade para produzir aproximadamente 1,4 bilhão de litros de cachaça, sendo 30% provenientes de alambiques e 70% da produção industrial. Além disso, o setor conta com mais de 40 mil produtores e cerca de 4 mil marcas, gerando mais de 600 mil empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, foi realizada uma visita à Cachaçaria Velho Ferreira, localizada em Bichinho, distrito de Tiradentes, Minas Gerais, reconhecida pelas premiações obtidas em concursos como “Spirits Selection Bruxelles”, “Vinhos e Destilados do Brasil” e “Brasil Spirits Cup 2021”. Durante a visita, observaram-se as condições de trabalho no local, articulando-se o conhecimento teórico à prática em campo, cujos resultados foram posteriormente divulgados nas redes sociais.

Durante o período de segunda-feira a sábado, o Instagram foi utilizado para compartilhar conteúdos relacionados ao funcionamento de um alambique, aos cuidados necessários na produção da cachaça e à saúde dos trabalhadores, aos riscos da produção ilegal e aos procedimentos adotados em produções que seguem boas práticas. Também foram abordados os principais riscos ocupacionais presentes nesse ambiente laboral.

Além disso, foram publicados vídeos demonstrando as etapas de produção da cachaça, com ênfase na conscientização acerca da saúde e segurança no ambiente de trabalho. As publicações contribuíram para ampliar o acesso às informações sobre segurança ocupacional, promovendo maior sensibilização da população sobre a importância da adoção de práticas seguras no setor.

4 CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou uma análise detalhada dos riscos ocupacionais presentes nos alambiques, destacando a importância da adoção de práticas de produção legal e segura para a proteção da saúde dos trabalhadores. A visita à Cachaçaria Velho Ferreira permitiu compreender, na prática, as condições de trabalho e as medidas de segurança adotadas em conformidade com as normas vigentes.

Além disso, as publicações realizadas nas redes sociais desempenharam papel relevante na conscientização da população acerca dos desafios enfrentados pelos trabalhadores desse setor, evidenciando os benefícios das boas práticas de produção e os riscos associados à produção ilegal.

A pesquisa reforçou a necessidade de investimentos em capacitação profissional, melhoria das condições de trabalho e monitoramento contínuo dos riscos ocupacionais, visando garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores. Ao promover a disseminação de informações por meio das redes sociais, o estudo contribuiu para a sensibilização da comunidade quanto à

importância da adoção de boas práticas e da promoção de ambientes laborais mais seguros e saudáveis.

REFERENCIAS

ARAÚJO, G. M. Normas regulamentadoras comentadas e ilustradas: Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. 11. ed. Volume 2, revisada, ampliada, atualizada e ilustrada. Rio de Janeiro: Gerenciamento verde editora e livraria virtual, 2014.

BRASIL. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 54, n. 246, p. 1, 23 dez. 1977.

GOMES, J. C. Memoria sobre a cultura, e productos da cana de assucar. Library of Alexandria, 2020.

MAGALHÃES, P; CASTRO, S. Colheita da cana-de-açúcar para produção de cachaça. Research Gate, 2018.

MARTINS, J. T. *et al.* Pesquisa epidemiológica da saúde do trabalhador: uma reflexão teórica. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, v. 35, n. 1, p. 163-174, 2014.

NUNES, L. S. G.; OLIVEIRA NETA, M. R. Alambiques de cachaça em minas gerais: uma pesquisa exploratória. Cadernos da FUCAMP, v. 10, n. 12, p. 65-80, 2011

SILVA, F. *et al.* Capacidade para o trabalho entre trabalhadores rurais de uma usina de açúcar e álcool. Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE, v. 8, n. 2, 2014.

SOUZA, F. S. *et al.* Desafios de aplicação das normas de saúde e segurança no ambiente de trabalho. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 11, p. 685-700, 2023.

DESEMPENHO MOTOR DE RATOS COM DOENÇA DE PARKINSON TREINADOS COM EXERCÍCIOS FUNCIONAIS

Marina Vitória Oliveira¹, Liliane Aparecida Ferreira Carvalho¹, Gabriel da Silva Boscolo², Gabriel Marra Lasmar de Lima², Jasiara Carla de Oliveira Coelho³, Laila Cristina Moreira Damázio⁴

1 INTRODUÇÃO

A Doença de Parkinson (DP) é reconhecida como a segunda condição neurodegenerativa mais prevalente no mundo. Caracteriza-se por sinais motores, como tremores, bradicinesia, rigidez muscular e desequilíbrio, além de sintomas não motores, incluindo alterações psiquiátricas, distúrbios autonômicos, alterações do sono e dores. Com a progressão da doença, ocorre redução da capacidade funcional e da qualidade de vida, podendo haver incapacidade e aumento da demanda por cuidados especializados (Shulman, 2010).

Modelos animais induzidos por toxinas específicas têm sido amplamente utilizados para investigar estratégias capazes de prevenir ou tratar os efeitos da DP (Zigmond *et al.*, 2009). Entre essas estratégias, destaca-se o exercício físico resistido progressivo, que tem demonstrado efeitos positivos sobre a musculatura esquelética, principalmente quando realizado antes da indução da doença (Moreira *et al.*, 2023; Mesquita *et al.*, 2023).

Apesar desses avanços, ainda há dúvidas quanto às possíveis alterações estruturais e funcionais em diferentes grupos musculares, especialmente quando se utiliza a escada vertical como método de aplicação do exercício resistido. Além disso, há carência de estudos que definam com clareza os protocolos mais eficazes de exercício físico voltados à prevenção de complicações motoras da DP.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar os efeitos do exercício resistido em escada vertical, com intensidades moderada e alta, na prevenção de déficits motores em ratos com DP induzida. Além disso, buscou-se identificar diferenças nos resultados obtidos entre os membros anteriores e posteriores dos animais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa apresentou natureza experimental e exploratória, sendo conduzida com 48 ratos machos da linhagem Wistar (*Rattus norvegicus*, var. *albinus*), com 40 dias de idade e peso entre 250 e 450 gramas.

Todos os procedimentos envolvendo o manejo dos animais e a realização da eutanásia seguiram as normas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), conforme estabelecido na Lei nº 11.794, e foram aprovados pelo Comitê de Ética, sob o protocolo nº 7007191223.

Os animais foram distribuídos aleatoriamente em dois grupos principais. Um grupo, composto por 24 animais, foi submetido à indução da Doença de Parkinson, sendo subdividido em três subgrupos: sedentário (Sed-DP), exercício de intensidade moderada (Ex1-DP) e exercício de alta intensidade (Ex2-DP). O outro grupo, também composto por 24 animais, correspondeu ao grupo Sham, submetido à cirurgia sem indução da DP, sendo igualmente subdividido em Sham-Sed, Sham-Ex1 e Sham-Ex2, com oito animais em cada subgrupo.

A indução da DP foi realizada por meio de cirurgia estereotóxica, com administração da toxina 6-hidroxidopamina (6-OHDA) diretamente no estriado cerebral, sob anestesia composta por cetamina e xilazina.

Os animais dos subgrupos de exercício físico foram submetidos a um protocolo de Exercício Físico Resistido Progressivo (EFRP), realizado em escada vertical durante quatro semanas, cinco vezes por semana, com sessões de 30 a 45 minutos. Foram utilizadas cargas progressivas de 50% a 100% do peso corporal, fixadas à cauda dos animais. O peso corporal foi aferido diariamente durante o período de treinamento.

O grupo Ex1 realizou exercício de intensidade moderada, com variações na carga ao longo da semana, enquanto o grupo Ex2 manteve intensidade elevada em todas as sessões. Os grupos sedentários não foram submetidos a exercício físico.

A avaliação funcional foi realizada por meio dos testes de barras paralelas, campo aberto e passos em falso, aplicados em três momentos distintos: no início do experimento, antes e após o procedimento cirúrgico e ao final da intervenção.

A análise estatística dos dados foi conduzida com auxílio do programa GraphPad Prism, versão 8.0, utilizando análise de variância one-way (ANOVA), seguida do teste post-hoc de Tukey, após verificação da normalidade dos dados. O nível de significância adotado foi de 5%, e os resultados foram expressos como média $\pm$ erro padrão da média.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos parâmetros de coordenação motora e comportamento exploratório entre os grupos submetidos aos diferentes protocolos experimentais.

No teste das barras paralelas, utilizado para avaliação da coordenação dos membros posteriores, as análises revelaram diferenças significativas entre os grupos nas patas esquerda ($p = 0,02$) e direita ($p = 0,01$). Os animais dos grupos Sham-Ex1 e Ex2-DP apresentaram maior frequência de erros com a pata traseira esquerda, enquanto o grupo Ex2-DP também demonstrou desempenho inferior no uso da pata traseira direita.

No teste de passos em falso, que avalia a precisão motora dos membros anteriores, foi identificada diferença estatística nas médias de erros tanto na pata dianteira esquerda ($p = 0,024$) quanto na direita ($p = 0,007$). Observou-se que os grupos Sham-Sed, Sed-DP e Ex2-DP cometeram mais falhas com a pata dianteira esquerda, enquanto os grupos Sham-Sed e Sed-DP apresentaram pior desempenho com a pata direita.

Em relação à atividade exploratória, avaliada por meio do teste de campo aberto, os dados indicaram variação estatisticamente significativa no número de tentativas de escalada nas paredes ($p < 0,0001$), sendo os grupos Sham-Ex1 e Ex1-DP aqueles com maior frequência desse comportamento. De modo semelhante, o total de quadrantes explorados também diferiu entre os grupos ($p = 0,005$), com destaque para os grupos Sham-Sed, Sham-Ex1, Ex1-DP e Ex2-DP, que demonstraram níveis mais elevados de movimentação.

A prática de exercício resistido de intensidade moderada (Ex1), realizada em escada vertical, promoveu melhora na coordenação motora e no comportamento exploratório dos animais com Doença de Parkinson, com efeitos mais evidentes nos membros posteriores e nos testes em campo aberto. Por outro lado, o protocolo de alta intensidade (Ex2) demonstrou impacto negativo na coordenação das patas traseiras, embora tenha proporcionado certo benefício funcional aos membros anteriores.

Os grupos sedentários apresentaram desempenho motor inferior, especialmente nas patas dianteiras, além de reduzida atividade exploratória. Esses achados sugerem que a intensidade do treinamento físico influencia os desfechos motores na DP, sendo a carga moderada aquela que promove efeitos mais amplos e favoráveis.

Os dados obtidos corroboram evidências descritas na literatura, que reconhecem o exercício físico como intervenção com potencial neuroprotetor, especialmente quando

realizado em intensidade moderada e em escada vertical (Mesquita *et al.*, 2023; Silva-Batista *et al.*, 2020; Vasconcelos *et al.*, 2021).

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que o exercício físico realizado em escada vertical, especialmente em intensidade moderada, apresentou efeitos mais positivos na prevenção de comprometimentos motores em ratos com Doença de Parkinson induzida.

Além disso, observou-se que há diferenças significativas entre a coordenação motora dos membros anteriores e posteriores desses animais. Esses achados indicam que a prescrição de programas de exercício físico deve considerar a intensidade do treinamento e as particularidades funcionais dos diferentes grupos musculares, a fim de favorecer melhores resultados terapêuticos.

5 AGRADECIMENTO

À FUNADESP e ao UNIPTAN/AFYA pelo financiamento. Ao DEMED e à PROPE-UFSJ pela colaboração e apoio ao desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- CASSILHAS, R. C. *et al.* Animal model for progressive resistance exercise: a detailed description of model and its implications for basic research in exercise. *Motriz: Revista de Educação Física*, v. 19, n. 1, p. 178–184, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-65742013000100018>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- DING, Y. *et al.* Motor balance and coordination training enhances functional outcome in rat with transient middle cerebral artery occlusion. *Neuroscience*, v. 123, n. 3, p. 667–674, 2004. DOI: 10.1016/j.neuroscience.2003.08.031.
- HORNBERGER, T. A. Jr.; FARRAR, R. P. Physiological hypertrophy of the FHL muscle following 8 weeks of progressive resistance exercise in the rat. *Canadian Journal of Applied Physiology*, v. 29, n. 1, p. 16–31, fev. 2004. DOI: 10.1139/h04-002.
- LIM, S. H. *et al.* The quantitative assessment of functional impairment and its correlation to infarct volume in rats with transient middle cerebral artery occlusion. *Brain Research*, v. 1230, p. 303–309, 16 set. 2008. DOI: 10.1016/j.brainres.2008.07.002.
- MESQUITA, C. M. C. *et al.* Exercícios resistidos progressivos como terapia motora para ratos com Doença de Parkinson. *Revista Neurociências*, v. 31, p. 1–8, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/rnc.2023.v31.15282>. Acesso em: 17 jun. 2025.

MOREIRA, G. M. S. *et al.* The effects of resistance exercise on the cardiorespiratory tissue of rats with Parkinson's disease. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 20, n. 4, p. 2925, 2023. DOI: 10.3390/ijerph20042925.

PEIXINHO-PENA, L. F. *et al.* A strength exercise program in rats with epilepsy is protective against seizures. *Epilepsy & Behavior*, v. 25, n. 3, p. 323–328, nov. 2012. DOI: 10.1016/j.yebeh.2012.08.011.

SHULMAN, L. M. Understanding disability in Parkinson's disease. *Movement Disorders*, v. 25, p. 131–135, 2010. DOI: 10.1002/mds.22789.

SILVA-BATISTA, C. *et al.* A randomized, controlled trial of exercise for Parkinsonian individuals with freezing of gait. *Movement Disorders*, v. 35, n. 9, p. 1607–1617, set. 2020. DOI: 10.1002/mds.28128.

VASCONCELOS, N. N. *et al.* High intensity physical exercise before the brain ischemia promotes increase in brain injury. *Journal of Stroke and Cerebrovascular Diseases*, v. 30, n. 12, p. 106148, dez. 2021. DOI: 10.1016/j.jstrokecerebrovasdis.2021.106148.

ZIGMOND, M. J. *et al.* Triggering endogenous neuroprotective processes through exercise in models of dopamine deficiency. *Parkinsonism & Related Disorders*, v. 15, supl. 3, p. S42–S45, dez. 2009. DOI: 10.1016/S1353-8020(09)70778-3.

DIREITO PARA TODOS: ACESSIBILIDADE JURÍDICA E ESCUTA ATIVA COM PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIÊNCIA

Ana Elvira de Oliveira¹, Fernanda Argamim Fabrício¹, Leila Rosana Guimarães¹, Miguel Santos Pereira¹, Nayara Fátima de Resende¹, Sara Adelina de Oliveira¹, Karin Cristine Magnan Miyahira¹

1 INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência apresenta as atividades desenvolvidas por estudantes do curso de Direito em um projeto de extensão voltado à promoção do acesso à justiça para pessoas idosas e pessoas com deficiência. A escolha do tema surgiu da percepção de que esses grupos ainda enfrentam inúmeras dificuldades para compreender e exercer seus direitos, decorrentes, principalmente, da complexidade da linguagem jurídica e da existência de barreiras físicas, digitais e emocionais.

Guiado pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, previstos na Constituição Federal, o projeto buscou construir uma proposta capaz de aproximar o Direito da realidade social desses indivíduos. O objetivo principal consistiu em tornar o conhecimento jurídico mais acessível, promover espaços de escuta ativa e proporcionar uma vivência transformadora tanto para o público atendido quanto para os estudantes envolvidos.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto de extensão surgiu da preocupação com as dificuldades enfrentadas por pessoas idosas e pessoas com deficiência no acesso pleno à justiça. Com base nos princípios da igualdade e da inclusão social, buscou-se promover o acesso aos direitos por meio da disseminação de informações jurídicas em linguagem acessível e da realização de ações de escuta ativa junto a esses grupos.

Entre as atividades desenvolvidas, destaca-se a produção de um podcast com um especialista em seguridade social, além da participação em simpósios e da realização de visitas à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a um abrigo de idosos. Essas experiências possibilitaram maior aproximação com a realidade vivenciada por esses públicos.

¹ Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.
E-mail para contato: karin.miyahira@uniptan.edu.br.

Durante o desenvolvimento do projeto, foram discutidos temas relacionados aos direitos previdenciários, exclusão digital, acessibilidade e entraves burocráticos enfrentados por essas pessoas. Também foram realizadas reflexões acerca da importância da implementação de políticas públicas inclusivas, da capacitação de servidores e da produção de materiais acessíveis.

Observou-se que, em muitos casos, a principal barreira enfrentada não é propriamente jurídica, mas relacionada à falta de informação, acolhimento e orientação adequada. Ao final das atividades, verificou-se que o projeto contribuiu para o fortalecimento da cidadania e para a transformação da percepção dos estudantes acerca do papel social do Direito.

3 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

O projeto foi dividido em três frentes principais: 1. Produção de conteúdo jurídico em linguagem acessível; 2. Escuta ativa em instituições sociais; e 3. Participação em eventos de formação e sensibilização.

Uma das ações de maior destaque foi a criação de um episódio de podcast com a participação de um advogado especialista em seguridade social. No episódio, foram discutidos, de maneira simples e prática, temas relacionados aos direitos previdenciários e ao acesso à saúde, tomando como base dúvidas previamente coletadas em entrevistas realizadas com pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Os participantes também estiveram presentes em um simpósio ministrado pela advogada Roberta Almeida, cuja palestra intitulada “Ser diferente é legal” promoveu reflexões sobre inclusão, respeito às diferenças e combate ao capacitismo, entendido como a discriminação contra pessoas com deficiência. Essa experiência ampliou a percepção dos estudantes acerca da necessidade de atuação empática e inclusiva.

Além disso, foram realizadas visitas à APAE e a um abrigo de idosos na cidade de Tiradentes, Minas Gerais. Em ambos os locais, os estudantes foram acolhidos pela comunidade e tiveram a oportunidade de ouvir relatos de vida, identificar dificuldades jurídicas e sociais e contribuir com ações solidárias, como arrecadação de leite, livros de colorir e giz de cera.

4 IMPACTOS E APRENDIZADOS

Durante a execução do projeto, foram debatidos temas relevantes, tais como: a exclusão digital que dificulta o acesso a benefícios e serviços; a utilização de linguagem jurídica excessivamente técnica e inacessível; a insuficiência de políticas públicas voltadas às pessoas em situação de maior vulnerabilidade social. A principal aprendizagem obtida foi a compreensão de que, muitas vezes, o maior obstáculo enfrentado por essas pessoas não consiste na ausência de direitos, mas na falta de informação e acolhimento. Nesse sentido, a escuta ativa, pautada na empatia e no respeito, mostrou-se tão importante quanto a própria orientação jurídica.

Verificou-se, ainda, que o acesso à justiça não se limita ao ingresso em processos judiciais, mas se inicia no momento em que o indivíduo se sente ouvido, compreendido e respeitado em sua dignidade.

Para os estudantes envolvidos, a experiência ultrapassou os limites de uma atividade acadêmica, configurando-se como uma vivência prática de cidadania, empatia e responsabilidade social. O projeto possibilitou compreender o Direito não apenas como um conjunto de normas, mas como uma ferramenta de transformação social voltada à promoção da inclusão e da garantia de direitos.

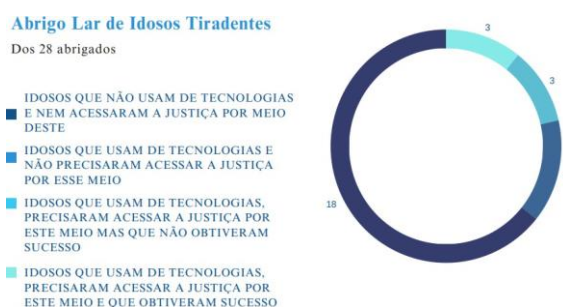


Figura 1- Percentual de idosos que utilizam tecnologia para acessar sites da Justiça

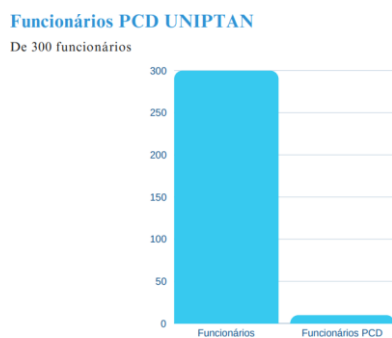


Figura 2- Funcionários PCD UNIPTAN

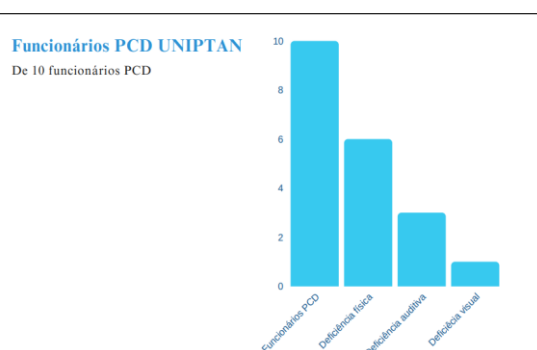


Figura 3- Deficiência dos funcionarios do UNIPTAN

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do projeto, concluiu-se que os objetivos propostos foram alcançados de maneira satisfatória. O podcast produzido, as visitas institucionais, os eventos e as ações educativas geraram impactos positivos tanto para o público atendido quanto para a formação acadêmica e humana dos estudantes participantes.

Mais do que transmitir informações sobre direitos, o projeto possibilitou a construção de pontes entre o conhecimento jurídico e a realidade social das pessoas atendidas. Evidenciou-se que tornar o Direito mais acessível, próximo e humanizado constitui um compromisso que deve ser desenvolvido ainda durante a formação acadêmica.

A experiência vivenciada reforçou a compreensão de que pequenas ações podem gerar transformações significativas na sociedade. Assim, entende-se que o Direito deve estar efetivamente ao alcance de todos, cabendo aos futuros profissionais da área jurídica atuar com respeito, clareza, empatia e compromisso social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

G1. Dos 29 milhões de idosos brasileiros, apenas 5 milhões estão conectados à internet. G1, Sul do Rio e Costa Verde, 6 abr. 2023. Especial Publicitário. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/especial-publicitario/aap-vr-associacao-dos-aposentados-e-pensionistas-de-volta-redonda/viver-saudavel/noticia/2023/04/06/dos-29-milhoes-de-idosos-brasileiros-apenas-5-milhoes-estao-conectados-a-internet.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2025.

G1. Em um ano, 200 mil alunos com autismo foram matriculados em escolas comuns; falta de apoio a professores ainda é obstáculo. G1, Educação, 2 abr. 2024. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/educacao/noticia/2024/04/02/em-um-ano-200-mil-alunos-com-autismo-foram-matriculados-em-escolas-comuns-falta-de-apoio-a-professores-ainda-e-obstaculo.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2025.

ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA TRANSCRANIANA POR CORRENTE CONTÍNUA NO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO DE PACIENTES NEUROLÓGICOS

Maria Eduarda Moreira Câmara¹, Nhattyale das Graças Silva¹, Laila Cristina Moreira Damázio²

1 INTRODUÇÃO

Estimulação Transcraniana por Corrente Contínua (ETCC) é uma técnica de neuromodulação não invasiva, segura, indolor e de fácil aplicação, que tem se destacado na reabilitação por sua capacidade de modular a excitabilidade cortical e potencializar os efeitos da fisioterapia. Quando combinada ao tratamento fisioterapêutico, apresenta resultados promissores na melhora da marcha, do equilíbrio, da dor, da sensibilidade e da coordenação motora, além de favorecer a recuperação funcional.

Apesar de seu potencial terapêutico, ainda há escassez de estudos clínicos que avaliem sistematicamente seus benefícios em diferentes condições neurológicas, sendo a maior parte das pesquisas direcionada a pacientes pós-acidente vascular encefálico (AVE). A possibilidade de direcionar a estimulação para áreas corticais lesionadas torna a ETCC uma ferramenta inovadora, ampliando as estratégias terapêuticas na fisioterapia.

Diante disso, este estudo propôs investigar os efeitos da ETCC associada à fisioterapia na promoção da mobilidade, sensibilidade, controle da dor, função motora e independência funcional em pacientes com doenças neurológicas, contribuindo para o avanço científico e para o direcionamento da prática clínica em reabilitação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo original, experimental, realizado com sete pacientes portadores de diferentes sequelas neurológicas: ataxia (paciente 1), Doença de Parkinson (paciente 2), neuropatia (paciente 3), fibromialgia (pacientes 4 e 5), Charcot-Marie-Tooth (paciente 6) e Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA (paciente 7).

A pesquisa teve início após a assinatura voluntária do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa local, sob o CAAE nº 81245424.9.0000.5156.

Os critérios de exclusão incluíram pacientes com implantes metálicos em regiões corticais, tumores cerebrais sem diagnóstico definido e epilepsia não controlada.

Foram realizadas entre 10 e 30 sessões de ETCC associadas à reabilitação motora, com foco na melhora dos parâmetros de equilíbrio, dor, coordenação motora e sensibilidade.

Antes das intervenções, foram aplicados testes específicos de acordo com as demandas funcionais de cada paciente. O teste Timed Up and Go (TUG) foi utilizado para avaliar equilíbrio, velocidade da marcha e risco de quedas. Nesse teste, o paciente levanta-se de uma cadeira, percorre três metros até um obstáculo, retorna e senta-se novamente, sendo considerado melhor desempenho o menor tempo de execução (Bretan *et al.*, 2013).

A sensibilidade foi avaliada por meio de monofilamentos aplicados em mãos e pés. O nível de dor foi mensurado pela Escala Visual Analógica (EVA), graduada de 0 a 10 pontos. A coordenação motora fina foi analisada qualitativamente por meio da avaliação de desenhos e da escrita antes e após a intervenção.

A ETCC foi realizada utilizando o modo tDCS com intensidade de 1 a 2 mA, por meio de eletrodos posicionados em áreas cranianas específicas, durante 20 minutos. A estimulação foi associada à reabilitação motora, sendo os pacientes orientados à realização de atividades funcionais no cotidiano (Evancho *et al.*, 2023; Guidetti *et al.*, 2022).

Para análise estatística, utilizou-se o teste t de Student, considerando nível de significância de $p \leq 0,05$, com auxílio do software GraphPad Prism 8.

3 RESULTADOS

Os dados referentes à avaliação do equilíbrio e do risco de quedas do paciente 1, diagnosticado com ataxia, demonstraram redução no tempo de execução do teste TUG. Na avaliação inicial, o paciente realizou o percurso em 21,41 segundos, passando para 16,37 segundos ao final da intervenção.

O paciente 2, com sequelas decorrentes da Doença de Parkinson, apresentou tempo inicial de 15,45 segundos no teste TUG e, após a intervenção, reduziu para 10,71 segundos.

Esses resultados corroboram os achados de Benussi (2020), cuja metanálise demonstrou melhora de 26,1% nos sintomas de pacientes com ataxia após uso da ETCC, especialmente na

marcha. Resultados semelhantes também foram observados por Neves (2017) em pacientes com Parkinson.

O paciente 3, com neuropatia e alterações sensitivas, apresentou melhora da sensibilidade após a intervenção, conforme demonstrado na Tabela 1, embora ainda existam poucos estudos comparativos envolvendo neuropatias.

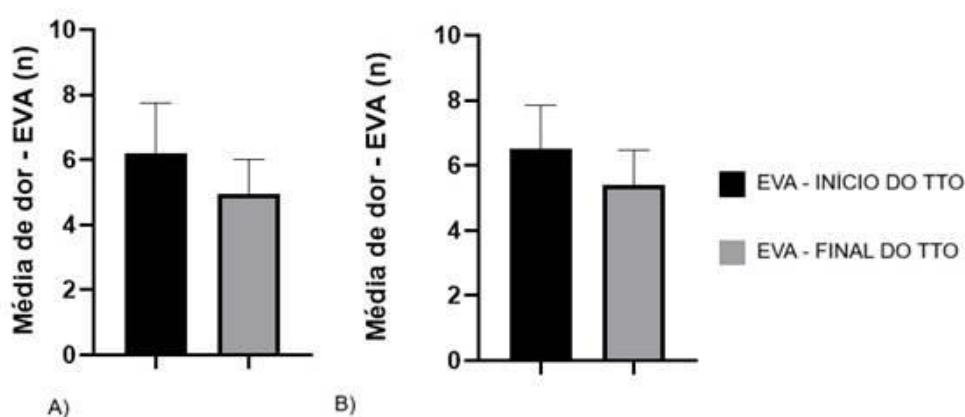
Tabela 1 – Regiões corporais e respostas ao estesiômetro na avaliação da sensibilidade do paciente.

Regiões do Corpo	Sensibilidade Início	Sensibilidade Após Intervenção
Coxa	Azul	Verde
Perna	Verde	Verde
Pé – dorso	Azul	Verde
Pé - plantar	Azul	Azul

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Na avaliação do nível de dor dos pacientes 4 e 5, ambos diagnosticados com fibromialgia, foram observadas diferenças estatisticamente significativas, com valores de $p = 0,0002$ e $p = 0,0011$, respectivamente, conforme apresentado na Figura 1. Esses resultados corroboram estudos prévios, como o de Yang (2024).

Figura 1 – Média de dor na Escala Visual Analógica (EVA) dos pacientes 4 (A) e 5 (B). Teste t de Student, $p < 0,05$.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O paciente 6, com sequelas de Charcot-Marie-Tooth, apresentou melhora significativa no desempenho motor fino, reduzindo o tempo de execução de atividades envolvendo objetos pequenos de 45 para 20 segundos.

Nas análises qualitativas referentes ao paciente 7, diagnosticado com ELA, observou-se melhora na coordenação motora por meio da comparação entre desenhos e escrita realizados antes e após o tratamento, conforme ilustrado na Figura 2.

Embora ainda sejam escassos os estudos sobre ETCC em pacientes com Charcot-Marie-Tooth, Palm (2023) sugere que a técnica pode retardar a progressão da ELA e contribuir para melhora funcional.

Figura 2. Desenhos realizados pelo paciente 7 no início, meio e final do tratamento.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

4 CONCLUSÃO

A associação entre a ETCC e a reabilitação fisioterapêutica demonstrou ser uma estratégia eficaz na melhora funcional de pacientes com diferentes sequelas neurológicas.

Os resultados evidenciaram ganhos significativos relacionados ao equilíbrio corporal, sensibilidade, coordenação motora e redução da dor, conforme demonstrado pelos testes TUG, estesiometria, EVA e análises qualitativas.

A diminuição do tempo de execução das tarefas motoras, o aumento da sensibilidade tátil e a redução dos níveis de dor sugerem que a combinação terapêutica promove efeitos sinérgicos positivos sobre a neuroplasticidade e o desempenho funcional.

Embora o estudo apresente número reduzido de participantes, os achados reforçam a relevância da ETCC como recurso complementar na prática clínica fisioterapêutica, evidenciando a necessidade de novas pesquisas com amostras maiores para consolidação de sua aplicabilidade na reabilitação neurológica.

REFERÊNCIAS

BRETAN, O. *et al.* Risco de quedas em idosos residentes na comunidade: avaliação pelo teste Timed Up and Go. *Brazilian Journal of Otorhinolaryngology*, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 18–21, jan./fev. 2013.

EVANCHO, A.; TYLER, W. J.; MCGREGOR, K. Revisão de intervenções combinadas de neuromodulação e fisioterapia para potencializar a neuroreabilitação. *Frontiers in Human Neuroscience*, v. 17, art. 1151218, 21 jul. 2023. DOI: 10.3389/fnhum.2023.1151218.

GUIDETTI, M. *et al.* Campos elétricos induzidos no cérebro pela estimulação elétrica transcraniana: uma revisão de registros in vivo. *Biomedicines*, Basel, v. 10, n. 10, art. 2333, 20 set. 2022. DOI: 10.3390/biomedicines10102333.

BENUSSI, A. *et al.* Cerebellar transcranial direct current stimulation in patients with ataxia: a double-blind, randomized, sham-controlled study. *Brain Stimulation*, [cidade], v. 13, n. 2, p. 292–299, mar.–abr. 2020. DOI: 10.1016/j.brs.2019.11.007.

NEVES, C. E. B. *et al.* Uso da estimulação transcraniana por corrente contínua na doença de Parkinson: revisão sistemática. *Revista Neurociências*, [cidade], v. 25, n. 3, p. 329–337, 2017.

YANG, C. *et al.* Effect of transcranial direct current stimulation on fibromyalgia: a meta-analysis of randomized controlled trials. *Journal of Pain Research*, [cidade], v. 17, p. 111–122, 2024. DOI: 10.2147/JPR.S423131.

PALM, U. *et al.* Transcranial direct current stimulation in patients with amyotrophic lateral sclerosis: a randomized, double-blind, sham-controlled study. *Neurotherapeutics*, [cidade], v. 20, n. 1, p. 102–110, 2023. DOI: 10.1007/s13311-022-01298-w.

ESTUDO SOBRE POLIFARMÁCIA E DESFECHOS CLÍNICOS EM PACIENTES CRÔNICOS

Isabela Carvalho Dos Santos¹, Joice das Mercês dos Anjos Silva¹, Ana Clara Almada Resende², Jane Daisy de Sousa Almada Resende³, Andreia Andrade dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

O cenário de saúde contemporâneo, marcado pelo envelhecimento populacional e pela alta prevalência de doenças crônicas, tem levado ao uso extensivo de medicamentos, resultando na polifarmácia, especialmente em idosos. Essa prática, definida como o uso concomitante de cinco ou mais medicamentos, embora por vezes necessária, eleva o risco de eventos adversos, comprometendo a segurança e a qualidade de vida (Oliveira *et al.*, 2013).

Vale ressaltar que as interações medicamentosas, eventos adversos, baixa adesão ao tratamento e desfechos clínicos negativos são algumas das preocupações associadas à polifarmácia, que também está ligada ao aumento do risco de quedas em pacientes hospitalizados (Silva *et al.*, 2020).

Assim, a compreensão dos fatores de risco, dos medicamentos mais envolvidos e dos impactos clínicos é importante para o desenvolvimento de intervenções eficazes, como a revisão da farmacoterapia, a educação em saúde e o acompanhamento individualizado que são exemplos de abordagens que podem otimizar o uso de medicamentos, minimizar riscos e promover a saúde integral dos pacientes, conforme discutido em Lemos *et al.* (2021), que abordam a vulnerabilidade de idosos à polifarmácia e ao uso de medicamentos potencialmente inapropriados.

Logo, ao desvendar os meandros da polifarmácia, busca-se não apenas aprimorar a assistência farmacêutica, mas também capacitar os pacientes a gerenciarem sua própria saúde, promovendo o uso racional de medicamentos e a tomada de decisões informadas (Souza *et al.*, 2022)

Este trabalho busca conscientizar sobre a importância da capacitação de profissionais de saúde e do público-alvo no manejo seguro de múltiplos medicamentos, visando melhorar a

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

² Discente do Curso de Medicina do Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS.

³ Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

E-mail para contato: jane.resende@saude.mg.gov.br.

comunicação e o trabalho em equipe para otimizar o cuidado de pacientes com enfermidades crônicas.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto de extensão intitulado "Educação Farmacológica: Prevenindo os Riscos da Automedicação e das Interações Medicamentosas" foi desenvolvido como parte da disciplina de Projeto de Extensão IV, durante o primeiro semestre de 2025. A metodologia adotada envolveu várias etapas, começando com uma revisão integrativa da literatura, onde foram identificados o tema e a questão norteadora, além de critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos estudos.

A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, foi realizada nas unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF) São Geraldo e Bom Pastor, localizadas em São João del-Rei (MG). As atividades incluíram a coleta e análise de prescrições médicas para verificar a automedicação e as potenciais interações medicamentosas.

Além disso, foram realizadas orientações voltadas para a comunidade, abordando o uso seguro de medicamentos. O público-alvo das atividades incluiu pacientes atendidos nas unidades de saúde, com um foco especial em idosos e pacientes com enfermidades crônicas.

As atividades ocorreram semanalmente. O projeto envolveu a colaboração de alunos, professores e profissionais de saúde. Os alunos foram responsáveis pela coleta de dados, organização e orientação, enquanto os professores ofereceram supervisão e orientação. Os profissionais de saúde contribuíram com conhecimento técnico, enriquecendo as discussões

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho foi realizado nas unidades da ESF São Geraldo e Bom Pastor, localizadas no município de São João del-Rei (MG), com o objetivo de investigar a polifarmácia e suas possíveis interações medicamentosas em pacientes crônicos.

Foram coletados e analisados dez receituários médicos, sendo possível identificar os medicamentos mais utilizados e mapear potenciais riscos associados ao uso concomitante de múltiplos fármacos.

Conforme destacado por Levy (2017), a polifarmácia, ou o uso concomitante de múltiplos medicamentos, pode comprometer negativamente a qualidade do cuidado prestado

aos pacientes e impactar desfavoravelmente seus resultados de saúde. Essa realidade pode ser observada na Tabela 1, que apresenta os medicamentos mais frequentemente prescritos nas receitas médicas analisadas, juntamente com as respectivas classes terapêuticas a que pertencem

Tabela 1 – Principais medicamentos prescritos aos pacientes crônicos das ESF São Geraldo e Bom Pastor, localizadas no município de São João del-Rei (MG)

Classe Terapêutica	Principais Medicamentos
Anti-hipertensivos	Losartana, Enalapril, Metildopa, Atenolol
Diuréticos	Hidroclorotiazida, Furosemida, Espironolactona
Antidiabéticos	Metformina, Glifage, Glibenclamida, Insulina
Hipolipemiantes	Sinvastatina
Anticoagulantes / AAS	Ácido acetilsalicílico (AAS)
Antidepressivos / Ansiolíticos	Clonazepam, Diazepam, Alprazolam
Hormônios	Levotiroxina sódica (Puran T4)
Betabloqueadores	Carvedilol, Metoprolol (SeloZok)
Inibidores de bomba de prótons	Omeprazol
Outros	Alopurinol, Nifedipina
Anti-hipertensivos	Losartana, Enalapril, Metildopa, Atenolol

Fonte: Prescrições médicas.

Tabela 2 – Análise de Combinações de Medicamentos e Seus Efeitos Potenciais

Combinação de Medicamentos	Efeito Potencial	Recomendação
Metformina + contraste iodado	Risco de acidose láctica.	Suspender antes de exames com contraste.
Sinvastatina + Amiodarona	Risco de toxicidade muscular e rabdomiólise.	Monitorar sintomas ou considerar alternativas.
Alopurinol + Amoxicilina	Risco de reações cutâneas graves.	Monitoramento rigoroso.
AAS + Furosemida	Redução da eficácia da furosemida.	Cautela em pacientes com insuficiência renal.
Benzodiazepínicos + Álcool	Potencialização de efeitos sedativos.	Contraindicação absoluta do uso concomitante.
Omeprazol + Clopidogrel	Redução da eficácia do clopidogrel.	Considerar substituição do IBP.

Fonte: Rang; Dale, Farmacologia.

Assim como descrito por Sousa-Muñoz (2012) foi observado neste trabalho que a maioria dos pacientes da amostra apresentou polifarmacoterapia. Entretanto, observa-se que a

polifarmácia, justificada em muitos casos no paciente idoso, é frequentemente desproporcional a seus problemas crônicos e pode ocasionar importante deterioração da sua saúde (Corsonello *et al*, 2007) demonstrado na tabela 2.

Esses dados reforçam a importância da avaliação criteriosa das prescrições médicas e do acompanhamento multiprofissional contínuo para garantir a segurança farmacoterapêutica de pacientes crônicos, adultos e especialmente idosos.

4 CONCLUSÃO

Os dados coletados nas unidades da ESF São Geraldo e Bom Pastor evidenciam a prevalência do uso de fármacos de diferentes classes terapêuticas, destacando a complexidade do manejo clínico desses pacientes. A identificação de interações medicamentosas potencialmente prejudiciais reforça a necessidade de revisões periódicas da farmacoterapia e da adoção de estratégias de conscientização da comunidade sobre a análise crítica das prescrições.

A capacitação contínua dos profissionais de saúde, com ênfase no trabalho em equipe multidisciplinar e na comunicação eficaz, é essencial para garantir a segurança do paciente e otimizar os desfechos clínicos. Este projeto de extensão, portanto, visa promover a conscientização e a educação tanto de profissionais quanto do público-alvo, assegurando um manejo seguro de múltiplos medicamentos e um atendimento mais eficaz para pacientes com enfermidades crônicas. Através dessas ações, buscamos prevenir interações medicamentosas e promover a saúde de forma integral.

REFERÊNCIAS

CORSONELLO, A. *et al*. Polypharmacy in elderly patients at discharge from the acute care hospital. *Ther Clin Risk Manag*; v.3, n.1, p.197-203, 2007.

LEMOS, L. S. *et al*. Incidência da polifarmácia em idosos com doenças crônicas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 2, p. e11589-e11589, 2023.

LEVY, H. B. Polypharmacy Reduction Strategies: Tips on Incorporating American Geriatrics Society Beers and Screening Tool of Older People's Prescriptions Criteria. *Clinics in Geriatric Medicine*, v. 33, n. 2, p. 177–187, 2017.

OLIVEIRA, A. M. Fatores de risco associados à polifarmácia no idoso. Universidade Federal De Minas Gerais [Curso De Especialização Em Atenção Básica Em Saúde Da Família] Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Belo Horizonte, p. 1-54, 2013.

SANTOS, J. L. *et al*. Prevalência da polifarmácia e desfechos associados em pacientes geriátricos de hospital escola do Recife. 2024. Disponível em:

https://tcc.fps.edu.br/bitstream/fpsrepo/1851/1/TCC_PREVAL%c3%8aNCIA%20DA%20POLIFARM%c3%81CIA%20E%20DESFECHOS%20ASSOCIADOS%20EM%20PACIENTES%20GERI%c3%81TRICOS%20DE%20HOSPITAL%20ESCOLA%20DO%20RECIFE.pdf Acesso: 28 mai. 2025.

SGNAOLIN, Vanessa *et al.* Avaliação dos medicamentos utilizados e possíveis interações medicamentosas em doentes renais crônicos. *Scientia Medica*, v.24, n. 4 p. 329-335, 2014.

SILVA, Roberto *et al.* Impacto da Polifarmácia e do uso de medicamentos na estratificação do risco de queda de pacientes no ambiente hospitalar. 2020. Disponível em:
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1058/1520?hasAnnotations=true> Acesso em: 28 mai. 2025.

SOUZA, A. M. *et al.* Vulnerabilidade clínico-funcional de idosos em polifarmácia segundo os critérios de Beers. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 15, n. 11, p. e11395-e11395, 2022.

SOUSA-MUÑOZ, Rilva Lopes de *et al.* Prescrições geriátricas inapropriadas e polifarmacoterapia em enfermarias de clínica médica de um Hospital-Escola. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 15, p. 315-324, 2012.

POLIAMINAS COMO ALVOS TERAPÊUTICOS NO TRATAMENTO DA MALÁRIA: EVIDÊNCIAS ATUAIS E PERSPECTIVAS FARMACOLÓGICAS

Eduarda Olívia de Carvalho¹, Amanda Veloso de Paula¹, Karen Cristina Lima¹, Martinelle Ferreira da Rocha², Samyra Giarola Cecílio², Luiz Eduardo Canton Santos², Eliane Campos Resende³, Eliane Moreto Silva Oliveira², Larissa Mirelle de Oliveira Pereira²

1 INTRODUÇÃO

A malária permanece entre as doenças infecciosas de maior impacto global, especialmente em regiões tropicais e subtropicais, sendo causada por protozoários do gênero *Plasmodium*. Dentre as espécies causadoras da doença, *Plasmodium falciparum* destaca-se pela elevada letalidade e pela capacidade de desenvolver resistência aos fármacos disponíveis, constituindo um importante desafio para os programas de controle e erradicação da enfermidade (Ebohon *et al.*, 2019).

O tratamento da malária tem sido baseado principalmente nas terapias combinadas à base de artemisinina, especialmente a associação arteméter-lumefantrina, que apresenta elevada eficácia clínica em diferentes cenários epidemiológicos. Entretanto, a disseminação de cepas resistentes reforça a necessidade de identificação de novos alvos terapêuticos e desenvolvimento de compostos capazes de superar os mecanismos de resistência existentes (Hamre *et al.*, 2020).

Nesse contexto, as poliaminas, representadas principalmente pela putrescina, espermidina e espermina, têm despertado crescente interesse científico. Essas moléculas desempenham funções essenciais no crescimento, diferenciação e replicação celular, sendo indispensáveis para a sobrevivência do parasita. Durante a infecção, ocorre aumento significativo da síntese e captação de poliaminas pelos eritrócitos parasitados, tornando suas vias metabólicas potenciais alvos para intervenção farmacológica (Geall *et al.*, 2004).

Além disso, avanços recentes em modelagem molecular e dinâmica molecular têm contribuído para a identificação de novos compostos antimaláricos, permitindo compreender as interações entre moléculas bioativas e proteínas essenciais do parasita. Essas ferramentas vêm

¹ Graduanda em Biomedicina. Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

² Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

³ Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

E-mail para contato: Larissa.pereira@afya.com.br.

ampliando as perspectivas para o desenvolvimento racional de fármacos mais seletivos e eficazes (Giarolla; Ferreira, 2015).

Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo revisar as evidências científicas relacionadas ao papel das poliaminas como alvos terapêuticos na malária, bem como discutir o potencial das ferramentas computacionais no desenvolvimento de novas estratégias farmacológicas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida com o propósito de reunir e analisar estudos relacionados ao metabolismo das poliaminas, à modelagem molecular e ao desenvolvimento de novos antimaláricos. A questão norteadora foi elaborada com base na estratégia PICO, considerando como população o *Plasmodium* spp., como intervenção os mecanismos de dinâmica molecular e a interação entre poliaminas e o grupo heme, e como desfecho a inibição da formação de hemozoína e da replicação parasitária.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases PubMed, Medline e LILACS, abrangendo publicações entre 2004 e 2024. Foram utilizados os descritores “Malária”, “Molecular dynamics”, “Molecular modeling”, “Rational drug design”, “Interaction of polyamines”, “Putrescine”, “Spermidine”, “Polyamines”, “Spermine” e “Drugs”, combinados por meio do operador booleano AND.

Foram incluídos estudos experimentais, observacionais, clínicos, revisões sistemáticas, meta-análises e pesquisas envolvendo modelagem computacional, desde que abordassem aspectos relacionados à malária, poliaminas ou desenvolvimento de novos fármacos antimaláricos. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam dados originais, estudos sobre outras parasitoses, teses, dissertações, capítulos de livros e trabalhos de conclusão de curso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca inicial identificou 19.551 publicações, distribuídas principalmente nas bases PubMed (16.779 registros), Medline (2.098 registros) e LILACS (674 registros). Após aplicação dos critérios de elegibilidade e remoção de duplicatas, foram selecionados 61 estudos para análise qualitativa.

Observou-se predominância de publicações em língua inglesa (96,88%), com produção científica distribuída entre diversos países, destacando-se Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e Colômbia. Quanto ao delineamento metodológico, os estudos clínicos randomizados corresponderam à categoria mais frequente (34,4%), seguidos por estudos experimentais (14,8%) e revisões sistemáticas (14,8%).

As principais abordagens investigadas incluíram terapias combinadas à base de artemisinina, vigilância molecular da resistência parasitária, modelagem molecular, estudos com produtos naturais e pesquisas envolvendo poliaminas e seus derivados sintéticos.

Os estudos clínicos demonstraram elevada eficácia da combinação arteméter-lumefantrina para o tratamento da malária não complicada. Omari, Gamble e Garner (2005) relataram altas taxas de cura e rápida eliminação parasitária, resultados posteriormente confirmados por Makanga *et al.* (2011), que observaram taxas de cura superiores a 97% após correção por PCR.

Entretanto, a resistência aos antimaláricos continua sendo uma preocupação crescente. Humphreys *et al.* (2007) demonstraram que diferentes esquemas terapêuticos exercem pressões seletivas distintas sobre o gene *Pfmdr1* de *P. falciparum*, favorecendo a emergência de variantes genéticas associadas à redução da sensibilidade aos medicamentos. Complementarmente, Hamre *et al.* (2020) evidenciaram a importância da vigilância molecular para monitoramento dessas alterações genéticas e suporte à tomada de decisões terapêuticas.

Paralelamente, pesquisas envolvendo produtos naturais têm ampliado as possibilidades de descoberta de novos compostos bioativos. Calderón, Simithy-Williams e Gupta (2012) identificaram espécies vegetais com atividade significativa contra *P. falciparum*, reforçando o potencial da biodiversidade como fonte de novos agentes antimaláricos.

No que se refere às poliaminas, os estudos demonstram que o metabolismo dessas moléculas é fundamental para o desenvolvimento e sobrevivência do parasita. Enzimas como a ornitina descarboxilase e a S-adenosilmetionina descarboxilase participam diretamente da biossíntese de poliaminas e constituem alvos estratégicos para novas intervenções terapêuticas. A inibição dessas vias metabólicas compromete a proliferação do *Plasmodium*, tornando as poliaminas candidatas promissoras para o desenvolvimento de fármacos inovadores.

Além disso, ferramentas de modelagem molecular e dinâmica molecular têm permitido identificar moléculas com alta afinidade por alvos essenciais do parasita, contribuindo para o planejamento racional de medicamentos. Essas tecnologias possibilitam a simulação de

interações moleculares, reduzindo custos e acelerando etapas do processo de descoberta de novos compostos.

4 CONCLUSÃO

A literatura analisada evidencia que, apesar dos avanços obtidos com as terapias combinadas à base de artemisinina, a resistência medicamentosa permanece como um dos principais desafios para o controle da malária. Nesse cenário, as poliaminas destacam-se como importantes alvos terapêuticos, uma vez que desempenham funções essenciais para o crescimento e a replicação do *Plasmodium falciparum*.

Os resultados demonstram que a inibição das vias metabólicas relacionadas à síntese e regulação das poliaminas apresenta potencial para comprometer a sobrevivência parasitária e contribuir para o desenvolvimento de novos tratamentos. Adicionalmente, a integração entre vigilância molecular, bioprospecção de compostos naturais e ferramentas computacionais de modelagem molecular representa uma estratégia promissora para acelerar a descoberta de medicamentos mais eficazes e seletivos.

Dessa forma, o avanço das pesquisas envolvendo poliaminas, associado ao desenvolvimento racional de fármacos e ao monitoramento contínuo da resistência parasitária, poderá desempenhar papel fundamental na construção de novas abordagens terapêuticas e no fortalecimento das estratégias globais de combate à malária.

REFERÊNCIAS

- CALDERÓN, A. I.; SIMITHY-WILLIAMS, J.; GUPTA, M. P. Antimalarial natural products drug discovery in Panama. *Pharmaceutical Biology*, v. 50, n. 1, p. 61–71, 2012.
- EBOHON, O. *et al.* Antimalarial therapies and emerging resistance patterns. *Journal of Tropical Medicine*, 2019.
- GEALL, A. J. *et al.* Polyamine transport and metabolism in *Plasmodium falciparum*. *Molecular and Biochemical Parasitology*, v. 138, n. 2, p. 247–258, 2004.
- GIAROLLA, J.; FERREIRA, E. I. Planejamento racional de fármacos e modelagem molecular aplicados ao desenvolvimento de antimaláricos. *Revista Virtual de Química*, v. 7, n. 2, p. 363–393, 2015.
- HAMRE, K. E. S. *et al.* Molecular surveillance for antimalarial drug resistance in Haiti. *Malaria Journal*, v. 19, p. 1–11, 2020.
- HUMPHREYS, G. S. *et al.* Amodiaquine and artemether-lumefantrine select distinct alleles of the *Plasmodium falciparum* multidrug resistance gene. *Antimicrobial Agents and Chemotherapy*, v. 51, n. 3, p. 991–995, 2007.

MAKANGA, M. *et al.* Efficacy and safety of artemether-lumefantrine in the treatment of uncomplicated falciparum malaria: pooled analysis. *Malaria Journal*, v. 10, p. 1–12, 2011.

OMARI, A. A.; GAMBLE, C.; GARNER, P. Artemether-lumefantrine for uncomplicated malaria. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, n. 3, CD003125, 2005.

FOTOBIMODULAÇÃO NO SUPORTE AO PACIENTE ONCOLÓGICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTOMATOLOGIA EM AÇÃO

Letícia Silva Andrade¹, Claudia Aparecida de Resende², Breno Cherfen Peixoto³, Eliane Moreto Silva Oliveira⁴

1 INTRODUÇÃO

A mucosite é um efeito adverso comum e debilitante decorrente das terapias contra o câncer, como quimioterapia e radioterapia. Caracteriza-se pelo desenvolvimento de lesões inflamatórias ou ulcerativas dolorosas na mucosa oral e no trato gastrointestinal, comprometendo a qualidade de vida dos pacientes e podendo interferir na continuidade do tratamento (Basile *et al.*, 2019).

A ocorrência da mucosite oral varia consideravelmente, atingindo cerca de 40% a 76% dos pacientes submetidos à quimioterapia, 75% dos transplantados de medula óssea e podendo afetar até 90% dos pacientes em tratamento de radioterapia na região da cabeça e pescoço (Volpato *et al.*, 2007). Diante da alta prevalência dessa condição e dos impactos negativos gerados, torna-se essencial a busca por alternativas terapêuticas eficazes e acessíveis.

Nesse contexto, a fotobiomodulação tem se destacado como uma abordagem promissora no manejo da mucosite, pois apresenta efeitos analgésicos, anti-inflamatórios e cicatrizantes (Silva *et al.*, 2021). Embora não seja uma terapia farmacológica convencional, seu potencial no tratamento e prevenção da mucosite oral tem sido amplamente estudado. Estudos apontam que essa técnica auxilia na redução da dor e acelera o processo de cicatrização das lesões (Plaglioni *et al.*, 2021).

Este trabalho visa relatar a experiência vivenciada no projeto de extensão Estomatologia em Ação, destacando sua contribuição para o cuidado oncológico e a formação acadêmica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

¹ Discente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

² Discente do Curso de Nutrição do UNIPTAN.

³ Doutor em Estomatologia. Docente do Curso de Odontologia do UNIPTAN. Coordenador do Projeto de Extensão “Estomatologia em Ação”. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - FUNADESP. E-mail para contato: breno.peitoxo@uniptan.edu.br.

⁴ Doutora em Ciência de Alimentos. Docente do Curso de Nutrição do UNIPTAN. Colaboradora do Projeto.

A mucosite oral é uma condição clínica caracterizada por inflamação e ulceração da mucosa bucal, sendo frequentemente observada em pacientes submetidos a tratamentos como radioterapia e quimioterapia contra o câncer (Biron *et al.*, 2000). Além de ser uma complicação comum, essa condição é extremamente dolorosa e pode comprometer significativamente a continuidade do tratamento oncológico, interferindo na duração, na remissão e na cura da doença (Campos *et al.*, 2013).

A prevalência da mucosite oral varia de acordo com o tipo de tratamento oncológico, acometendo cerca de 40% a 76% dos pacientes em quimioterapia, 75% dos transplantados de medula óssea e até 90% dos indivíduos que realizam radioterapia na região da cabeça e pescoço (Volpato *et al.*, 2007).

Diversas abordagens terapêuticas são utilizadas no controle da dor e na prevenção de infecções em pacientes oncológicos com mucosite oral. Entre elas, destacam-se a crioterapia, o uso de analgésicos e anti-inflamatórios, além de medidas de higiene bucal e bochechos com gluconato de clorexidina (Pinheiro *et al.*, 2019).

Nos últimos anos, a fotobiomodulação tem ganhado destaque como alternativa no tratamento da mucosite oral. Estudos indicam que essa técnica, aplicada isoladamente ou em conjunto com outras terapias, reduz tanto a intensidade da dor quanto a gravidade da inflamação, sem apresentar efeitos colaterais significativos (Silva; Morais, 2015).

O sucesso da fotobiomodulação está diretamente relacionado a diversos fatores, como o comprimento de onda utilizado, a intensidade da irradiação, a densidade de energia aplicada, a potência do equipamento e a duração do tratamento (Silva *et al.*, 2021). Dessa forma, a padronização do protocolo terapêutico torna-se essencial para otimizar seus benefícios clínicos.

A fotobiomodulação tem se mostrado uma abordagem eficaz para o controle dessa condição, promovendo analgesia, efeito anti-inflamatório e aceleração da cicatrização das lesões. Para isso, utilizam-se lasers vermelho e infravermelho, ajustados conforme a necessidade clínica de cada paciente, considerando a dose energética mais adequada para otimizar os resultados terapêuticos.

Além do tratamento da mucosite oral, a fotobiomodulação também é empregada no manejo da xerostomia, comum em pacientes submetidos à radioterapia na região da cabeça e pescoço. Essa abordagem auxilia na estimulação das glândulas salivares, aumentando o fluxo salivar e proporcionando alívio dos sintomas de boca seca, como dificuldades na fala, mastigação e deglutição.

3 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O presente relato de experiência descreve a atividade extensionista desenvolvida no âmbito do projeto de Estomatologia em Ação, vinculado ao curso de Odontologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN), com atendimentos realizados no Centro de Tratamento Oncológico (CTO) de São João del-Rei.

O projeto é coordenado pelo Professor Dr. Breno Chefren Peixoto, estomatologista responsável pelos atendimentos e orientações clínicas aos pacientes. O CTO é uma unidade de referência regional vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os atendimentos estomatológicos realizados no projeto consistem na aplicação de fotobiomodulação em pacientes submetidos à quimioterapia e/ou radioterapia, com o objetivo de prevenir e tratar a mucosite oral, uma das complicações mais comuns e debilitantes desses tratamentos. Além disso, a terapia a laser tem sido empregada no manejo da xerostomia, contribuindo para o estímulo do fluxo salivar e o alívio de sintomas como boca seca, dificuldade para falar, mastigar e deglutir.

As sessões de fotobiomodulação são realizadas nas instalações do próprio CTO, em ambiente ambulatorial, de forma individualizada. Os pacientes são encaminhados ao atendimento estomatológico pelos profissionais do serviço oncológico, geralmente já no primeiro dia de tratamento, e são atendidos uma ou duas vezes por semana, conforme o protocolo oncológico.

O público-alvo da ação compreende adultos e idosos em tratamento oncológico, oriundos de diferentes bairros de São João del-Rei e de municípios vizinhos da microrregião do Campo das Vertentes. Todos os atendimentos são oferecidos de forma gratuita, representando uma importante estratégia de cuidado humanizado no contexto da saúde pública regional.

O projeto conta com o apoio institucional do UNIPTAN, que disponibiliza os equipamentos necessários e assegura o vínculo institucional para o desenvolvimento da ação extensionista em campo. A iniciativa também está articulada com projetos de pesquisa em andamento e com atividades práticas da formação acadêmica, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto teve início em (informar mês e ano), com atendimento realizados no Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas (CEM). A partir de julho de 2024, visando maior facilidade de acesso para os pacientes, o atendimento estomatológico passou a ser realizado no CTO. Até a última semana de março de 2025, entre julho de 2024 e março de 2025, foram atendidos 61 pacientes no âmbito do projeto de extensão, com idades entre 40 e 87 anos, sendo a maioria do sexo masculino (63,9%). Os principais diagnósticos incluíram câncer de próstata, mama, língua e palato mole.

Dentre os pacientes atendidos, 19 (31,1%) apresentavam tumores localizados na região de cabeça e pescoço, como língua, palato mole, orofaringe e cavidade oral. Esse grupo representa a população com maior risco para o desenvolvimento de mucosite oral, especialmente quando submetido à radioterapia ou quimiorradioterapia, conforme evidenciado na literatura científica.

A maioria dos pacientes (68,9%) apresentava neoplasias em outras regiões do corpo, como próstata, mama, bexiga e colo uterino.

A diversidade clínica dos casos e o espectro de faixas etárias atendidas revelam a amplitude da ação extensionista e sua capacidade de responder a diferentes demandas de suporte oncológico. A fotobiomodulação, utilizada como terapia adjuvante, demonstrou impacto positivo na redução da dor, além de contribuir no manejo de xerostomia, conforme relatado pelos pacientes.

A experiência favoreceu o fortalecimento do vínculo entre profissionais, estudantes e pacientes, promovendo um ambiente terapêutico mais acolhedor, empático e humanizado. Relatos frequentes de satisfação e alívio relatados pelos pacientes destacaram os benefícios clínicos da intervenção e também o papel do cuidado afetivo na trajetória do tratamento oncológico.

Do ponto de vista acadêmico, as discentes envolvidas vivenciaram uma formação ampliada, com aplicação prática de conhecimentos técnicos e científicos, aliada ao desenvolvimento de competências humanísticas essenciais ao cuidado em saúde. A rotina no CTO também possibilitou aos estudantes o contato com situações complexas, exigindo escuta ativa, sensibilidade e trabalho em equipe.

Os principais desafios na implementação da atividade envolveram a conciliação dos horários de atendimento dos pacientes com a disponibilidade da equipe extensionista, além da necessidade de organização logística no ambiente hospitalar. No entanto, essas dificuldades

foram superadas por meio de planejamento colaborativo e do apoio institucional, que possibilitaram a efetivação das ações.

A articulação do projeto com o ensino e a pesquisa também merece destaque. Integrado a estudos em desenvolvimento, o projeto tem servido como base para iniciativas de iniciação científica, evidenciando sua contribuição efetiva para o fortalecimento do tripé universitário.

A aplicação sistemática da fotobiomodulação como intervenção preventiva para mucosite oral ainda é uma prática ainda pouco difundida nos serviços públicos de saúde. Nesse contexto, o projeto se destaca por introduzir uma metodologia inovadora, fundamentada em evidências científicas, que contribui para a qualificação dos cuidados de suporte ao paciente oncológico.

A atuação no CTO também representou um avanço na assistência regional, ao disponibilizar uma alternativa terapêutica eficaz, acessível e de baixo custo. Além dos benefícios assistenciais, a iniciativa fortaleceu a integração entre o ensino superior e o sistema público de saúde, reafirmando o compromisso social da universidade com o desenvolvimento local e a promoção do cuidado humanizado.

A partir dos resultados obtidos e das experiências relatadas, constata-se que o projeto Estomatologia em Ação atende às necessidades do público-alvo e promoveu impactos significativos na formação discente e na qualificação da assistência oncológica local. Seu caráter inovador, educativo e socialmente comprometido evidencia o potencial da extensão universitária como agente transformador nas realidades em que atua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no projeto Estomatologia em Ação evidenciou que ações extensionistas bem planejadas e executadas podem gerar impactos significativos tanto na comunidade quanto na formação dos estudantes envolvidos. Ao promover o alívio de sintomas orais em pacientes oncológicos por meio da fotobiomodulação, o projeto cumpriu sua função social, oferecendo um cuidado acessível, humanizado e baseado em evidências científicas.

No âmbito acadêmico, a extensão foi além do aprendizado técnico, proporcionando um espaço de construção de valores éticos e sociais, essenciais à formação de profissionais mais sensíveis às demandas reais da população. A inserção em um cenário clínico desafiador possibilitou aos alunos compreenderem o papel transformador da Odontologia na vida dos pacientes.

Os objetivos da atividade extensionista têm sido plenamente alcançados, com resultados expressivos em termos de bem-estar dos usuários, fortalecimento das práticas interdisciplinares em saúde e ampliação do compromisso social da universidade.

Espera-se que a continuidade e expansão da ação tragam alívio a um número ainda maior de pacientes e consolide o projeto como espaço permanente de formação prática e de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a iniciativa se projeta como um modelo de cuidado em saúde bucal oncológica, com potencial de replicação em outras instituições e realidades assistenciais.

REFERÊNCIAS

Basile D, Di Nardo P, Corvaja C, *et al.* Mucosal Injury during Anti-Cancer Treatment: From Pathobiology to Bedside. *Cancers (Basel)*. 2019;11(6):857. Published 2019 Jun 20. doi:10.3390/cancers11060857

DA SILVA, Renally Leite *et al.* O efeito da terapia de fotobiomodulação a laser na mucosite oral radio e quimioinduzida: uma revisão narrativa de literatura. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 2, p. e3349-e3349, 2024.

PAGLIONI MP *et al.* Patterns of oral mucositis in advanced oral squamous cell carcinoma patients managed with prophylactic photobiomodulation therapy-insights for future protocol development. *Lasers Med Sci*. 2021;36(2):429-436. doi:10.1007/s10103-020-03091-2

VOLPATO LE, Silva TC, Oliveira TM, Sakai VT, Machado MA. Radiation therapy and chemotherapy-induced oral mucositis. *Braz J Otorhinolaryngol*. 2007;73(4):562-568. doi:10.1016/s1808-8694(15)30110-5

SILVA, Jéssica Assis Torres *et al.* Ação da laserterapia em lesões de mucosite oral: série de casos. *HU Revista*, v. 47, p. 1-6, 2021.

BIRON, P. *et al.* Research controversies in management of oral mucositis. *Supportive care in cancer*, v. 8, p. 68-71, 2000.

PINHEIRO, Sérgio Luiz *et al.* Photobiomodulation therapy in cancer patients with mucositis: A clinical evaluation. *Photobiomodulation, photomedicine, and laser surgery*, v. 37, n. 3, p. 142-150, 2019.

BONAN, Paulo Rogerio Ferreti *et al.* Clinical, biological, histological features and treatment of oral mucositis induced by radiation therapy: a literature review; Aspectos clinicos, biologicos, histopatologicos e tratamentos propostos para a mucosite oral induzida por radioterapia: revisao da literatura. *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 51, 2005.

CAMPOS, Luana *et al.* Laserterapia no tratamento da mucosite oral induzida por quimioterapia: relato de caso. *Revista Da Associacao Paulista de Cirurgioes Dentistas*, v. 67, n. 2, p. 102-106, 2013.

O MÉDICO VETERINÁRIO NAS COMUNIDADES RURAIS: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AÇÃO EDUCATIVA SOBRE LEISHMANIOSE E RAIVA

Filipe Vieira Viegas¹, Luana A. S. do Nascimento¹, Maria Clara Canavez de Carvalho¹, Júlia Isabella Longatti¹, Mariana Mileu L. S. Ferreira¹, Sabrina Gomes Salomão¹, Viviane Valéria da Silva¹, Sylvia Rocha Silveira Pires²

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária constitui um dos pilares fundamentais das instituições de ensino superior, funcionando como elo entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais. Além de promover a disseminação do saber científico junto à comunidade, proporciona aos estudantes experiências práticas capazes de desenvolver senso crítico, consciência social, empatia e habilidades profissionais essenciais, especialmente na área da saúde. No contexto da Medicina Veterinária, a extensão torna-se ainda mais relevante ao integrar ações voltadas à saúde animal, humana e ambiental, em consonância com o conceito de Saúde Única (Thiollent *et al.*, 2003).

No Brasil, diversas zoonoses representam importantes desafios de saúde pública, destacando-se a leishmaniose e a raiva, especialmente em áreas rurais. Nessas localidades, fatores socioeconômicos, intensa interação entre humanos e animais domésticos ou silvestres, condições ambientais específicas e acesso limitado à informação favorecem a disseminação dessas enfermidades. A leishmaniose, transmitida por flebotomíneos, constitui uma parasitose grave que acomete cães e seres humanos, enquanto a raiva caracteriza-se como encefalite viral fatal transmitida principalmente pela saliva de mamíferos infectados (Martins, 2014).

Diante da relevância dessas zoonoses e da necessidade de conscientização das populações rurais, acadêmicos do curso de Medicina Veterinária desenvolveram e implementaram um projeto de extensão em comunidades de Minas Gerais. A ação educativa teve como objetivo disseminar informações sobre leishmaniose e raiva, incentivando medidas preventivas e fortalecendo o reconhecimento do médico-veterinário como agente fundamental na promoção da saúde coletiva e no controle dessas enfermidades.

¹ Discentes do Curso de Graduação em Medicina Veterinária do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Docente do Curso de Graduação em Medicina Veterinária UNIPTAN.

E-mail para contato: sylvia.pires@uniptan.edu.br

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Após a escolha das zoonoses, leishmaniose e raiva, e a definição dos critérios de seleção, foram identificadas comunidades rurais no entorno de São João del-Rei para receber as ações educativas por meio de cartilhas. Inicialmente, o projeto-piloto tinha como foco escolas rurais; entretanto, essa abordagem precisou ser modificada devido às dificuldades de agendamento e viabilização da participação das instituições escolares.

Dessa forma, foram selecionados os seguintes locais para a realização das intervenções educativas: Distrito de São Sebastião da Vitória, pertencente ao município de São João del-Rei; comunidade da Colônia do Giarola, localizada na zona rural de São João del-Rei; bairro César de Pina, situado no município de Tiradentes; e o vilarejo de Vitoriano Veloso, conhecido como Bichinho, distrito do município de Prados/MG.

Após essa etapa, o núcleo da ação concentrou-se na elaboração de uma cartilha educativa, desenvolvida em linguagem acessível e acompanhada de ilustrações didáticas. A utilização de materiais educativos em linguagem simples mostra-se essencial para alcançar públicos leigos, especialmente em comunidades rurais, nas quais o acesso à informação técnica é limitado. Assim, a construção de um material claro, objetivo e ilustrativo favoreceu a compreensão e promoveu o aprendizado de forma mais efetiva.

A cartilha incluiu informações sobre definição das doenças, formas de transmissão, sinais clínicos e medidas preventivas relacionadas à leishmaniose e à raiva, utilizando recursos como perguntas e respostas para ampliar o engajamento dos moradores. Foram impressas 500 cópias, distribuídas diretamente em ruas, residências e estabelecimentos comerciais das comunidades atendidas. Durante as entregas, os acadêmicos dialogaram com os moradores, forneceram explicações orais, esclareceram dúvidas e adequaram a comunicação às experiências locais, tornando a ação mais dinâmica e eficaz na promoção de mudanças de comportamento.

A primeira intervenção educativa (Figura 1), realizada em 17 de maio de 2025, ocorreu no Distrito de São Sebastião da Vitória, localizado a 23 km de São João del-Rei, com acesso pela BR-265. O distrito possui população estimada entre 1.100 e 1.300 habitantes, segundo o IBGE (2022), além de infraestrutura básica composta por escola, unidade de saúde e comércio local.



Figura 1 – Intervenção realizada no Distrito de São Sebastião da Vitória, São João del-Rei/MG.

A Figura 2 apresenta parte da intervenção realizada em 18 de maio de 2025, no distrito de Vitoriano Veloso, conhecido como Bichinho, pertencente ao município de Prados/MG, localizado a aproximadamente 7 km de Tiradentes. A localidade possui população estimada entre 700 e 1.000 habitantes (Prefeitura Municipal de Prados, 2025).



Figura 2 – Intervenção realizada no povoado de Vitoriano Veloso, Prados/MG.

A Figura 3 demonstra a intervenção realizada em 25 de maio de 2025, no bairro César de Pina, distrito situado entre os municípios de São João del-Rei, Tiradentes e Coronel Xavier Chaves (Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 2025).

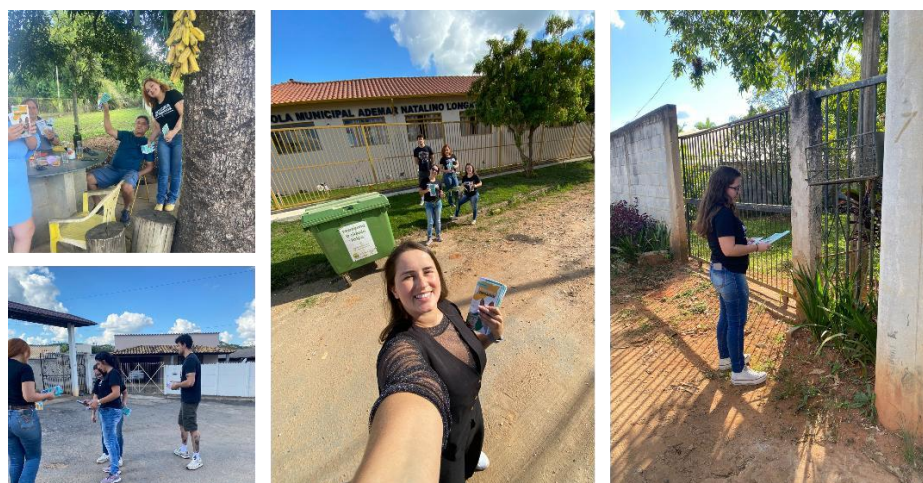


Figura 3 – Intervenção realizada no bairro César de Pina, Tiradentes/MG.

A Figura 4 apresenta parte da intervenção realizada em 25 de maio de 2025, na comunidade Colônia do Giarola. Trata-se de uma comunidade rural localizada a aproximadamente 8 km do centro de São João del-Rei/MG, com população estimada entre 300 e 500 habitantes. A localidade apresenta características típicas de áreas rurais mineiras, com pequenas propriedades voltadas à agricultura e pecuária. Possui escola rural e estrutura básica de saúde, embora grande parte dos serviços seja realizada em bairros próximos



Figura 4 – Intervenção realizada na comunidade Colônia do Giarola, São João del-Rei/MG.

A Figura 5 apresenta a intervenção educativa realizada em 1º de junho de 2025, no povoado de Rio das Mortes, situado a aproximadamente 18 km da sede de São João del-Rei. A comunidade destaca-se como uma das mais antigas do município, com população estimada entre 400 e 700 habitantes. O povoado preserva referências coloniais importantes e desenvolve

atividades relacionadas à agricultura familiar e ao turismo rural, desempenhando papel relevante na identidade cultural da região (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2019).



Figura 5 – Intervenção realizada no povoado de Rio das Mortes, São João del-Rei/MG.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final da ação, 475 das 500 cartilhas impressas haviam sido distribuídas em cinco localidades rurais pertencentes a três municípios, alcançando número ainda maior de pessoas devido ao compartilhamento do material entre os moradores.

A intervenção revelou maior familiaridade da população com a raiva, possivelmente em decorrência das campanhas de vacinação animal, em contraste com o desconhecimento significativo acerca da leishmaniose, especialmente no que se refere às formas de transmissão, aos riscos da doença e ao papel do cão como reservatório. Essa lacuna de conhecimento reforça a necessidade de abordagens educativas contínuas e adaptadas às especificidades locais.

O contato direto com os moradores permitiu identificar vulnerabilidades que favorecem a disseminação dessas zoonoses, como dificuldades de acesso à vacinação, carência de informações e problemas relacionados ao saneamento básico.

Além disso, a experiência contribuiu para fortalecer a percepção acerca da importância do médico-veterinário na saúde pública, ao mesmo tempo em que favoreceu o desenvolvimento de habilidades de comunicação, empatia e didática entre os acadêmicos participantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida evidenciou a importância da extensão universitária na promoção da saúde e da cidadania em comunidades rurais. As ações educativas sobre leishmaniose e raiva ampliaram a conscientização da população e estimularam práticas preventivas, além de valorizarem o papel do médico-veterinário como agente de saúde pública.

Destaca-se a necessidade de continuidade de iniciativas educativas integradas aos órgãos públicos, bem como a relevância da vivência prática para a formação acadêmica dos estudantes.

Sugere-se que projetos futuros realizem avaliações sistemáticas dos resultados das intervenções e incorporem recursos multimídia como estratégia para ampliar ainda mais o alcance das ações educativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília, DF: MEC, SESu, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica: raiva. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

GALHARDO, E. Extensão Universitária: Intervenção Social. Revista Ciência em Extensão, v. 11, n. 2, p. 2-7, 2015. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: São João del-

Rei. Disponível em: cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 06 jun. 2025.

MARTINS, Iandeyara Jhulyenne Soares. Análise de conhecimento básico da população coremense: a importância de um centro de zoonoses e de desenvolvimento de políticas públicas. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS. Distrito de Vitoriano Veloso. Disponível em: prados.mg.gov.br. Acesso em: 06 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Perfil dos bairros. Disponível em: www.saojoaodelrei.mg.gov.br. Acesso em: 06 jun. 2025.

THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia Castelo; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de (org). 2003 Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

O PAPEL DO *HERICIUM ERINACEUS* (JUBA DE LEÃO) NA SAÚDE MENTAL

Gabriel Silva¹; Marina Gama Leitão²; Eliane Moreto Silva Oliveira³;
Larissa Mirelle de Oliveira Pereira³

1 INTRODUÇÃO

As doenças neurodegenerativas e os transtornos mentais representam importantes desafios para a saúde pública mundial, especialmente em decorrência do envelhecimento populacional e do aumento da prevalência de enfermidades como Doença de Alzheimer, Doença de Parkinson, ansiedade e depressão (Phan *et al.*, 2015; Brandalise *et al.*, 2023). Essas condições caracterizam-se por alterações na neuroplasticidade, perda progressiva de neurônios e comprometimento das funções cognitivas, ocasionando impacto significativo na autonomia e na qualidade de vida dos indivíduos afetados (Rai *et al.*, 2021).

Nesse contexto, cresce o interesse por estratégias terapêuticas complementares baseadas em compostos naturais capazes de atuar na neuroproteção. Entre elas, destaca-se o cogumelo medicinal *Hericum erinaceus*, conhecido como Juba de Leão, amplamente utilizado na medicina tradicional oriental devido às suas propriedades nutricionais e terapêuticas (Jiang *et al.*, 2014; Friedman, 2015).

Estudos recentes demonstram que seus principais compostos bioativos, as hericenonas e as erinacinas, estimulam a produção do Fator de Crescimento Nervoso (NGF) e do Fator Neurotrófico Derivado do Cérebro (BDNF), moléculas essenciais para a sobrevivência neuronal, diferenciação celular, plasticidade sináptica e neurogênese (Bailly; Gao, 2020; Szućko-Kociuba *et al.*, 2023). Além disso, esses metabólitos apresentam propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias capazes de reduzir processos associados ao envelhecimento cerebral e à neurodegeneração (Chau *et al.*, 2023; Kostanda; Oliveira; Pereman, 2024).

Modelos experimentais demonstram melhora da memória, aumento da neuroplasticidade, redução da neuroinflamação e preservação neuronal após suplementação com *Hericum erinaceus* (Roda *et al.*, 2021; Yanshree *et al.*, 2022). Benefícios semelhantes têm sido descritos em modelos de Doença de Alzheimer, Doença de Parkinson, traumatismo

¹ Estudante de Graduação do Curso de Biomedicina.

² Estudante de Graduação do Curso de Medicina Veterinária.

³ Professora do curso de Biommedicina da Afya Centro universitário SJ del-Rei, MG. E-mail: larissa.pereira@afya.com.br

cranioencefálico e transtornos psiquiátricos (Tsai-Teng *et al.*, 2016; Cordaro *et al.*, 2022; Lee *et al.*, 2024). Em humanos, estudos clínicos preliminares também sugerem melhora da função cognitiva, do humor e redução de sintomas ansiosos e depressivos, embora ainda existam limitações metodológicas que impedem conclusões definitivas sobre sua aplicação terapêutica (Li *et al.*, 2020; Docherty *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, esta revisão integrativa teve como objetivo sintetizar criticamente as evidências científicas acerca dos efeitos neuroprotetores do *Hericium erinaceus* na saúde mental e nas doenças neurodegenerativas, enfatizando seus mecanismos biológicos e seu potencial terapêutico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida conforme as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA).

A busca bibliográfica foi realizada entre janeiro e fevereiro de 2025 nas bases PubMed, Medline, EBSCO e SciELO, utilizando descritores em português e inglês relacionados ao cogumelo e à neuroproteção, combinados pelos operadores booleanos AND e OR (Bramer; Giustini; Kramer, 2018).

Foram incluídos artigos publicados entre 2014 e 2024, disponíveis na íntegra e que abordassem diretamente os efeitos neuroprotetores, neurotróficos ou terapêuticos do *Hericium erinaceus*. Foram aceitos estudos experimentais, ensaios clínicos, estudos observacionais, revisões sistemáticas e revisões narrativas. Excluíram-se publicações duplicadas, estudos sem relação direta com a temática e artigos indisponíveis em texto completo.

A estratégia de busca identificou inicialmente 5.498 registros. Após a remoção de duplicatas e aplicação dos critérios de elegibilidade, 15 estudos compuseram a amostra final da revisão. Os artigos selecionados foram analisados quanto ao delineamento metodológico, população estudada, compostos bioativos investigados e principais resultados relacionados à neuroproteção, cognição, saúde mental e doenças neurodegenerativas.

Os estudos foram posteriormente organizados em categorias temáticas envolvendo mecanismos neuroprotetores, efeitos sobre cognição, ansiedade, depressão, doenças neurodegenerativas e perspectivas terapêuticas futuras, permitindo uma síntese descritiva e interpretativa das evidências disponíveis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos revelou crescente interesse científico pelo potencial terapêutico do *Hericium erinaceus*, sobretudo devido à ação das hericenonas e erinacinas, compostos capazes de estimular a produção de NGF e BDNF, fatores fundamentais para neuroplasticidade, neurogênese e sobrevivência neuronal (Bailly; Gao, 2020; Brandalise *et al.*, 2023).

Entre os mecanismos biológicos mais frequentemente descritos destacam-se a redução do estresse oxidativo, a modulação da resposta inflamatória e o estímulo à regeneração neuronal. Estudos experimentais demonstraram redução da produção de espécies reativas de oxigênio e de citocinas pró-inflamatórias, favorecendo a preservação do tecido nervoso (Chau *et al.*, 2023; Aramsirujwet *et al.*, 2023).

Em relação à função cognitiva, diversos trabalhos relataram melhora da memória, da aprendizagem e da plasticidade neuronal. Modelos experimentais de Doença de Alzheimer apresentaram redução da neurodegeneração e melhora da memória espacial (Yanshree *et al.*, 2022), enquanto revisões recentes destacam o potencial do cogumelo na preservação cognitiva durante o envelhecimento (Brandalise *et al.*, 2023).

Os estudos também evidenciaram benefícios sobre ansiedade e depressão. A suplementação com *Hericium erinaceus* mostrou-se associada à redução de sintomas ansiosos e depressivos, provavelmente em decorrência da modulação de fatores neurotróficos e de vias neuroinflamatórias (Chong *et al.*, 2020; Rodriguez; Lippi, 2022). Além disso, pesquisas recentes sugerem que parte desses efeitos pode ser mediada pela modulação da microbiota intestinal e do eixo intestino-cérebro, mecanismo atualmente reconhecido como importante regulador do humor e da função cognitiva (Gutiérrez-Rodelo *et al.*, 2023).

Outro aspecto relevante refere-se às doenças neurodegenerativas. Os estudos demonstraram resultados particularmente promissores em modelos de Doença de Alzheimer e Doença de Parkinson, evidenciando redução da neuroinflamação, proteção dos neurônios dopaminérgicos, aumento da atividade antioxidante e preservação da função cognitiva (Phan *et al.*, 2015; Cordaro *et al.*, 2022; Brandalise *et al.*, 2023).

Mesmo os estudos clínicos disponíveis apresentaram resultados favoráveis. Docherty *et al.* (2023) observaram melhora da cognição, do humor e da qualidade de vida após suplementação com *Hericium erinaceus*, enquanto Li *et al.* (2020) relataram benefícios em indivíduos com comprometimento cognitivo leve, sugerindo potencial aplicação preventiva nas fases iniciais da Doença de Alzheimer.

Os achados desta revisão indicam que o potencial neuroprotetor do *Hericum erinaceus* resulta da atuação simultânea sobre diferentes mecanismos fisiopatológicos envolvidos nas doenças neurodegenerativas e nos transtornos mentais. Diferentemente de terapias direcionadas a um único alvo molecular, seus compostos bioativos exercem ações integradas sobre fatores neurotróficos, processos antioxidantes, vias anti-inflamatórias e mecanismos relacionados à neuroplasticidade (Bailly; Gao, 2020; Brandalise *et al.*, 2023).

A estimulação da síntese de NGF e BDNF constitui um dos principais mecanismos descritos na literatura. A redução desses fatores neurotróficos está relacionada ao comprometimento da neurogênese, da plasticidade sináptica e da sobrevivência neuronal, alterações frequentemente observadas na Doença de Alzheimer, Doença de Parkinson e em transtornos depressivos (Chong *et al.*, 2020; Brandalise *et al.*, 2023). Dessa forma, a capacidade do *Hericum erinaceus* de estimular sua produção representa um importante mecanismo de preservação da função cerebral.

Outro aspecto amplamente relatado refere-se à atividade antioxidante do cogumelo. O estresse oxidativo desempenha papel central na degeneração neuronal, promovendo danos às membranas celulares, proteínas e material genético. Estudos experimentais demonstraram que os compostos presentes no *Hericum erinaceus* reduzem a produção de espécies reativas de oxigênio e aumentam a atividade dos sistemas antioxidantes endógenos, protegendo o tecido nervoso contra lesões oxidativas (Kushairi *et al.*, 2019; Chau *et al.*, 2023).

Além disso, a modulação da neuroinflamação representa outro mecanismo relevante. A ativação persistente da micróglia e a produção excessiva de citocinas pró-inflamatórias contribuem para a progressão de doenças neurodegenerativas. Os estudos analisados demonstraram que o *Hericum erinaceus* reduz mediadores inflamatórios e favorece um ambiente mais propício à sobrevivência e regeneração neuronal (Cordaro *et al.*, 2022; Chau *et al.*, 2023).

A literatura também aponta efeitos importantes sobre a regeneração neural. Lin *et al.* (2023) demonstraram que a erinacina S estimula processos regenerativos por meio da indução de neuroesteroides, enquanto Martínez-Mármol *et al.* (2023) observaram ativação da via ERK1/2 em neurônios hipocámpais, favorecendo a plasticidade neuronal e a memória espacial.

No âmbito da saúde mental, os estudos sugerem que os benefícios observados na ansiedade e na depressão decorrem da combinação entre redução da neuroinflamação, aumento da neuroplasticidade e modulação de neurotransmissores envolvidos na regulação emocional

(Chiu *et al.*, 2018; Chong *et al.*, 2020; Rodriguez; Lippi, 2022). Paralelamente, evidências recentes indicam que o *Hericum erinaceus* pode atuar sobre o eixo intestino-cérebro por meio da modulação da microbiota intestinal, favorecendo a produção de metabólitos com atividade anti-inflamatória e neuroprotetora (Xie *et al.*, 2021; Gutiérrez-Rodelo *et al.*, 2023; Piori *et al.*, 2024).

Apesar dos resultados promissores, a revisão evidencia limitações importantes. A maior parte das evidências ainda provém de estudos pré-clínicos conduzidos em culturas celulares e modelos animais. Os ensaios clínicos disponíveis apresentam amostras reduzidas, curto período de acompanhamento e heterogeneidade quanto às formas de extração, concentração dos princípios ativos e protocolos de suplementação (Bailly; Gao, 2020; Brandalise *et al.*, 2023). Essas limitações dificultam a comparação entre os estudos e impedem a definição de recomendações terapêuticas padronizadas.

Assim, embora o conjunto das evidências demonstre elevado potencial terapêutico do *Hericum erinaceus*, sua incorporação à prática clínica depende da realização de ensaios clínicos randomizados, multicêntricos e controlados por placebo, capazes de estabelecer parâmetros relacionados à eficácia, segurança, biodisponibilidade e dosagem ideal para diferentes populações.

4 CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa permitiu sintetizar as principais evidências científicas sobre os efeitos neuroprotetores do *Hericum erinaceus* na saúde mental e nas doenças neurodegenerativas. Os estudos analisados demonstram que esse cogumelo medicinal apresenta propriedades biológicas relevantes, principalmente devido à ação das hericenonas e erinacinas, compostos capazes de estimular fatores neurotróficos, reduzir o estresse oxidativo, modular processos inflamatórios e favorecer a regeneração neuronal.

Os resultados indicam benefícios sobre a função cognitiva, a memória, a neuroplasticidade e a preservação neuronal, além de efeitos promissores na redução de sintomas relacionados à ansiedade e à depressão. Em modelos experimentais de Doença de Alzheimer e Doença de Parkinson, observou-se melhora funcional associada à redução da neuroinflamação, ao aumento da atividade antioxidante e à preservação dos neurônios.

Outro aspecto relevante refere-se ao caráter multifatorial dos mecanismos de ação do *Hericum erinaceus*, que atua simultaneamente sobre diferentes vias biológicas envolvidas na

neurodegeneração, incluindo fatores neurotróficos, processos antioxidantes, neuroinflamação e comunicação entre intestino e cérebro. Essa característica amplia seu potencial como estratégia complementar na promoção da saúde mental e na neuroproteção.

Entretanto, embora os resultados sejam consistentes e promissores, a predominância de estudos pré-clínicos e o número reduzido de ensaios clínicos limitam a extrapolação das evidências para a prática clínica. Dessa forma, torna-se necessária a realização de estudos clínicos mais robustos, capazes de estabelecer protocolos terapêuticos baseados em evidências e definir parâmetros relacionados à segurança, eficácia e dosagem.

Conclui-se que o *Hericium erinaceus* representa uma alternativa promissora dentro das abordagens integrativas voltadas à promoção da saúde mental e ao manejo de doenças neurodegenerativas. O avanço das pesquisas poderá consolidar seu papel como ferramenta terapêutica complementar fundamentada em evidências científicas.

REFERÊNCIAS

- ARAMSIRIRUJIWET, Y. *et al.* Benefits of erinacines from different cultivate formulas on cognitive deficits and anxiety-like behaviour in mice with trimethyltin-induced toxicity. *Tropical Life Sciences Research*, v. 34, n. 3, p. 165-183, 2023.
- BAILLY, C.; GAO, J. M. Erinacine A and related cyathane diterpenoids: molecular diversity and mechanisms underlying their neuroprotection and anticancer activities. *Pharmacological Research*, v. 159, p. 104953, 2020.
- BRAMER, W. M.; GIUSTINI, D.; KRAMER, B. M. R. Comparing the coverage, recall and precision of searches for systematic reviews. *Systematic Reviews*, v. 7, n. 39, 2018.
- BRANDALISE, F. *et al.* *Hericium erinaceus* in neurodegenerative diseases: from bench to bedside and beyond. *Journal of Fungi*, v. 9, n. 5, p. 551, 2023.
- CHAU, S. C. *et al.* *Hericium erinaceus* promotes anti-inflammatory effects and regulation of metabolites in an animal model of cerebellar ataxia. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 24, p. 6089, 2023.
- CHIU, C. H. *et al.* Erinacine A-enriched *Hericium erinaceus* mycelium produces antidepressant-like effects. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 19, n. 2, 2018.
- CHONG, P. S. *et al.* Therapeutic potential of *Hericium erinaceus* for depressive disorder. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 21, n. 1, 2020.
- CORDARO, M. *et al.* Natural compounds such as *Hericium erinaceus* modulate neuroinflammation and oxidative stress in Parkinson's disease. *Biomedicines*, v. 10, n. 10, 2022.
- DOCHERTY, S. *et al.* Acute and chronic effects of Lion's Mane mushroom supplementation on cognitive function, stress and mood. *Nutrients*, v. 15, n. 22, 2023.
- GUTIÉRREZ-RODELO, C. *et al.* Modulation of cyclic nucleotide pathways in anxiety and depressive disorders. *Molecular Biology Reports*, v. 50, p. 7797-7814, 2023.
- KUSHAIRI, N. *et al.* Lion's Mane mushroom suppresses oxidative damage and inflammation in neuronal cells. *Antioxidants*, v. 8, n. 8, 2019.

LI, I. C. *et al.* Prevention of early Alzheimer's disease by erinacine A-enriched *Hericium erinaceus* mycelia. *Frontiers in Aging Neuroscience*, v. 12, p. 155, 2020.

PHAN, C. W. *et al.* Therapeutic potential of culinary-medicinal mushrooms for neurodegenerative diseases. *Critical Reviews in Biotechnology*, v. 35, n. 3, p. 355-368, 2015.

PRIORI, E. C. *et al.* *Hericium erinaceus* extract exerts beneficial effects on the gut-neuroinflammation-cognition axis. *Biology*, v. 13, n. 1, 2024.

RODRIGUEZ, M. N.; LIPPI, S. L. P. Lion's Mane exerts anxiolytic effects in a tau mouse model. *Behavioral Sciences*, v. 12, n. 7, 2022.

SZUĆKO-KOCIUBA, I. *et al.* Neurotrophic and neuroprotective effects of *Hericium erinaceus*. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 24, p. 15960, 2023.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO APRENDIZADO SOBRE O DIREITO DO TRABALHADOR E PREVIDENCIÁRIO

Laila Cristina Moreira Damázio^{1,2}, Flávia Adriana Souza Martins Abreu^{1,3}, Oneide Caroline Silva¹, Rúbia de Alcântara Matoso¹, Vitor Gabriel Daldegan David¹, Karin Cristine Magnan Myahira Botelho⁴

1 INTRODUÇÃO

Segundo Cartaxo (2024), a área do Direito vem passando por importantes transformações relacionadas à automatização de funções e atividades, permitindo maior agilidade e eficiência na análise de processos, legislações e jurisprudências. Nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) destaca-se como uma ferramenta de grande potencial, capaz de otimizar tarefas e auxiliar profissionais jurídicos em diferentes demandas (Smith, 2020).

A utilização da IA no campo jurídico tem contribuído para a organização de informações, gerenciamento de processos e acesso rápido a conteúdos especializados. Entretanto, embora a população em geral já reconheça os benefícios dessas tecnologias, muitos indivíduos ainda enfrentam dificuldades para utilizá-las de forma eficiente, especialmente devido ao desconhecimento sobre os mecanismos de busca e interpretação das informações disponíveis.

No âmbito do Direito Trabalhista e Previdenciário, essa limitação torna-se ainda mais evidente. Trabalhadores frequentemente apresentam dúvidas relacionadas a direitos trabalhistas, benefícios previdenciários, aposentadoria, rescisão contratual e demais garantias legais, mas nem sempre conseguem acessar informações confiáveis ou compreender conteúdos técnicos sem orientação adequada (Damázio *et al.*, 2025).

Diante desse cenário, o presente relato de experiência descreve um projeto de extensão que teve como objetivo promover a educação em Direito Trabalhista e Previdenciário por meio da utilização da Inteligência Artificial, ampliando o acesso da população trabalhadora a conteúdos jurídicos didáticos, acessíveis e confiáveis.

¹ Acadêmicos do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – Uniptan/Afya.

² Fisioterapeuta/Perita Judicial/Professora da Universidade Federal de São João del-Rei e Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC/Barbacena.

³ Graduada em Letras/Técnica Judiciária de São João del-Rei.

⁴ Advogada e Professora do Curso de Direito do Uniptan/Afya.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto de extensão intitulado “O uso da Inteligência Artificial no aprendizado sobre o Direito do Trabalhador e Previdenciário” foi desenvolvido por estudantes do 3º período do curso de Direito de uma instituição privada localizada no interior de Minas Gerais, Brasil.

A proposta extensionista teve como foco beneficiar trabalhadores e trabalhadoras da comunidade local por meio da disseminação de conhecimentos relacionados ao Direito Trabalhista e Previdenciário, utilizando recursos tecnológicos baseados em Inteligência Artificial para facilitar o acesso às informações.

O desenvolvimento do projeto ocorreu em seis etapas principais: Consulta a advogadas especialistas nas áreas de Direito Trabalhista e Previdenciário, com o objetivo de identificar as dúvidas mais frequentes apresentadas pelos trabalhadores; Elaboração de materiais de apoio contendo respostas acessíveis às principais dúvidas levantadas; Produção de folders informativos e podcasts educativos sobre os temas abordados; Realização de entrevistas com trabalhadores da comunidade, acompanhadas da entrega dos materiais educativos produzidos; Construção e divulgação de uma página baseada em IA, contendo conteúdos rápidos, confiáveis e didáticos relacionados ao Direito Trabalhista e Previdenciário; Compartilhamento dos materiais produzidos por meio de um chatbot inserido na plataforma APRENDIXXX, disponibilizando acesso gratuito à população.

A plataforma desenvolvida buscou oferecer uma ferramenta educativa de fácil utilização, permitindo que os usuários consultassem conteúdos jurídicos de maneira dinâmica e acessível.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de extensão possibilitou a disseminação de informações confiáveis e acessíveis aos trabalhadores da comunidade, especialmente por meio das entrevistas realizadas em espaços públicos e da distribuição dos materiais educativos elaborados pela equipe.

A utilização de folders e podcasts permitiu responder às dúvidas mais frequentes relacionadas ao Direito Trabalhista e Previdenciário, utilizando linguagem simples e objetiva, adequada ao público-alvo. Além disso, os conteúdos foram construídos com base nas orientações fornecidas por profissionais especialistas nas áreas jurídicas abordadas, garantindo maior confiabilidade às informações disponibilizadas.

Outro resultado relevante foi a criação da plataforma APRENDIXX, desenvolvida com o suporte de ferramentas de IA. A plataforma passou a disponibilizar conteúdos didáticos sobre temas relacionados aos direitos dos trabalhadores, funcionando como um ambiente virtual de consulta rápida e acessível.

A utilização de chatbot mostrou-se uma estratégia eficiente para ampliar o alcance das informações e facilitar o aprendizado dos usuários. A ferramenta permitiu acesso dinâmico aos conteúdos, favorecendo a autonomia dos trabalhadores na busca por esclarecimentos sobre seus direitos.

Além disso, o projeto contribuiu para aproximar a comunidade acadêmica da população local, fortalecendo o papel social da universidade e estimulando o desenvolvimento de competências relacionadas à educação jurídica, comunicação e uso ético da tecnologia.

Os resultados observados corroboram estudos que apontam o potencial da IA como instrumento de democratização do acesso à informação e promoção da educação em saúde, cidadania e direitos sociais.



Figura 1. Capa da Plataforma APRENDIXX com assuntos sobre o Direito do Trabalho e Previdenciário. **Fonte:** Autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da plataforma APRENDIXX e dos materiais educativos vinculados ao projeto permitiu o desenvolvimento de uma importante ferramenta pedagógica voltada ao ensino-aprendizagem em Direito Trabalhista e Previdenciário.

As ações extensionistas desenvolvidas contribuíram para ampliar o acesso da população trabalhadora a informações jurídicas confiáveis, rápidas e didáticas, favorecendo maior compreensão sobre direitos e garantias legais.

A utilização da IA mostrou-se uma estratégia eficaz para democratizar o acesso ao conhecimento jurídico, especialmente ao possibilitar consultas simplificadas por meio de chatbot e conteúdos digitais acessíveis.

Além disso, o projeto fortaleceu a integração entre universidade e comunidade, evidenciando o potencial das ações extensionistas na promoção da cidadania, inclusão digital e educação jurídica.

Conclui-se que iniciativas semelhantes podem contribuir significativamente para ampliar o acesso à informação e fortalecer a autonomia dos trabalhadores na busca e compreensão de seus direitos trabalhistas e previdenciários.

REFERÊNCIAS

CARTAXO, M.A. O impacto da inteligência artificial na prática jurídica. Conjur. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mai-10/o-impacto-da-inteligencia-artificial-na-pratica-juridica/>. Acessado em 10 de abril de 2025.

DAMÁZIO, L.C.M.; ABREU, F.A.S.; SILVA, O.C.; MATOSO, R.A.; DAVID, V.G.D.; MACHADO, E.E.G.; MYAHIRA, K.C.M.B. Tempo de Aprender: Como Usar a Inteligência Artificial e a Internet para Conhecer seus Direitos e Deveres. *International Contemporary Management Review*. v.6, n.2, p.1-12, 2025.

SMITH, J. O impacto da Inteligência Artificial no Sistema Jurídico. *Revista Jurídica*, v. 45, n. 2, p.87-101, 2020.

PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR MATERNO E FETAL

Eduarda Kassiane da Silva¹, Isabela Ribeiro Sales¹, Isabella Caroline Bessa Faria¹, Maria Eduarda de Carvalho¹, Maria Vitória Souza Reis¹, Marcela Nolasco²

1 INTRODUÇÃO

A gestação é um período marcado por intensas mudanças físicas, emocionais e sociais na vida da mulher. Diante dessas transformações, é essencial que a gestante tenha acesso a acompanhamento adequado e a informações seguras, que contribuam para tornar essa fase mais tranquila, saudável e acolhedora.

O pré-natal exerce papel fundamental nesse processo, pois possibilita o acompanhamento do desenvolvimento fetal, a prevenção de complicações e a preparação da gestante para o parto e o pós-parto. Além disso, esse momento é importante para o esclarecimento de dúvidas, reduzindo a ansiedade e os medos comuns durante a gravidez. Segundo o Ministério da Saúde (2022), o cuidado pré-natal deve ir além da realização de exames, constituindo-se como momento estratégico para o acolhimento, o vínculo e a educação em saúde da mulher e de sua família.

Apesar da ampliação do acesso aos serviços de saúde, muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades para serem ouvidas e acolhidas de forma integral. Nem sempre há espaço para compartilharem suas experiências, inseguranças e desafios. Nesse sentido, a criação de ambientes de escuta, troca e apoio configura-se como estratégia eficaz para oferecer cuidado para além dos protocolos clínicos, valorizando o diálogo, a atenção e a construção de vínculos humanos.

Nesse contexto, surgiu o projeto de extensão com o objetivo de promover ações educativas voltadas às gestantes, por meio de rodas de conversa mediadas por estudantes de Enfermagem. Inicialmente, as atividades seriam realizadas com gestantes vinculadas à Estratégia Saúde da Família (ESF) do bairro Guarda-Mor. Contudo, devido à baixa adesão naquele local, foi necessária a adaptação da ação para a ESF Dr. João Diogo Sobrinho, no município de Barroso, Minas Gerais, onde houve maior participação das gestantes.

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

² Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Professora da Disciplina Projeto de Extensão I. Enfermeira e Mestre em Psicologia.

E-mail para contato:marcela.nolasco@uniptan.edu.br

A escolha pela metodologia das rodas de conversa ocorreu em razão da relevância da troca de experiências entre mulheres, especialmente quando mediada com sensibilidade, acolhimento e orientação adequada. Compreende-se que cada gestante possui uma história singular e que ouvir essas vivências também constitui uma forma de cuidado.

Dessa maneira, o objetivo geral do projeto foi promover o bem-estar materno e fetal por meio de rodas de conversa educativas com gestantes acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde, fortalecendo o apoio emocional, esclarecendo dúvidas e incentivando a criação de vínculos entre as gestantes e os profissionais de saúde.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência desenvolvido por estudantes de Enfermagem com o objetivo de promover saúde e incentivar a troca de experiências entre gestantes.

O projeto foi inicialmente direcionado às mulheres acompanhadas pela Equipe de Saúde da Família Guarda-Mor. Apesar das tentativas de abordagem presencial, apenas uma gestante foi localizada. As demais foram convidadas por meio de grupo de WhatsApp, sem retorno imediato, o que exigiu a adoção de estratégias de busca ativa para recrutamento das participantes.

A iniciativa evidenciou a importância das visitas domiciliares como estratégia de aproximação com a realidade familiar, possibilitando a construção de ações mais eficazes e sensíveis às necessidades das gestantes e de suas famílias, conforme orienta o Manual de Apoio às Visitas Domiciliares às Gestantes (2021).

As atividades foram desenvolvidas em dois encontros presenciais na Unidade Básica de Saúde Dr. João Diogo Sobrinho, em Barroso, Minas Gerais, com a participação de sete gestantes. A metodologia empregada baseou-se na observação participante e na coleta de relatos espontâneos durante as rodas de conversa.

As sessões foram planejadas como espaços de escuta ativa, diálogo aberto e troca de experiências, possibilitando que as gestantes expressassem suas preocupações, medos e dúvidas de forma acolhedora e sem julgamentos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência com as rodas de conversa demonstrou que o contato direto entre gestantes e estudantes de Enfermagem possibilitou a criação de um ambiente acolhedor, com espaço para escuta e troca de experiências.

Durante os encontros, foram abordados temas essenciais, como sintomas comuns da gestação, cuidados preventivos, fases do parto, puerpério e orientações sobre amamentação. Em cada diálogo, observou-se que o acolhimento e a escuta qualificada contribuíram significativamente para a construção de vínculos e o fortalecimento do cuidado.

Um dos relatos mais marcantes foi o de uma gestante de 40 anos, mãe de sete filhos, incluindo uma gestação gemelar anterior, que vivenciava uma nova gravidez mesmo utilizando dispositivo intrauterino (DIU). Seu depoimento, marcado por emoção e gratidão, evidenciou a importância do apoio emocional e do espaço para compartilhamento de experiências, mesmo entre mulheres com vivências reprodutivas anteriores. Esse exemplo reforça que o cuidado à gestante deve ser contínuo, respeitando suas necessidades e singularidades.

A vivência permitiu observar que a comunicação, o vínculo e a escuta ativa são pilares fundamentais no cuidado humanizado à gestante. A troca de experiências entre estudantes e participantes mostrou-se enriquecedora e confirmou que ações simples, como rodas de conversa, podem gerar impactos positivos no bem-estar materno e fetal. Esses achados estão alinhados à literatura, que destaca a importância de uma abordagem integral no pré-natal, considerando a subjetividade da mulher e a qualidade das informações oferecidas (Brasil, 2014; Moura; Rodrigues, 2003).

Outro ponto relevante discutido foi a persistência da violência obstétrica, seja ela física, psicológica, sexual ou institucional, ainda considerada uma barreira ao cuidado adequado. A criação de espaços de diálogo e acolhimento, como os proporcionados por este projeto, revelou-se estratégia eficaz para fortalecer a autonomia das gestantes, permitindo-lhes expressar medos, vivências e dúvidas com liberdade e segurança (SciELO, 2024).

Além disso, destacou-se a importância da educação em saúde como ferramenta de prevenção, especialmente em relação a agravos evitáveis, como a sífilis gestacional. Apesar de ser uma condição rastreável, a infecção ainda apresenta elevada incidência e pode acarretar sérias consequências para a gestante e o bebê. A disponibilização de informações claras sobre exames, tratamentos e cuidados, associada ao acolhimento humanizado, contribuiu para um acompanhamento mais eficaz e seguro (Ferreira *et al.*, 2024).

De forma geral, a experiência reforçou que o cuidado à gestante vai além dos protocolos clínicos, sendo essencial considerar aspectos emocionais, sociais e subjetivos. O fortalecimento

do vínculo entre profissionais e gestantes, aliado à escuta e ao acolhimento, demonstrou-se fundamental para uma atenção integral e transformadora.

Quadro 1- Resultado de Perguntas Feitas a Gestantes

Gestantes	Sim	Não
De primeira viagem	1	4
Com dúvida sobre o parto	4	1
Que pretendem fazer laqueadura	1	4
Que desejam amamentar exclusivamente	4	1
Com enjoo ou cansaço	3	2

Fonte: Autoria Propria (2025).

Nas rodas de conversa, temas como dúvidas sobre o parto, amamentação, laqueadura e sintomas como enjoo foram os mais mencionados pelas gestantes. Discutir esses assuntos mostrou-se essencial para promover segurança, acolhimento e informação durante a gestação.

A Enfermagem desempenha papel fundamental nesse processo, orientando sobre cuidados com a saúde, direitos da gestante e preparo para o parto e o pós-parto. Esses momentos fortalecem a autonomia da mulher e contribuem para uma gestação mais tranquila e saudável.

Como forma de tornar o momento ainda mais acolhedor, foi realizado um sorteio entre as participantes, no qual uma das gestantes recebeu uma cesta contendo um kit de higiene para bebê. Essa ação reforçou o cuidado e o acolhimento direcionados às gestantes, além de incentivar a participação e o engajamento nas rodas de conversa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que a troca de experiências entre gestantes e estudantes da área da saúde proporciona benefícios significativos para ambos os grupos. As gestantes passaram a participar de maneira mais ativa do cuidado durante a gravidez, fortalecendo o vínculo com a equipe de saúde e adquirindo maior confiança em relação ao processo gestacional.

Para os estudantes, a experiência contribuiu para o desenvolvimento de habilidades essenciais à prática profissional, como escuta qualificada, empatia e comunicação humanizada.

Dessa forma, conclui-se que ações educativas e acolhedoras voltadas às gestantes são fundamentais para a promoção do bem-estar materno e fetal, fortalecendo o cuidado humanizado no contexto da Atenção Primária à Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 32).

BRASIL. Ministério da Saúde. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

MOURA, E. R. F.; RODRIGUES, M. S. P. Comunicação e informação em saúde no pré-natal. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 7, n. 13, p. 109-118, 2003.

PICCININI, C. A. *et al.* Gestação e a constituição da maternidade. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 27, n. 2, p. 263-271, 2014.

Gov.br. Pré-natal no SUS. Secretaria de Comunicação Social, 2024.

FERREIRA, T. S. B. *et al.* Manifestações de violência obstétrica percebidas por gestantes na assistência ao pré-natal na Atenção Primária à Saúde. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., e20230234, 2024.

SAÚDE DO TRABALHADOR: CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO NA INDÚSTRIA DE TECELAGEM ARTESANAL

Bárbara Pereira Medeiros Dias¹, Livia Maria De Paula Santos¹, Beatriz Pereira Medeiros Dias¹,
Weuller Halisson Santos Da Silva¹, Bianca Cristina De Resende¹, Lucas Ricardo Magalhães¹, Jane
Daisy de Sousa Almada Resende², Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende², Luciano Alves dos
Santos³, Jordana Figueiredo Nery³, Aline Grazielle Fernandes Martins da Costa³

1 INTRODUÇÃO

A exposição a fatores de risco no ambiente de trabalho tem contribuído para o aumento de doenças físicas entre trabalhadores de diversos setores, incluindo a produção de tapetes artesanais. Os tecelões frequentemente enfrentam condições que podem comprometer sua saúde, como posturas inadequadas, movimentos repetitivos e manuseio de materiais pesados, favorecendo o desenvolvimento de doenças ocupacionais, especialmente lesões musculoesqueléticas (Alano *et al.*, 2015).

A atividade de tecelagem artesanal em teares manuais, tradição secular presente em diversos municípios mineiros, tem passado por transformações significativas nos últimos anos. Essas mudanças no processo produtivo visam atender à crescente demanda do mercado, fazendo com que a tecelagem deixasse de ser uma atividade secundária para tornar-se a principal fonte de renda de muitas famílias, evidenciando sua relevância econômica e social (Santos Filho; Barreto; Moretti, 1998).

Nesse contexto, a prática laboral dos tecelões exige análise ergonômica cuidadosa, com o objetivo de identificar melhorias na execução das atividades sem comprometer os aspectos culturais envolvidos na produção artesanal.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi desenvolver uma campanha educativa em redes sociais voltada à prevenção de lesões por esforços repetitivos (LER), distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) e alergias causadas por produtos e materiais têxteis. A campanha buscou promover saúde, qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores da indústria têxtil artesanal no município de Resende Costa, Minas Gerais.

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

² Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

³ Colaboradores do Projeto de Extensão.

E-mail para contato: jane.resende@saude.mg.gov.br.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina Projeto de Extensão III, vinculada ao 4º período do curso de Enfermagem, caracterizando-se como um estudo descritivo e de intervenção, com ênfase na saúde ocupacional de trabalhadores da indústria têxtil artesanal.

A população-alvo compreendeu principalmente tecelões e operários da região de Resende Costa, expostos a riscos relacionados ao desenvolvimento de lesões por esforços repetitivos, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e alergias associadas aos materiais e produtos têxteis utilizados no processo produtivo.

Inicialmente, realizou-se um planejamento das ações, incluindo levantamento das principais demandas relacionadas à saúde ocupacional dos trabalhadores. A partir desse levantamento, foram elaborados conteúdos educativos compostos por vídeos informativos, orientações ergonômicas e dicas práticas voltadas à prevenção de agravos ocupacionais.

Posteriormente, foi criada uma página na rede social Instagram, destinada exclusivamente à campanha educativa. Nessa plataforma, foram realizadas postagens periódicas com conteúdos relacionados à ergonomia, saúde do trabalhador, prevenção de lesões ocupacionais e uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPIs), promovendo interação contínua com os seguidores.

A avaliação da campanha considerou diferentes critérios: pesquisa e análise do conteúdo (30%), criatividade e qualidade do material digital produzido (30%), apresentação e organização das informações (20%) e engajamento dos participantes nas interações da página (20%).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados do Health and Safety Executive (HSE), publicados em 2012, revelaram que doenças ocupacionais na indústria têxtil resultaram no afastamento de aproximadamente 314 mil trabalhadores em âmbito mundial. Segundo Stanton (1996), cerca de 90% dos acidentes de trabalho possuem relação parcial com erro humano, seja pela execução inadequada de tarefas manuais ou pelo descumprimento de protocolos de segurança.

Nesse contexto, o estudo das redes sociais digitais tem despertado interesse crescente entre pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Lorenzo, Neves e Ribeiro (2011)

destacam a importância de compreender o impacto dessas redes na vida social e no ambiente de trabalho, especialmente no que se refere às relações interpessoais, à troca de apoio social e à disseminação de informações preventivas.

Com base nas contribuições de Marteleto (2010), que descreve as redes sociais como um conceito amplamente difundido no meio acadêmico, institucional e cotidiano, foi realizada uma campanha educativa por meio da página do Instagram @saude_do_trabalhador24, com postagens desenvolvidas ao longo de uma semana, de segunda-feira a sábado.

As publicações tiveram como objetivo conscientizar os trabalhadores sobre prevenção de doenças ocupacionais, abordando temas como ergonomia, postura adequada, pausas regulares durante a jornada de trabalho, prevenção de LER/DORT e uso correto de equipamentos de proteção individual na indústria têxtil artesanal.

Além disso, foram compartilhadas orientações sobre adaptação do ambiente de trabalho, redução de riscos ocupacionais e promoção do autocuidado, incentivando práticas preventivas no cotidiano laboral.

O uso da plataforma digital demonstrou potencial para ampliar o alcance das ações educativas e favorecer a conscientização dos trabalhadores acerca da importância da saúde ocupacional, estimulando a responsabilidade compartilhada pela segurança no ambiente de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão voltado à criação de uma campanha educativa em redes sociais demonstrou relevância na conscientização acerca da prevenção de lesões por esforços repetitivos, distúrbios osteomusculares e alergias entre trabalhadores da indústria têxtil artesanal, especialmente no município de Resende Costa, cuja economia apresenta forte relação com essa atividade produtiva.

Considerando a importância econômica e cultural da tecelagem artesanal como fonte de renda para diversas famílias, torna-se essencial implementar práticas ergonômicas e ações educativas que promovam saúde e qualidade de vida aos trabalhadores, sem comprometer a preservação da tradição artesanal.

A iniciativa evidenciou a importância das redes sociais como ferramenta de educação em saúde, contribuindo para a disseminação de informações preventivas e para o fortalecimento da saúde ocupacional no contexto da indústria têxtil artesanal.

REFERÊNCIAS

- ALANO, A. B. *et al.* Design e ergonomia: bases de identificação de demandas em uma comunidade criativa. *Projetica*, v. 6, n. 1, p. 39-60, 2015.
- HSE - HEALTH AND SAFETY EXECUTIVE. Bureau of Labor Statistics. Workplace in injuries and illnesses—2012. U.S. Department of Labor’s Occupational Safety and Health Administration 2013. Disponível em: <http://www.bls.gov/news.release/osh.nr0.htm>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- LORENZO, A. P.; NEVES, R. F.; RIBEIRO, K. S. Q. S. Análise da rede de apoio social na saúde do trabalhador. *Rev. Bras. Ciênc. Saúde*, 2011.
- MARTELETO, R.M. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, v.3, n.1, p.27-46, 2010.
- MORETTI, A.R., SANTOS, M.C.L. e SILVA, G.M. Artesanato Contando Teares: Recenseamento do artesanato têxtil de Resende Costa. São João Del Rei: FUNREI, 1998.
- SANTOS FILHO, S. B.; BARRETO, S. M. Algumas considerações metodológicas sobre os estudos epidemiológicos das Lesões por Esforços Repetitivos (LER). *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.555-563, 1998.
- STANTON, N. A.; BARBER, C. Factors affecting the selection of methods and techniques prior to conducting a usability evaluation. In: JORDAN, P. W. *et al.* Usability evaluation in industry. London: Taylor & Francis, p. 39-48, 1996.

SENSIBILIZAÇÃO E PRÁTICAS SEGURAS: A IMPORTÂNCIA DOS 13 CERTOS NA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Bárbara Pereira Medeiros Dias¹, Beatriz Pereira Medeiros Dias¹, Livia Maria De Paula Santos¹, Ana Clara Almada Resende², Jane Daisy de Sousa Almada Resende³, Andreia Andrade dos Santos³, Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende³

1 INTRODUÇÃO

A segurança na administração de medicamentos constitui um elemento fundamental para a qualidade da assistência em saúde, e a implementação dos “Certos da Administração” representa uma estratégia essencial para a prevenção de erros e a promoção do cuidado seguro. Nesse contexto, visando fomentar o uso seguro de medicamentos, foi lançado, em 2017, o terceiro Desafio Global de Segurança do Paciente, com o tema “Medicação sem Danos” (Câmara *et al.*, 2021).

Os “Certos da Administração” tiveram origem na década de 1960, inicialmente conhecidos como os “Cinco Certos”. Ao longo dos anos, esse conjunto de práticas foi ampliado para treze critérios fundamentais, abrangendo aspectos que incluem desde a identificação correta do paciente até o registro adequado da administração do medicamento, contemplando ainda orientações ao paciente, avaliação da prescrição, conferência da via de administração, entre outros procedimentos (Coren/SP, 2017).

Apesar da relevância desses princípios, ainda é frequente que profissionais de saúde enfrentem dificuldades em sua aplicação cotidiana. Fatores como sobrecarga de trabalho, ausência de capacitação contínua, inexistência de protocolos institucionais e pressão por produtividade contribuem para a não observância integral dos “13 Certos”, o que pode comprometer a segurança do paciente (Souza; Andrade; Sacanari, 2019).

Diante desse cenário, o presente trabalho teve como objetivo desenvolver uma ação de sensibilização e capacitação acerca dos “13 Certos da Administração de Medicamentos”, voltada a profissionais atuantes em uma Unidade de Saúde da Família. A proposta envolveu o diagnóstico do conhecimento prévio dos participantes, a identificação dos principais obstáculos

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

² Discente do Curso de Medicina do Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS.

³ Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

E-mail para contato: jane.resende@saude.mg.gov.br

enfrentados na rotina profissional e a elaboração de estratégias educativas destinadas à melhoria da prática assistencial e à promoção da cultura de segurança no cuidado em saúde.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina Projeto de Extensão IV, intitulada “Educação Farmacológica: prevenindo os riscos da automedicação e das interações medicamentosas”, caracterizando-se como um estudo descritivo e de intervenção com enfoque na segurança do paciente e na qualificação da prática profissional no contexto da Atenção Primária à Saúde.

A população-alvo foi composta por profissionais atuantes em uma Unidade de Saúde da Família, incluindo técnicos de enfermagem, enfermeiros, recepcionistas e estagiários, com foco na aplicação adequada dos “13 Certos da Administração de Medicamentos”.

Inicialmente, realizou-se um planejamento detalhado das ações, incluindo a elaboração e aplicação de um questionário diagnóstico. Esse instrumento permitiu identificar o nível de conhecimento teórico dos profissionais acerca dos “13 Certos”, bem como os principais desafios enfrentados em sua aplicação prática. A partir dos dados obtidos, foram desenvolvidos conteúdos educativos voltados à sensibilização e à capacitação dos colaboradores.

Os conteúdos foram apresentados por meio de materiais visuais, atividades interativas e rodas de conversa, com o objetivo de reforçar a importância da adesão às práticas seguras de administração medicamentosa.

A avaliação da eficácia da intervenção foi baseada em critérios previamente definidos. A pesquisa e análise do conteúdo corresponderam a 30% da avaliação, assegurando que os materiais produzidos estivessem fundamentados em evidências científicas e fossem relevantes para o contexto da prática em saúde. A criatividade e a qualidade da apresentação também representaram 30% da avaliação, valorizando aspectos como clareza, objetividade e apelo visual dos materiais utilizados.

A apresentação dos resultados e a organização das informações corresponderam a 20% da avaliação, ressaltando a importância da comunicação eficaz. Por fim, o envolvimento dos profissionais e o retorno qualitativo acerca das atividades desenvolvidas representaram os 20% finais, evidenciando o impacto da ação na rotina de trabalho e na promoção da cultura de segurança do paciente e da comunidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos relacionados à segurança do paciente, como os apresentados pela Organização Mundial da Saúde, indicam que a administração incorreta de medicamentos constitui uma das principais causas de eventos adversos evitáveis em serviços de saúde. Segundo Stanton (1996), aproximadamente 90% dos erros relacionados aos cuidados em saúde estão associados a fatores humanos, como falhas de comunicação, desatenção e descumprimento de protocolos estabelecidos.

Nesse contexto, a utilização de rodas de conversa e ferramentas de conscientização como estratégias educativas tem demonstrado eficácia na ampliação do acesso à informação e na promoção de boas práticas profissionais, conforme destacado por Alves *et al.* (2023).

Com base nessas premissas, foi elaborado um formulário que, ao longo de uma semana, possibilitou a coleta de informações com o objetivo de sensibilizar e capacitar os profissionais de saúde sobre os “13 Certos da Administração de Medicamentos”. As questões abordaram, de maneira didática e visual, cada um dos critérios relacionados à administração segura de medicamentos, como paciente certo, medicação certa, dose certa, via certa e horário certo, além de enfatizar a importância de uma prática fundamentada na atenção, empatia e responsabilidade profissional.

O conteúdo foi estruturado de forma objetiva e contextualizada à rotina das Unidades de Saúde da Família, com destaque para exemplos práticos, orientações sobre comunicação eficaz entre equipe e paciente e fortalecimento da cultura de segurança.

Observou-se participação positiva dos profissionais nas atividades propostas, evidenciando interesse e engajamento com a temática abordada. Nesse sentido, Leite *et al.* (2018) também descrevem a utilização de metodologias educativas como uma ferramenta eficaz de educação em saúde, ao facilitar o acesso à informação de forma dinâmica e contínua.

Dessa forma, a estratégia utilizada contribuiu não apenas para o reforço do conhecimento teórico dos profissionais, mas também para a reflexão acerca da prática cotidiana, promovendo um ambiente assistencial mais seguro e centrado no paciente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o projeto de extensão voltado à criação de uma campanha educativa sobre os “13 Certos da Administração de Medicamentos” demonstrou ser uma estratégia eficaz para promover a segurança do paciente e fortalecer boas práticas entre os profissionais de saúde.

A utilização de uma pesquisa diagnóstica como ferramenta de disseminação de conteúdos possibilitou alcançar, de forma acessível e dinâmica, profissionais e estudantes das Unidades de Saúde da Família, incentivando reflexões sobre atitudes cotidianas que impactam diretamente a qualidade da assistência prestada à comunidade.

A campanha destacou a relevância de cada um dos “13 Certos” e ampliou a compreensão acerca do papel da responsabilidade, atenção e empatia na prática profissional. Além disso, reforçou a necessidade de um ambiente de trabalho pautado na comunicação eficaz, no trabalho em equipe e na educação continuada.

Ao promover essas práticas, o projeto não apenas beneficiou os profissionais envolvidos, mas também contribuiu para a melhoria da saúde e do bem-estar da comunidade, favorecendo a oferta de um cuidado mais seguro e qualificado aos pacientes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. V. S. *et al.* 13 certos da administração de medicamentos: elaboração e validação de instrumento. Faculdade Pernambucana de Saúde – Fps. 2023. Disponível em: https://tcc.fps.edu.br/bitstream/fpsrepo/1673/1/TCC_ISABELY%20VITORIA.pdf Acesso em: 19 de mai. 2025.
- CÂMARA, J.L. *et al.* Erros no processo da administração de medicamentos e estratégias para minimização em um hospital de Minas Gerais. [Dissertação de Mestrado]. Diamantina (MG): Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; 2021.
- COREN/SP. Conselho Regional de Enfermagem (SP). Uso seguro de medicamentos: guia para preparo, administração e monitoramento. Brasil (SP): 2017. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/uso-seguro-medicamentos.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2025.
- LEITE, S. S. *et al.* Construção e validação de Instrumento de Validação de Conteúdo Educativo em Saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, v.71, n.4, p. 1732-8, 2018.
- SOUZA, C.M.; ANDRADE, L.A.; SACANARI, L.G.R. Enfermagem e os erros medicamentosos: uma revisão bibliográfica. Revista Saúde Multidisciplinar, v.5, n.1, p. 62-70, 2019.
- STANTON, N. Human error: models and management. British Medical Journal, v. 320, n. 7237, p. 768-770, 1996.

TORCICOLO CONGÊNITO: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO MOTOR INFANTIL E O PAPEL DA FISIOTERAPIA

Ana Beatriz Silva¹, Damaris Trindade Silva Viriato¹, Jéssica Carolina Silva¹, Kelly Jackeline Oliveira Pereira de Andrade²

1 INTRODUÇÃO

O torcicolo congênito (TC) é uma condição musculoesquelética comum na faixa etária neonatal e lactente, caracterizada pela contratura unilateral do músculo esternocleidomastoideo, resultando em postura assimétrica da cabeça, com inclinação para o lado afetado e rotação do queixo para o lado oposto. A etiologia do TC ainda não é completamente esclarecida, embora esteja frequentemente associada a fatores como trauma obstétrico, isquemia muscular, obstrução venosa, posicionamento intrauterino inadequado e hereditariedade (Cheng; Au, 1994; Pagnossim *et al.*, 2008).

Estudos apontam incidência aproximada de um caso para cada 250 nascimentos, tornando o TC uma das causas mais frequentes de deformidades cervicais na infância (Cheng; Au, 1994). O diagnóstico é predominantemente clínico, baseado na limitação dos movimentos cervicais, na presença de nódulo no músculo afetado e em alterações posturais evidentes. Em casos não tratados precocemente, as repercussões podem ultrapassar a região cervical e comprometer o desenvolvimento global da criança. Entre os efeitos observados estão assimetrias craniofaciais, hemihipoplasia facial, atrasos nos marcos motores e alterações no neurodesenvolvimento (Pagnossim *et al.*, 2008).

O tratamento conservador por meio da fisioterapia é considerado a primeira escolha para a abordagem do TC, especialmente quando iniciado nos primeiros meses de vida. A literatura indica que intervenções fisioterapêuticas precoces e intensivas, envolvendo não apenas sessões clínicas, mas também a participação ativa dos pais na realização de exercícios domiciliares, promovem melhores resultados terapêuticos, com maiores taxas de resolução clínica e menor tempo de tratamento (Emery, 1994; Pagnossim *et al.*, 2008).

¹ Discentes do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Docente do Curso de Fisioterapia do UNIPTAN.

E-mail para contato: kelly.andrade@uniptan.edu.br

Nesse contexto, torna-se essencial compreender a importância do diagnóstico precoce e da atuação fisioterapêutica sistematizada como forma de prevenir sequelas e promover o desenvolvimento integral do bebê. Assim, este artigo tem como objetivo discutir os aspectos clínicos, etiológicos e terapêuticos do torcicolo congênito, destacando a relevância da intervenção fisioterapêutica precoce e intensiva. Especificamente, pretende-se abordar a redução do encurtamento muscular por meio de recursos terapêuticos direcionados e o uso da posição de tummy time como estratégia de controle postural e estimulação do neurodesenvolvimento.

2 DESENVOLVIMENTO

O TC é caracterizado como uma das alterações musculoesqueléticas mais comuns no período neonatal, sendo responsável por deformidades cervicais significativas que podem interferir diretamente no desenvolvimento motor infantil. A condição resulta da contratura do músculo esternocleidomastoideo, ocasionando limitação dos movimentos cervicais, postura assimétrica e, em alguns casos, formação de nódulo palpável no ventre muscular, conhecido como pseudotumor do esternocleidomastoideo (Cheng; Au, 1994).

Pesquisas demonstram que o TC, quando não tratado precocemente, pode interferir na aquisição de marcos motores importantes, como controle cervical, rolar, sentar-se e engatinhar. A assimetria postural persistente compromete o desenvolvimento da linha média e das reações de equilíbrio, impactando também a interação visual, a coordenação motora e a percepção corporal (Pagnossim *et al.*, 2008).

A fisioterapia é apontada como o tratamento de primeira escolha, especialmente quando iniciada nos primeiros três meses de vida. O protocolo fisioterapêutico inclui alongamentos passivos, posicionamento, estímulos sensório-motores e orientações aos cuidadores quanto à realização de exercícios no domicílio. Intervenções precoces mostram-se mais eficazes, com elevadas taxas de resolução, enquanto casos tratados tardiamente apresentam risco aumentado de sequelas permanentes, como plagiocefalia, escoliose compensatória e disfunções motoras (Emery, 1994).

Entre as estratégias utilizadas pela fisioterapia, destaca-se o uso do tummy time, que consiste no posicionamento do bebê em decúbito ventral durante o período em que está acordado e sob supervisão. Essa prática contribui para o fortalecimento dos músculos

extensores cervicais e torácicos, além de estimular o controle postural, a propriocepção e o alinhamento simétrico da cabeça e do tronco. A adesão ao tummy time, associada à intervenção terapêutica sistematizada, pode promover ganhos funcionais expressivos no neurodesenvolvimento (Bohm *et al.*, 2019).

O envolvimento dos pais e cuidadores no processo terapêutico também é considerado essencial. A literatura aponta que a orientação adequada e o treinamento dos familiares em relação às atividades domiciliares aumentam a frequência das intervenções, reduzem o tempo total de tratamento e melhoram os resultados clínicos. Assim, a fisioterapia deixa de ser um cuidado exclusivo do profissional e passa a constituir um processo compartilhado e contínuo, integrando o ambiente familiar à reabilitação motora da criança (Pagnossim *et al.*, 2008; Weinert, 2011).

3 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo consistiu em uma revisão integrativa da literatura nacional e internacional sobre o torcicolo congênito, incluindo aspectos relacionados à etiologia, ao diagnóstico, às implicações no desenvolvimento motor infantil e às condutas fisioterapêuticas empregadas no tratamento. A pesquisa teve como objetivo identificar evidências sobre os efeitos dessa condição no desenvolvimento motor e sobre a atuação fisioterapêutica na promoção funcional e postural da criança.

Foram incluídos artigos publicados entre 2003 e 2024, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, que apresentavam discussões pertinentes ao torcicolo congênito, às suas consequências motoras e às estratégias fisioterapêuticas aplicadas. Foram considerados estudos originais, revisões sistemáticas, revisões narrativas e artigos de atualização técnica.

Foram excluídos trabalhos duplicados, resumos de eventos, cartas ao editor, dissertações, teses e estudos que não abordavam diretamente a temática proposta.

A pesquisa foi realizada nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico, durante os meses de abril e maio de 2025. As buscas foram conduzidas manual e eletronicamente, utilizando descritores e palavras-chave combinados por operadores booleanos AND e OR, sendo eles: “torcicolo congênito”, “congenital muscular torticollis”, “desenvolvimento motor”, “motor development”, “fisioterapia pediátrica”, “intervenção precoce” e “reabilitação”.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas. A primeira consistiu na leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados nas buscas eletrônicas. Em seguida, realizou-se a leitura integral dos estudos que atenderam aos critérios de inclusão.

As informações extraídas de cada artigo foram organizadas em uma planilha contendo os seguintes elementos: autores, ano de publicação, tipo de estudo, objetivos, população estudada, abordagem terapêutica utilizada e principais resultados.

As variáveis analisadas incluíram os fatores etiológicos e clínicos do torcicolo congênito, as alterações observadas no desenvolvimento motor infantil, os recursos fisioterapêuticos empregados e os desfechos funcionais alcançados. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, com categorização temática, sem aplicação de testes estatísticos, por se tratar de uma pesquisa qualitativa.

4 RESULTADOS

A análise dos artigos selecionados demonstrou que o torcicolo congênito interfere significativamente no desenvolvimento motor infantil, especialmente quando não tratado precocemente. Os estudos apontaram que crianças com TC não tratado apresentam maior risco de atrasos em marcos motores, como controle de cabeça, rolar, sentar-se e engatinhar, além de desenvolverem assimetrias posturais persistentes.

A intervenção fisioterapêutica precoce, principalmente nos primeiros três meses de vida, foi associada a maiores taxas de sucesso terapêutico, com resolução clínica superior a 90% nos estudos analisados. O protocolo fisioterapêutico mais citado envolveu alongamentos passivos, técnicas de posicionamento, estímulos sensoriais e orientação familiar para continuidade da terapia no ambiente domiciliar.

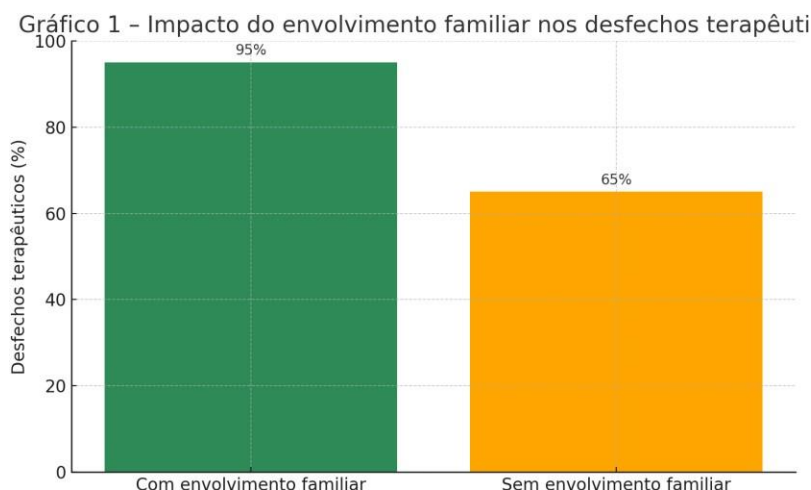
Tabela 1 – Comparação da eficácia da fisioterapia conforme o tempo de início do tratamento.

Início da Intervenção	Taxa de Sucesso (%)	Risco de Sequelas
Primeiros 3 meses de vida	95%	Muito baixo
De 3 a 6 meses de idade	75%	Moderado
Após 6 meses de idade	55%	Alto

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos estudos analisados.

O uso da posição de tummy time foi amplamente recomendado como ferramenta de estímulo ao controle postural e ao fortalecimento da musculatura cervical e de tronco,

favorecendo o realinhamento corporal e promovendo ganhos funcionais no neurodesenvolvimento. Além disso, evidenciou-se que o envolvimento ativo dos cuidadores no processo terapêutico contribuiu para melhores desfechos clínicos, reduzindo o tempo de tratamento e potencializando os efeitos da intervenção fisioterapêutica.



Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos estudos analisados.

5 CONCLUSÃO

A revisão da literatura evidenciou que o torcicolo congênito, embora comum na faixa etária neonatal, pode gerar repercussões motoras importantes quando não tratado precocemente. A fisioterapia mostrou-se eficaz como abordagem principal, sobretudo quando iniciada nos primeiros meses de vida e associada à participação ativa dos cuidadores.

Conclui-se que o uso de técnicas como o tummy time e a orientação domiciliar são estratégias fundamentais para a reabilitação e a prevenção de sequelas motoras em crianças com TC. Ressalta-se a necessidade de diagnóstico precoce e adesão ao tratamento fisioterapêutico intensivo como fatores decisivos para o sucesso terapêutico.

Recomenda-se, ainda, a realização de novos estudos que explorem a eficácia de diferentes abordagens fisioterapêuticas e ampliem as evidências sobre o impacto do tratamento precoce no desenvolvimento global infantil.

REFERÊNCIAS

CHENG, J. C.; AU, A. W. Infantile torticollis: a review of 624 cases. *Journal of Pediatric Orthopaedics*, v. 14, n. 6, p. 802-808, 1994.

EMERY, C. The determinants of treatment duration for congenital muscular torticollis. *Physical Therapy*, v. 74, p. 921-929, 1994.

PAGNOSSIM, L. Z. *et al.* Torcicolo congênito: avaliação de dois tratamentos fisioterapêuticos. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 26, n. 3, p. 245-250, 2008.

TRAUMA RAQUIMEDULAR: ABORDAGEM INICIAL E CUIDADOS DE ENFERMAGEM

Gabriel Godinho Lucinda¹, Isabela Cássia Reis Rodrigues¹, Thiago André da Silva¹, Gabriel Henrique de Oliveira Andrade¹, Maria Clara Rocha do Carmo e Mello Alves¹, Marcele Pereira Silvestre Gotardelo²

1 INTRODUÇÃO

O trauma raquimedular (TRM) é uma condição clínica que compromete a integridade da medula espinhal, resultando em alterações motoras, sensoriais e autonômicas no indivíduo. A ausência de diagnóstico precoce e o manejo inadequado podem ocasionar déficits irreversíveis, ameaçar a vida e comprometer a funcionalidade do paciente (Iutaka *et al.*, 2014).

No contexto do atendimento inicial ao TRM, destaca-se a importância da estabilização imediata da coluna vertebral. Segundo Cavalcante e Miranda (2014), a qualidade do suporte pré-hospitalar está relacionada ao preparo técnico da equipe e à atuação dos profissionais de saúde, com ênfase na enfermagem, que desempenha funções essenciais desde a imobilização até o suporte clínico contínuo nas unidades de emergência.

O impacto do TRM afeta profundamente a qualidade de vida do indivíduo, gerando elevado ônus social e econômico. Estudos indicam que pacientes acometidos por esse trauma enfrentam longos períodos de reabilitação, dependência funcional e alterações psicossociais (Nogueira *et al.*, 2020). Nesse sentido, a atuação da equipe de enfermagem mostra-se imprescindível no suporte emocional e na promoção do autocuidado, reforçando que a assistência centrada no paciente, com intervenções baseadas em protocolos e na humanização do cuidado, contribui para melhores desfechos clínicos e terapêuticos (Nogueira *et al.*, 2020).

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender as especificidades da assistência de enfermagem ao paciente com trauma raquimedular, visando a um cuidado qualificado e embasado em evidências científicas. Este estudo tem como objetivo refletir, com base na literatura especializada, sobre as condutas iniciais e os cuidados de enfermagem prestados às vítimas de TRM.

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Enfermeira. Mestre em Ensino, Ciências e Saúde. Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

E-mail para contato: marcele.gotardelo@uniptan.edu.br.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A medula espinhal é uma estrutura que se estende da base do crânio até a região lombar da coluna vertebral, sendo protegida pelas vértebras e pelos discos intervertebrais. É composta por corpos celulares de neurônios e fibras nervosas mielinizadas, responsáveis por transmitir sinais nervosos, controlar reflexos e movimentos involuntários e regular funções autonômicas.

O TRM consiste em uma lesão na medula espinhal que afeta parte do sistema nervoso central. Pode ser causado por acidentes automobilísticos, quedas, lesões esportivas e episódios de violência. A gravidade desse trauma pode variar de leve a grave, incluindo sintomas como perda de movimento e sensibilidade, dor e alterações neurológicas.

O trauma raquimedular pode ser classificado como completo ou incompleto, a depender da extensão do dano. É considerado completo quando a lesão interrompe a comunicação entre o cérebro e o corpo, resultando em perda total da função motora e sensorial abaixo do nível da lesão, podendo levar à paraplegia ou à tetraplegia. Já o TRM incompleto caracteriza-se pela preservação parcial da função motora e/ou sensorial abaixo do nível da lesão, com diferentes graus de comprometimento.

Estima-se que o Brasil registre entre 40 e 80 novos casos de trauma raquimedular por milhão de habitantes ao ano, afetando principalmente as regiões cervical e torácica. Nesse contexto, a prevenção é fundamental e envolve ações educativas voltadas à segurança no trânsito e no trabalho, ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), à prevenção de quedas e à redução de lesões esportivas.

Além disso, o manejo incorreto do TRM pode gerar consequências graves, incluindo piora da lesão, choque medular, paralisia permanente, dor crônica e instabilidade hemodinâmica. Tais complicações podem levar a hipotensão ou hipertensão, taquicardia ou bradicardia, insuficiência cardíaca, lesões renais ou hepáticas e, em casos graves, parada cardiorrespiratória.

Nesse contexto, os socorristas desempenham papel crucial no atendimento aos casos de trauma raquimedular. Assim, é fundamental que o manejo seja realizado de forma correta, cuidadosa e baseada em protocolos, a fim de evitar o agravamento da lesão e favorecer a melhor recuperação possível do paciente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica narrativa, que buscou responder à seguinte pergunta norteadora: quais são as condutas recomendadas para a abordagem inicial e os cuidados de enfermagem ao paciente com trauma raquimedular?

Essa metodologia foi escolhida por possibilitar uma visão ampla e crítica sobre o tema. A busca por publicações foi realizada em bases de dados eletrônicas reconhecidas, como SciELO e Google Scholar. Foram incluídos estudos publicados entre 2010 e 2025, nos idiomas português e espanhol.

Os critérios de inclusão contemplaram a disponibilidade do texto completo e a relevância para o tema. A coleta de dados envolveu análise inicial dos estudos, utilizando descritores e palavras-chave como “cuidados de enfermagem no trauma raquimedular” e “abordagem inicial em lesão medular”.

Os estudos selecionados foram avaliados quanto à metodologia, pertinência temática e clareza na apresentação dos dados. As informações relevantes foram extraídas e organizadas em categorias temáticas, possibilitando a construção de uma síntese narrativa.

4 RESULTADOS

Os trabalhos selecionados para compor esta revisão foram categorizados conforme título da publicação, autores e ano de publicação. Esses dados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Características dos artigos incluídos neste estudo, de acordo com os autores, ano de publicação.

Titulo	Autor	Ano
Principais complicações do Traumatismo Raquimedular nos pacientes internados na unidade de neurocirurgia do Hospital de Base do Distrito Federal	Sousa <i>et al.</i>	2013
Epidemiologia do Trauma Raquimedular nas Emergências	Brangioni, Reis.	2022
Assistência de enfermagem no trauma raquimedular: uma revisão integrativa da literatura	Oliveira et.al	2021

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.1 Abordagem inicial ao paciente com suspeita de trm

A abordagem inicial ao paciente com suspeita de trauma raquimedular exige atuação rápida, segura e sistematizada. A aplicação do protocolo XABCDE permite o tratamento

imediatamente de condições potencialmente fatais. Recomenda-se que todo paciente politraumatizado seja tratado como possível vítima de lesão raquimedular até que essa hipótese seja descartada (Alves *et al.*, 2023).

Nesse sentido, é fundamental manter a imobilização da coluna cervical. A proteção rigorosa da coluna deve ser garantida por meio de técnicas padronizadas, visando manter o alinhamento vertebral durante o transporte e as movimentações necessárias (Alves *et al.*, 2023).

O transporte até o serviço de urgência deve ocorrer com atenção constante aos sinais vitais e à estabilidade da coluna. Ademais, a comunicação clara entre a equipe pré-hospitalar e o serviço de destino é indispensável para assegurar a continuidade do cuidado, permitindo a antecipação de condutas com base nas informações sobre o estado clínico do paciente (Brangioni; Reis, 2022).

4.2 Cuidados de enfermagem no atendimento imediato

No atendimento imediato ao paciente com TRM, a atuação da equipe de enfermagem é determinante para a manutenção da estabilidade clínica e a prevenção de complicações.

Compete ao enfermeiro realizar a avaliação contínua dos sinais vitais e do padrão respiratório, por meio de ausculta e investigação de alterações relacionadas às condições clínicas do paciente (Bruni *et al.*, 2004).

A enfermagem desempenha papel essencial na prevenção de agravos secundários, como lesões por pressão, retenção urinária e hipotermia. Para tanto, deve realizar ações educativas com o paciente, familiares e cuidadores, além de manter registros fidedignos e contínuos no prontuário, promovendo comunicação efetiva entre os membros da equipe multiprofissional (Andrade; Chianca, 2013).

O controle da dor e a promoção do autocuidado também constituem atribuições do enfermeiro, que deve atuar de forma proativa na reabilitação precoce do paciente. O cuidado ao indivíduo com TRM deve ser multiprofissional e integrado, com enfoque na comunicação eficiente e no planejamento conjunto de intervenções que priorizem a segurança e a recuperação funcional.

4.3 Importância do conhecimento técnico-científico

Segundo Cabral *et al.* (2015), os profissionais de enfermagem devem ser preparados, durante a formação acadêmica e ao longo da prática profissional, para oferecer assistência qualificada a pacientes vítimas de TRM, por meio da apropriação de conhecimentos técnico-científicos atualizados e de metodologias sistematizadas de cuidado.

A capacitação permanente dos profissionais que atuam no atendimento ao trauma é indispensável, pois possibilita a detecção precoce de sinais de instabilidade, a implementação de intervenções eficazes e a redução de riscos. Além disso, a educação continuada da equipe contribui para a qualificação dos protocolos assistenciais e para a melhoria dos desfechos clínicos dos pacientes acometidos por lesão medular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura evidencia que a atuação qualificada dos profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, no atendimento ao paciente com trauma raquimedular, é essencial para a prevenção de complicações e para a melhora do prognóstico funcional.

A aplicação do protocolo XABCDE, associada à imobilização adequada e ao transporte seguro, deve ser rigorosamente seguida, considerando a gravidade do quadro e o risco de lesão neurológica permanente.

Destaca-se a importância do cuidado individualizado, contínuo e multiprofissional, com foco na estabilização do segmento vertebral, preservação da função medular, prevenção de agravos e reabilitação precoce.

O conhecimento técnico-científico atualizado e a educação permanente da equipe constituem pilares para garantir um atendimento seguro e de qualidade. Assim, reforça-se a necessidade de estratégias de capacitação sistemática dos profissionais que atuam no atendimento pré-hospitalar e hospitalar, visando minimizar eventos adversos, qualificar o cuidado e preservar a vida e a funcionalidade dos pacientes com TRM.

REFERÊNCIAS

BRANGIONI, Marina Stancoloviche Veiga; REIS, Maryvânsley Nunes de Sá. Epidemiologia do trauma raquimedular nas emergências. *Revista Chronos Urgência*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. e2122.43, 2022. DOI: <https://doi.org/10.52572/revchronosurg.v2i1.43>. Disponível em: <https://chronos.samu.fortaleza.ce.gov.br/index.php/urgencia/article/view/43>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de atenção à pessoa com lesão medular. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Cap. 3: Classificação, p. 10-11.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de atenção à pessoa com lesão medular. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Cap. 5: Consequências da lesão medular e outros tópicos de relevância, p. 20-31.

CAVALCANTE, Eliane Santos; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Trauma da medula espinhal e cuidados de enfermagem. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, Vitória, v. 16, n. 1, p. 125-132, jan./mar. 2014.

SOUSA, Érica Pereira de *et al.* Principais complicações do traumatismo raquimedular nos pacientes internados na unidade de neurocirurgia do Hospital de Base do Distrito Federal. *Comunicação em Ciências da Saúde*, Brasília, v. 24, n. 4, p. 321-330, 2013.

DEFINO, Helton Luiz Aparecido. Trauma raquimedular. *Medicina (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v. 32, n. 4, p. 388-400, out./dez. 1999. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rmrp/article/view/7741>. Acesso em: 9 jun. 2025.

IUTAKA, André Seiti *et al.* Traumatismo raquimedular e déficit neurológico permanente: importância do diagnóstico precoce e manejo adequado. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*, v. 10, 2021.

OLIVEIRA, Gabriela Silva; TASSARA, Karina Ribeiro; ANSALONI, Letícia Vitória Silva; MORAES, Pedro Henrique Alves de; OLIVEIRA, Rafael Alves de; MATIAS, Paulo Roberto da Silva. Assistência de enfermagem no trauma raquimedular: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*, v. 10, e6672, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25248/reaenf.e6672.2021>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/6672>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SALVÁTICO, Karina Teixeira; LOPES, Amanda; DAVATZ, Gabriela Cristina. Atualização sobre a assistência de enfermagem aos pacientes com trauma raquimedular. *Revistas Publicadas FIJ*, v. 1, n. 2, p. 2-15, 2020. Disponível em: <http://portal.fundacaojau.edu.br:8077/journal/index.php/revistasanteriores/article/view/396>. Acesso em: 9 jun. 2025.

RABEH, Maria Helena Larcher Caliri; CALIRI, Maria Helena Larcher. Lesão medular traumática: aspectos relacionados à prevenção de úlcera por pressão. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 305-311, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/Sd8wpr75PckgBLymX5Lzbtq/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2025..

UM HOSPITAL MATERNO-INFANTIL HUMANIZADO: AVANÇOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE CUIDAR EM ENFERMAGEM

Marcela Nolasco¹, Andreia Andrade Santos¹, Gabrielle Tatiane Silva Almeida², Giovanna Egg Sousa Resende², Giovanna Schneider², Isabela Cássia Reis Rodrigues², Júlia Barbosa Inácio Lima²

1 INTRODUÇÃO

A prática da enfermagem vai além da execução de técnicas e da aplicação de protocolos clínicos, fundamentando-se no cuidado integral, que reconhece e valoriza o ser humano em suas dimensões física, emocional, social e espiritual. Nesse contexto, a humanização do cuidado torna-se princípio essencial. Humanizar significa qualificar a relação entre o profissional de saúde e o paciente, acolhendo suas angústias diante da fragilidade do corpo, da mente e do espírito (Pessini; Bertachini, 2006).

Não é possível promover um ambiente hospitalar verdadeiramente humanizado sem considerar o ser humano em sua essência, assim como não se pode discutir humanização sem referência à ética. Cuidar com humanidade é, sobretudo, um ato ético.

Nesse contexto, surgiu a proposta da visita técnica ao Hospital Sofia Feldman, idealizada como estratégia de ensino-aprendizagem voltada à vivência prática dos estudantes em ambientes reconhecidos pela atuação humanizada e pelo compromisso com a saúde pública.

O Hospital Sofia Feldman, localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, é referência nacional em atenção obstétrica, neonatal e em práticas voltadas à humanização do cuidado. Com trajetória marcada pela defesa dos direitos das mulheres e dos recém-nascidos, a instituição valoriza o acolhimento, a escuta qualificada, o protagonismo dos usuários e a valorização dos trabalhadores da saúde.

O hospital incorpora, em seu modelo de gestão e cuidado, os princípios da Política Nacional de Humanização (PNH), criada pelo Ministério da Saúde, reforçando a importância da valorização do trabalho dos profissionais e da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo de cuidado. Para a enfermagem, isso significa adotar postura sensível às necessidades do outro, respeitando sua dignidade e fortalecendo o vínculo profissional-paciente (Brasil, 2013).

¹ Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

² Discente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

E-mail para contato: marcela.nolasco@uniptan.edu.br

A vivência prática em ambientes hospitalares representa etapa fundamental na formação acadêmica em enfermagem, proporcionando ao estudante a oportunidade de integrar teoria e prática, além de ampliar sua percepção crítica sobre os serviços de saúde. A visita técnica possibilita a observação direta de práticas assistenciais de qualidade, centradas no cuidado, no acolhimento e na promoção da saúde, permitindo aos acadêmicos uma imersão em práticas concretas de humanização no cuidado.

Dessa forma, a atividade revela-se relevante para a construção do conhecimento, fortalecimento de competências profissionais e formação de um olhar sensível e ético diante das necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A integração entre teoria e prática constitui um dos pilares do processo formativo em enfermagem, pois permite que o estudante vivencie, na realidade dos serviços de saúde, os conhecimentos adquiridos em sala de aula, ampliando sua compreensão acerca dos desafios e potencialidades de um modelo de saúde centrado nas pessoas.

Durante a visita à instituição, foi possível perceber como os princípios estudados são aplicados na prática cotidiana dos profissionais. Essa experiência contribuiu significativamente para a consolidação do aprendizado, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio clínico, da empatia e da tomada de decisões baseadas em evidências. Além disso, aproximou os estudantes dos desafios e potencialidades do SUS, estimulando o compromisso ético e social com a profissão.

O presente relato tem como objetivo compartilhar a experiência vivenciada durante a visita técnica ao Hospital Sofia Feldman, destacando as práticas assistenciais observadas e refletindo sobre os avanços e desafios no processo de humanização do cuidado em saúde.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, vivenciado por estudantes dos cursos de Enfermagem e Fisioterapia, supervisionados por uma docente de Enfermagem, durante visita técnica realizada ao Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no mês de maio de 2025.

A atividade foi conduzida por uma assistente social da instituição, que iniciou o encontro com uma roda de conversa, apresentando a história do hospital, explicando a organização dos setores e orientando sobre a dinâmica da visita.

Posteriormente, os participantes foram encaminhados para observação direta das dependências da instituição, incluindo maternidade, alojamentos conjuntos, Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, Unidades de Cuidado Intermediário Convencional, Unidades de Cuidado Canguru, Casa da Gestante, Centro de Parto Normal intra-hospitalar e Unidade de Parto Normal peri-hospitalar.

Durante todo o percurso, foram realizadas dinâmicas, conversas informais e análise de materiais institucionais, além de registros fotográficos, os quais contribuíram para documentar e ampliar a compreensão sobre a estrutura e os serviços oferecidos pela instituição.

Ao final da atividade, foi realizada uma roda de conversa para compartilhamento de percepções, reflexões e impressões acerca da experiência vivenciada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A visita técnica ao Hospital Sofia Feldman representou uma imersão significativa no modelo de cuidado centrado na humanização e na equidade em saúde, especialmente no contexto da saúde materno-infantil.

A atividade permitiu vivenciar, de forma concreta, os princípios defendidos pela PNH e pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que buscam garantir respeito à dignidade, à autonomia e aos direitos das mulheres durante todo o ciclo gravídico-puerperal.

Durante a visita aos diversos setores, observou-se ambiente acolhedor, no qual as mulheres são incentivadas a exercer protagonismo sobre o processo de parto e nascimento. A presença ativa da equipe de enfermagem, especialmente das enfermeiras obstétricas e neonatais, demonstrou cuidado ético, técnico e humanizado.

Essa atuação reafirma a importância da enfermagem como agente de transformação social e evidencia a valorização do trabalho multiprofissional na promoção do cuidado integral.

Os participantes relataram forte envolvimento emocional e reflexivo com a experiência. Questionamentos acerca da possibilidade de replicação do modelo do Hospital Sofia Feldman em outras regiões do país foram recorrentes, especialmente diante das limitações estruturais enfrentadas por diversas instituições do SUS.

Nesse contexto, destacou-se a frase compartilhada durante a roda de conversa: “A saúde pública funciona, o modelo do Sofia Feldman dá certo; depende do empenho e da força de vontade das equipes para que isso aconteça em outros lugares também.” Essa fala sintetizou a

percepção coletiva sobre o potencial transformador do cuidado humanizado, mesmo diante de limitações orçamentárias e estruturais.

A observação da rotina hospitalar evidenciou práticas como incentivo ao plano de parto, escuta ativa, flexibilização dos horários de visita e respeito ao direito da mulher ao acompanhante, todas respaldadas pelas diretrizes do Ministério da Saúde para o cuidado materno-infantil (Brasil, 2024).

A visita também possibilitou reflexões acerca da importância do ensino em serviço e da integração entre teoria e prática. Ao vivenciarem experiências reais de cuidado, os estudantes desenvolveram olhar mais crítico e sensível diante dos desafios do SUS, contribuindo para a formação de profissionais não apenas tecnicamente capacitados, mas também éticos e humanizados.

Além disso, observou-se que o modelo de atenção desenvolvido no Hospital Sofia Feldman está em consonância com os princípios propostos pelo Projeto de Lei nº 8.320/2023, que visa instituir a Política Nacional de Cuidados, reforçando a centralidade do cuidado como prática social, afetiva e política.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanização do cuidado constitui princípio essencial da assistência em saúde, especialmente no contexto da saúde materno-infantil. Humanizar significa qualificar as relações entre profissionais, usuários e familiares, acolhendo necessidades físicas, emocionais e sociais de maneira ética e sensível.

A gestação representa momento singular e transformador na vida da mulher, sendo fundamental que o cuidado prestado respeite sua autonomia, dignidade e protagonismo durante todo o processo de parto e nascimento.

A experiência vivenciada durante a visita técnica ao Hospital Sofia Feldman revelou-se enriquecedora e transformadora para os estudantes, ampliando conhecimentos e fortalecendo a compreensão acerca da importância da humanização no contexto hospitalar.

Foi possível observar ações concretas voltadas à humanização da ambiência, ao acolhimento qualificado e à escuta ativa das necessidades dos usuários e familiares, demonstrando que a assistência em saúde deve pautar-se não apenas em tecnologias, mas também em relações humanas éticas, empáticas e resolutivas.

A integração entre teoria e prática mostrou-se essencial para a consolidação do aprendizado, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio clínico, da empatia e da tomada de decisões baseadas em evidências.

Assim, conclui-se que experiências como essa contribuem significativamente para a formação de profissionais mais críticos, sensíveis e comprometidos com a promoção de um cuidado integral, humanizado e centrado nas necessidades das pessoas.

REFERÊNCIA

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 8.320, de 2023. Institui a Política Nacional de Cuidados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2393876. Acesso em: 03 jun. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. Cadernos HumanizaSUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/pnaism>. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Materna. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/saude-materna>. Acesso em: 03 jun. 2025.

HOSPITAL SOFIA FELDMAN. Unidade - Tupi - Pronto Atendimento e vaga sempre. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://sofiafeldman.org.br/unidade-tupi/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

PESSINI L, Bertachini L.(2006): Humanização e Cuidados Paliativos. 3ªed. São Paulo: Loyola, Centro universitário São Camilo.319p. Acesso em: 3 jun. 2025.

USO DE MÍDIAS SOCIAIS PARA EDUCAÇÃO FARMACOLÓGICA

Ana Carolina Lima de Oliveira¹, Josiane Pinheiro Botelho¹, Maria Ester Silva Rodarte¹, Vitória Marcolino da Silva¹, Vitória Helena Campos de Freitas¹, Ana Clara Almada Resende², Jane Daisy de Sousa Almada Resende³, Andreia Andrade dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as redes sociais consolidaram-se como importantes ferramentas de comunicação e disseminação de informações, oferecendo um espaço democrático para compartilhamento de opiniões, experiências e conhecimentos de forma rápida e abrangente (Cardoso; Pinto, 2011). Além disso, essas plataformas exercem forte influência sobre hábitos, comportamentos e tendências sociais.

No campo da saúde, esse fenômeno tem se intensificado significativamente, permitindo que conteúdos relacionados à prevenção de doenças, tratamentos, medicamentos e cuidados em saúde alcancem um público cada vez maior. Entretanto, a ampla circulação de informações nas redes sociais também apresenta desafios importantes, especialmente relacionados à disseminação de conteúdos incorretos, incompletos ou sem embasamento científico adequado (Mesquita *et al.*, 2017; Aragão *et al.*, 2018).

Quando utilizadas de forma responsável e fundamentada cientificamente, as mídias sociais podem se tornar ferramentas relevantes para a educação em saúde, sobretudo na área farmacológica, na qual a população frequentemente apresenta dúvidas relacionadas ao uso de medicamentos, dosagens, efeitos adversos, interações medicamentosas e segurança terapêutica (França *et al.*, 2019).

Nesse contexto, o uso das redes sociais como instrumento de educação farmacológica representa uma estratégia capaz de aproximar o conhecimento técnico-científico da população em geral, facilitando o acesso a informações confiáveis e contribuindo para o uso racional de medicamentos (Souza *et al.*, 2008).

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

² Discente do Curso de Medicina do Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS.

³ Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

E-mail para contato: jane.resende@saude.mg.gov.br.

Plataformas como Instagram, Facebook, YouTube e TikTok possuem grande potencial para transformar a forma como informações farmacológicas são compartilhadas entre profissionais de saúde e usuários, promovendo maior acessibilidade e dinamismo no processo educativo.

Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo analisar e identificar como as mídias sociais podem ser utilizadas na promoção da educação farmacológica, visando ampliar a acessibilidade, o engajamento e a disseminação de informações de qualidade para a comunidade acadêmica e o público em geral.

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina Projeto de Extensão IV, intitulada “Educação Farmacológica: Prevenindo os Riscos da Automedicação e das Interações Medicamentosas”.

Inicialmente, a equipe realizou uma revisão integrativa da literatura, contemplando identificação do tema, definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos e análise das publicações selecionadas.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida com foco na utilização das mídias sociais como estratégia educativa em farmacologia. Para isso, foi utilizada a plataforma Instagram como principal ferramenta de divulgação dos conteúdos.

Durante o desenvolvimento do projeto, foram realizadas publicações semanais em diferentes formatos digitais, incluindo: Carrosséis educativos; Vídeos curtos; Curiosidades farmacológicas; Enquetes e quizzes interativos; Informações sobre classes terapêuticas; Conteúdos sobre uso racional de medicamentos.

Os conteúdos foram produzidos utilizando linguagem simples, acessível e adaptada ao público-alvo, buscando facilitar a compreensão das informações farmacológicas.

A coleta de dados ocorreu por meio da observação das interações dos seguidores com as publicações, considerando comentários, compartilhamentos, respostas em enquetes e participação nos formulários online.

As postagens seguiram uma identidade visual padronizada, organizada semanalmente por um integrante responsável pela gestão da página. Além disso, os acadêmicos interagem diretamente com os seguidores, respondendo dúvidas e promovendo maior aproximação com a comunidade virtual.

Os professores orientadores acompanharam todas as etapas do projeto, supervisionando os conteúdos produzidos e garantindo o rigor científico das informações divulgadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Souza *et al.* (2008), a internet ampliou significativamente o acesso da população à informação, comunicação e interação social, consolidando-se como um espaço dinâmico de compartilhamento de conhecimentos. Nesse mesmo contexto, Fermann *et al.* (2021) destacam que dispositivos eletrônicos conectados à internet possibilitam acesso contínuo a diferentes conteúdos digitais.

Os resultados obtidos no presente projeto demonstraram que o Instagram mostrou-se uma ferramenta eficaz para promoção da educação farmacológica, permitindo amplo alcance e elevado engajamento do público-alvo, especialmente entre acadêmicos e jovens adultos, faixa etária mais ativa nas redes sociais.

A participação dos seguidores nas enquetes, formulários e quizzes indicou não apenas o alcance das publicações, mas também impacto positivo na aquisição de conhecimentos relacionados ao uso racional de medicamentos. Esses achados corroboram estudos prévios que evidenciam o potencial das mídias digitais como ferramentas de educação em saúde.

Observou-se maior preferência do público por conteúdos em formatos dinâmicos, como vídeos curtos e quizzes interativos, refletindo as tendências atuais de consumo rápido de informações nas plataformas digitais. Esse aspecto demonstra a importância de adaptar as estratégias educativas às características comportamentais dos usuários das redes sociais.

Além disso, o projeto contribuiu para desmistificar conceitos equivocados relacionados ao uso de medicamentos e reforçar a importância do uso racional de fármacos, alinhando-se às propostas de educação em saúde farmacológica descritas por Brescancin *et al.* (2024).

Outro aspecto relevante foi o estímulo ao desenvolvimento de uma cultura digital crítica entre os seguidores, incentivando a busca por informações baseadas em evidências científicas e favorecendo maior discernimento na identificação de conteúdos confiáveis em meio à grande quantidade de informações disponíveis online.

A atuação dos profissionais e acadêmicos de saúde como mediadores do processo educativo também se mostrou fundamental, fortalecendo vínculos com a comunidade, humanizando a comunicação em saúde e promovendo maior aproximação entre conhecimento científico e população.

Adicionalmente, verificou-se que o uso de recursos visuais e linguagem simplificada potencializou o engajamento e facilitou a compreensão dos conteúdos divulgados, demonstrando a importância de estratégias comunicacionais adaptadas às características das plataformas digitais.

Por fim, destaca-se a necessidade de manutenção contínua dessas iniciativas, incluindo atualização frequente dos conteúdos, capacitação dos envolvidos e avaliação periódica dos impactos gerados, garantindo sustentabilidade e relevância das ações educativas desenvolvidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão "Uso de Mídias Sociais para Educação Farmacológica" demonstrou ser uma estratégia eficaz para disseminar informações de forma acessível e interativa ao público geral. A utilização do Instagram, associada a ferramentas como o Google Forms, permitiu alcançar um número expressivo de pessoas e promover a educação em saúde de maneira dinâmica, especialmente sobre o uso racional de medicamentos.

Os resultados obtidos evidenciam que as mídias sociais são aliadas potentes na promoção do conhecimento farmacológico, sobretudo quando o conteúdo é apresentado de forma clara, objetiva e adaptada ao formato digital. O engajamento observado e o feedback positivo reforçam o potencial das mídias sociais na disseminação de informações sobre o uso racional de medicamentos e a importância de continuar investindo em ações educativas por meio das plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J. M. N. *et al.* Uso do Facebook na aprendizagem em saúde: Percepções de adolescentes escolares. Revista Brasileira de Enfermagem, v.71, n.2, 2018.

BARROSO, E. E. N. *et al.* Estudos sobre medicamentos para covid-19: paradigma do acesso à informação e da automedicação. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, v. 12, n. 2, p. 44-74, 2021.

BRESCANCIN, A. L. S. *et al.* Educação em saúde por meio de redes sociais e atividades remotas na liga acadêmica de farmacologia e clínica. Anais do Pró-Ensino: Mostra Anual de Atividades de Ensino da UEL, n. 6, p. 63-63, 2024.

CARDOSO, D.; PINTO, M. As redes sociais como ferramentas de divulgação de eventos. FaSci-Tech, v. 1, n. 5, p. 30-40, 2011.

FERMANN, I. L. *et al.* Uso de internet e mídias sociais por estudantes universitários: um campo de estudo emergencial. Cienc. Psicol., Montevideo, v. 15, n. 1, e2389, 2021.

FRANÇA, T. *et al.* As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas. *Saúde Em Debate*, v. 43, p. 106–115, 2019.

MEDEIROS, K. K. C. O *et al.* COVID 19 e o impacto das fake news no uso racional de medicamentos no brasil e no mundo. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 5, n. 10, p. 147-162, 2022.

MESQUITA, A. C. *et al.* As redes sociais nos processos de trabalho em enfermagem: revisão integrativa da literatura. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 51, 2017.

SOUZA, J. F. R. *et al.* Consumo de medicamentos e internet: análise crítica de uma comunidade virtual. *Revista Da Associação Médica Brasileira*, v.54, n. 3, p. 225–231, 2008.

